ROZEMBERG GUIMARÃES SILVA

CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E RACISMO INSTITUCIONAL: um estudo sobre as presenças e ausências da discussão étnico-racial

PORTO SEGURO – BA

2021

ROZEMBERG GUIMARÃES SILVA

CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E RACISMO INSTITUCIONAL: um estudo sobre as presenças e ausências da discussão étnico-racial

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia como requisito para a obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico- Raciais.

Orientadora: Profª Drª Carolina Bessa Ferreira de Oliveira.

PORTO SEGURO – BA

2021

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

S586c Silva, Rozemberg Guimarães, 1987 -
Currículo de formação da Polícia Militar da Bahia e racismo institucional: um estudo sobre as presenças e ausências da discussão étnico-racial. / Rozemberg Guimarães Silva. – Porto Seguro, 2021.
123 p.

Orientadora: Carolina Bessa Ferreira de Oliveira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Campus Sosígenes Costa.

1. Polícia Militar. 2. Racismo. 3. Educação Decolonizadora. I. Oliveira, Carolina Bessa Ferreira de. II. Título.

CDD: 355.00711

Bibliotecário: Lucas Sousa Carvalho – CRB5/1883

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO -RACIAIS

Ata de Defesa Pública de Mestrado

Aos 16 dias do mês de dezembro do ano de 2021, às 9h00min, via web conferência, através da sala virtual com link de transmissão, reuniram-se as membras da banca examinadora composta pelas docentes Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (presidenta da banca), Dra. Lidyane Maria Ferreira de Souza (membra interna à instituição e ao PPGER) e a Profa. Dra. Silvane Aparecida Silva (membra externa à instituição e ao PPGER), a fim de arguirem o mestrando ROZEMBERG GUIMARÃES SILVA na defesa de sua dissertação cujo trabalho de pesquisa intitula-se "CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E RACISMO INSTITUCIONAL: um estudo sobre as presenças e ausências da discussão étnico-racial". Aberta a sessão pela presidenta da banca, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, sendo em seguida questionado pelas membras da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias.

As membras da banca consideraram a dissertação:

(**X**) Aprovada

( ) Aprovada com modificações

( ) Não aprovada, devendo ser realizada nova defesa no prazo de meses.

Profa. Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira
(UFSB/PPGER)

Presidenta da banca

Profa. Dra. Lidyane Maria Ferreira de Souza
(UFSB/PPGER)

Membra interna

DocuSigned by:
Silvane Aparecida da Silva
FAD66FD8B17349B...

Profa. Dra. Silvane Aparecida Silva (PUC/SP)

Membra externa

Rozemberg
Guimarães Silva
Candidato

Porto Seguro, 16 de dezembro de 2021

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a todos os corpos vítimas de todo e qualquer tipo de

racismo. Dedico aos que atravessaram o mar e tiveram o sol da América do

Sul para os guiar.

Dedico a todos os corpos que vieram sem uma mala de mão, mas dentro de si uma oração eum adeus.

A todos os corpos que foram um corpo só, com cor, com cortes, sem rumo

e sem sorte,Que trouxeram nas feridas os ancestrais, escondidos nelas os

orixás,

Que os guiaram para a história de um novo lugar e, mesmo sem falar, gritaram dor, fazendode si sua própria embarcação, que não naufraga,

Que resiste! Que insistiu e que existe para mostrar ao mar o caminho da volta, da revolta e dareparação.

E você, irmão, que insiste em deixar nossos corpos em alto mar, saiba que temos os orixáspara cobrar nossa precoce ida.

Se liga! A flecha de Oxóssi é só de ida!

O machado de Xangô cobrará a nossa dor,

E a água de Iemanjá sempre retornará para buscar os seus.

Mesmo que seja você, pessoa ingrata que joga contra os seus sem dizer adeus.

O teu Deus branco e com letra maiúscula não estará ao teu lado quando você retornar para onosso lar.

Se for nos matar,

que Exu (LAROIÊ!) não olhe por você!

In Memoriam ao professor Fábio Aparecido Moreira, Doutor em Educação, intelectual negro que participou da minha banca de qualificação, contribuindo, de forma significativa, para que pudesse dar meus próximos passos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos Orixás que me deram forças e me iluminaram para que chegasse até aqui.

Aos meus pais, irmãos e familiares que sempre estiveram comigo, dando forças e acreditando que era possível, apesar dos impasses perigosos que apareceram no decorrer deste mestrado.

À minha orientadora Carol Bessa Ferreira por ter acreditado em mim e nesta pesquisa quando o tempo estava nublado e sem sol e quando estava prestes a desistir dessa caminhada, que, apesar de tudo, valeu muito a pena.

À professora Lidyane Ferreira por ter aberto possibilidades de reflexão sobre a pesquisa.

Às professoras que aceitaram participar da banca examinadora.

Aos/às amigues que sempre estiveram comigo, perto ou longe, fortalecendo a cada dia. Em especial, no momento de dificuldade e apreensão sobre o mestrado, à colega Carol e ao colega Naldo, amigues de confissões e risadas.

Ao professor Alexandre Oliveira por ter acreditado no meu primeiro projeto.A

todes colegas e ao corpo docente do PPGER.

À Universidade Federal do Sul da Bahia, ao corpo do colegiado, da limpeza, da segurança eda biblioteca.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER).

Aos companheiros e companheiras, colegas da Polícia Militar da Bahia.

À corporação da PMBA.

Milagres acontecem quando a gente vai à luta.

Sérgio Vaz, 2011

RESUMO

A pesquisa de mestrado intitulada Currículo de formação inicial da Polícia Militar da Bahia e racismo institucional: um estudo sobre as presenças e ausências da discussão étnico-racial iniciada no segundo semestre do ano de 2019 no contexto do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) fazendo parte da linha de pesquisa intitulada Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais apresenta o estudo e análise acerca da formação dos soldados, frente ao racismo, no âmbito da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA). Visa analisar o currículo do curso de formação destes profissionais policiais militares com foco na identificação de debates sobre as relações étnico-raciais no país, abordando aspectos atinentes ao racismo institucional e considerando o perfilamento racial presente nos indicadores públicos sobre a atuação de tais profissionais. Trata-se de investigação de cunho qualitativo, participativa e interdisciplinar, que se baseia em pesquisa bibliográfica e documental em torno do referido currículo e, ainda, em relação a três temas principais: atuação policial e perfilamento racial, racismo estrutural e institucional e educação decolonizadora. A abordagem metodológica procede ainda da análise de normativas e orientações no âmbito da PMBA e da construção de uma proposta de intervenção, cujo resultado será a elaboração de um material (panfleto) educativo voltado ao letramento racial e ao enfrentamento de práticas racistas na instituição. Como resultados, conclui-se que uma formação antirracista, que aborda minimamente as discussões sobre as relações étnico-raciais no Brasil e na sociedade contemporânea, constituem desafios agudos para a instituição policial.

Palavras-chave: Polícia Militar; Racismo; Educação decolonizadora.

ABSTRACT

The master's research entitled "Bahia Military Police's initial training curriculum and institutional racism: a study on the presence and absence of the ethnic-racial division" granted in the second half of 2019 in the context of the Graduate Program in Education and Ethnic- Racial Relations (PPGER) from the Federal University of Southern Bahia (UFSB) as part of the research line entitled Post-Coloniality and Fundamentals of Education in Ethnic-Racial Relations presents the study and analysis on the training of soldiers, facing the racism, within the scope of the Military Police of the State of Bahia (PMBA). It aims to analyze the curriculum of the training course for these military police professionals with a focus on identifying debates on ethnic-racial relations in the country, addressing aspects related to institutional racism and considering the racial profiling present in public indicators on the performance of such professionals. This is a qualitative, participatory and interdisciplinary investigation, which is based on bibliographic and documentary research on the aforementioned curriculum and on three main themes: police action and racial profiling, structural and institutional racism and decolonizing education . The methodological approach also proceeds from the analysis of regulations and guidelines within the scope of the PMBA and the construction of an intervention proposal, the result of which will be the development of an educational material (pamphlet) aimed at racial literacy and the confrontation of racist practices in the institution. As a result, it is inferred that an anti-racist training, which minimally addresses discussions on ethnic-racial relations in Brazil and in contemporary society, constitute acute challenges for the police institution.

Keywords: Military Police; Racism; Decolonizing education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Al - Aluno
APM - Academia de Polícia Militar
BGO - Boletim Geral Ostensivo BPM
- Batalhão da Polícia Militar
CBFL – Congresso Brasileiro de Filosofia da Libertação
CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFSd - Curso de Formação de Soldados
CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais
DCN - Diretrizes Curriculares nacionais DEPEN
- Departamento Penitenciário NacionalDGE -
Diretriz Geral de Educação
EUA - Estados Unidos da América
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública IBGE
- Instituto Brasileiro de Geografia e EstatísticaIEP -
Instituto de Ensino e Pesquisa
INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LAI - Lei de Acesso à Informação
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCN - Matriz Curricular Nacional
ONU - Organização das Nações Unidas
PM - Polícia Militar
PMBA - Polícia Militar da Bahia
PGE - Plano Geral de Ensino
PPGER - Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais
SD - Soldado
UESB - Universidade do Sudoeste da Bahia
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFSB -Universidade Federal do Sul da Bahia
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO. 10

1.1 Memorial pessoal-profissional 15

1.2 Metodologia da pesquisa 21

2. RACISMO, POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E SUAS TONALIDADES. 28

2.1 Racismo institucional no Brasil 32

2.2 Perfilamento racial e sua tonalidade preta 37

3. CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: CONTEXTUALIZAÇÃO. 43

3.1 Matriz curricular e suas nuances 47

3.2 Presenças e ausências da discussão étnico-racial: uma análise qualitativa 55

4. MATERIAL EDUCATIVO ANTIRRACISTA: PRODUTO FINAL 69

4.1 Dados coletados 69

4.2 Proposta de material formativo permanente: panfleto antirracista virtual 74

CONSIDERAÇÕES FINAIS. 76

REFERÊNCIAS. 78

ANEXOS. 83

1. APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é consequência de pesquisa no Mestrado Profissional realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), iniciada no segundo semestre do ano de 2019e concluída em 2021, fazendo parte da linha de pesquisa intitulada Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais.

É uma pesquisa que visa investigar e problematizar o currículo de formação inicial do curso para soldados da Polícia Militar da Bahia (PMBA), com abordagem interdisciplinar, levando em consideração as discussões étnico-raciais, as presenças e ausências no seu âmbito e de que forma essas discussões ou a falta delas influenciam ou orientam as abordagens policiais a partir do perfilamento racial e do racismo institucional.

Portanto, tem como objetivo geral analisar o currículo atual do Curso de Formação Inicial de Soldado da Polícia Militar do Estado da Bahia com foco na identificação de debates acerca das relações étnico- raciais, considerando o racismo institucional.

Como objetivos específicos, a pesquisa visa: (i) identificar os componentes curriculares e a formação dos docentes que compõem o Curso de Formação inicial da PMBA;
(ii) problematizar o conteúdo teórico usado como aporte no curso de formação; (iii) observar de que forma são construídos, nos cursos de formação, os estereótipos do "corpo suspeito" associados às pessoas negras; (iv) analisar a relação do racismo institucionalizado, da segurança pública e suas consequências nos corpos negros; (v) levantar referenciais bibliográficos, documentais e empíricos sobre a formação de policiais na Bahia e sobre a relação entre sua formação e as relações étnico-raciais; (vi) refletir sobre os dados abordados e indicadores do racismo institucional na corporação, bem como a sua manutenção pelo Estado; (vii) compor um panfleto formativo com foco nas relações étnico-raciais que possa ser replicado nos cursos iniciais e continuados da Polícia Militar da Bahia, contribuindo para a promoção de um letramento racial crítico.

Na pesquisa, procura-se focar no curso de formação de soldados justamente por serem estes a maioria – 16.673, mais de 50% – de uma corporação com mais de 31 (trinta e um) mil policiais na Bahia e por estarem na linha de frente a serviço da segurança pública desse Estado (FBSP, 2019, p.310).

As abordagens realizadas buscam analisar a formação inicial desses profissionais e suas relações na atuação no trabalho, pautando-se na reflexão a partir de uma educação decolonizadora e antirracista acerca do currículo, na qual possa, a partir da própria estrutura da corporação, pensar um novo modelo de polícia que não corrobore com uma política de segurança pública discriminatória como mostram os indicadores públicos. Indicadores estes que veremos mais à frente.

A pesquisa nasce a partir das insurgências teórica e profissional em relação ao atual modelo de atuação das forças de segurança pública aos corpos negros e corpos reificados socialmente - corpos-alvo - nas áreas de periferias do Brasil, estigmatizados a partir do racismo estrutural, institucional e do perfilamento racial. Os corpos-alvo são, geralmente, corpos racializados e reificados social e historicamente. São corpos interrompidos e atravessados pelo preconceito e pelo racismo ao existirem estranhos ao modelo colonialista e capitalista. São marcados e matáveis, vigiados pelo "olhar sanguinário do vigia"[1]. Um olhar racista que generifica a concepção do corpo negro a um corpo marginalizado e despido de qualquer humanidade.

Foi preferível usar o termo "corpos negros" à "pessoas negras" por entender, de acordo ao pensamento da filósofa Judith Butler (2018), a noção dos corpos negros como corpos abjetos, que são os corpos reificados socialmente e que não são passíveis de terem suas vidas "vivíveis", haja vista que as pessoas negras são as vítimas potencias das ações policiais e têm suas vidas interrompidas por serem consideradas, no imaginário social, como corpos que não importam.

Existe uma matriz discursiva normatizada na sociedade brasileira na qual os corpos são performatizados e, categoricamente, essa matriz produz corpos que são excluídos e reificados socialmente. O corpo negro, seguindo a noção de corpo abjeto em Judith Butler (2018), é um corpo produzido, historicamente, por essa matriz discursiva que é hegemônica e colonizadora que o excluiu de uma vivência em comunidade que goza de direitos iguais.

Assim como a noção de ser "homem" e ser "mulher", a qual todos e todas nós somos introduzidos e introduzidas a partir de um imaginário patriarcal e coletivo criado por imagens

[1] Música: "Diário de um detento" – Racionais MC´s. Disponível no álbum "Diário de um detento" (1997).

normatizadas, a noção de raça também foi produzida a partir de um imaginário coletivo racista e colonial. Noção esta que Butler diz ser performatizada por nossos corpos. Ou seja, nossos corpos são performatizados por imitação de outros personagens e ou modelos e ou valores que são normatizados como "corretos" socialmente e ser uma pessoa negra na nossa sociedade é algo que parece, de forma velada, não ser correto e por isso não é passível de respeito.

O corpo negro é vitima do racismo – produzido por um arquétipo social racista – não só quando adolescente e/ou adulto quando é abordado pelas forças de segurança, mas sim desde a primeira infância, sem direito à infância e ao cuidado, como coloca a pesquisadora Fabiana Oliveira (2004) em sua dissertação de mestrado, na qual questiona as relações raciais na educação infantil e exemplifica o tratamento que as crianças negras de 0 a 3 anos recebem em uma creche na cidade de São Carlos – SP.

A saber, a autora observa o comportamento e o tratamento que as cuidadoras têm com as crianças naquele local e utiliza o termo "paparicação" para descrever o "carinho" com que elas são tratadas. Porém, esse tratamento e/ou "paparicação" não é externado a todas as crianças, deixando as crianças negras na maior parte do tempo excluídas dessa prática (OLIVEIRA, 2004, p.82).

Essa prática me remete a uma entrevista do Rapper DJonga ao programa "Podpah"[1], no qual afirma ter sido abordado pela polícia aos 09 (nove) anos de idade e sem ter a noção do porquê da abordagem. O mesmo chega a fazer a reflexão do que uma criança de nove anos de idade poderia estar fazendo de tão grave para ser abordado pela polícia. Esse relato nos faz perceber o quanto o corpo negro já é um corpo marcado pelo racismo desde a infância.

O corpo negro por ter sido violentado historicamente por um imaginário social que o classificou como um corpo abjeto e não passível de luto[2], é um corpo que é habitado por vários discursos e dificilmente consegue se libertar da normatização de inferioridade que lhe foi atribuída, tendo assim, grande dificuldade de se performatizar a partir de outras realidades e outros discursos que fogem a esta normatização de pouca humanidade. Este corpo não habita um lugar de sujeito social, ele não está dentro da moldura na qual são enquadradas as vidas que merecem ser vividas (BUTLER, 2018) de acordo ao pacto de branquitude e suas normas que determinam que as vidas negras importam menos.

Por isso, a importância de discutirmos, denunciarmos e propormos a respeito da violência policial tida como normalizada nestes corpos, para que assim possamos propor ao

[1] Disponivel em: https://www.youtube.com/watch?v=FUfWizs3Eqs

imaginário social, principalmente das polícias, o entendimento do corpo negro como um corpo que deve ser respeitado, protegido e não violentado tal qual um corpo branco, em geral, não o é.

É sabido que parte das mortes dos corpos negros, sobretudo, de jovens negros, é causada pelas forças de segurança do Estado, entre estas, as Polícias Militares, responsáveis pela função ostensiva, de patrulhamento das ruas e que têm contato direto com a população. Essas mortes são incentivadas pelo violento discurso da chamada política de guerra às drogas, atravessada pelo racismo estrutural e institucional, que legitima as ações policiais com incursões e operações das polícias nas áreas faveladas e subalternizadas, com o aparente propósito de combater o crime.

Essas ações quase sempre resultam em violências e mortes sobre os corpos negros, tanto dos que fazem parte das comunidades onde são executadas as ações, quanto dos que

[2] Butler em seu livro "Quadros de Guerra" (2018) explica que os corpos não passíveis de luto são os corpos reificados e excluídos socialmente das normas padrão, ou corpos que são rebeldes e dissidentes de um modelo imposto como verdadeiro, geralmente patriarcal e hegemônico.

fazem parte da própria Polícia, na qual, mais de 50% das pessoas mortas também são negras,de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (FBSP/2021)[3].

Em um país onde, segundo a ONU, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado, onde pessoas negras têm quase três vezes mais chances de serem vítimas de homicídio do que pessoas brancas e fazem parte de 75% das mortes pela Polícia[4], ser jovem e negro, no Brasil, traduz-se em um constante desafio de manter-se vivo.

Um desafio ainda maior é sair às ruas e saber que é um "corpo-alvo" das forças de segurança por causa do seu perfil social, compatível com os perfis das pessoas vitimadas pela letalidade policial. Esse perfil é majoritariamente jovem, homem negro, morador de periferia, de baixa renda, com baixa escolaridade e que, também, é o público-alvo do sistema prisional e judiciário brasileiro e do seu encarceramento em massa.

Na Bahia, onde é o foco da nossa pesquisa, das pessoas mortas por intervençãopolicial, segundo a Rede de Observatório da Violência, 96% são negras[5]. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, 100% das pessoas mortas pelas polícias na cidadede Salvador eram negras.[6] É preciso destacar que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, as policias brasileiras têm o efetivo composto por 56% de policiais brancos (maioria) e 42% de pessoas negras, porém, vale ressaltar que a morte de policiais negros por Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) no ano de 2020 foi equivalente à 62% e, em 2019, de 65%, exemplificando que policiais negros, assim como a população negra, são mais vulneráveis a serem mortos por CVLIs.

Levando em consideração os fatos narrados, percebe-se que esse elevado percentual de mortes de pessoas negras tanto pelas polícias, quanto das próprias polícias, deixa escancarado que o Estado mantém na guerra de combate às drogas um inimigo que quase sempre é "homem"[7], negro, geralmente jovem, e morador das periferias urbanas. Desta forma, convém

[3] Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf

[4] Folha de São Paulo. Homicídios entre jovens negros são quase três vezes maiores do que brancos e chegam a 185 por 100 mil. 15 nov 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/homicidios-entre-jovens-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-brancos-e-chegam-a-185-por-100-mil.shtml?origin=folha. Acesso: 08 jul 2020.

[5] Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/cor-da-violencia-negros-sao-o-alvo-da-letalidade-policial/[6] Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf

[7] Coloco aqui a palavra "homem" entre parênteses por entender que ser homem ou ser mulher é uma construção social, porém, faço o uso da palavra de acordo ao que os indicadores propõem.

imaginar que o Estado criou um inimigo interno para legitimar o uso sistemático da violênciae o controle de corpos subalternizados.

Todos esses fatores nos levam a pensar em como ocorre o processo de formação dos profissionais e a constituição de políticas públicas na área da segurança pública que pensem esses corpos, pois, a falta dessas políticas visando proteger essas vidas e esses corpos, subalternizados nessa guerra, nos passa a impressão de que, na verdade, é intencional, se tornando a falta delas uma política de controle e punição da juventude pobre e negra imbricada a um genocídio em curso.

Assim, sendo as polícias parte desse sistema de segurança pública, as quais, nas suas intervenções as pessoas vitimadas são majoritariamente negras, é interessante pensar no que seja, talvez, o início desse problema: a formação de policiais e nos perguntar de que forma essa formação é oferecida e se as questões étnico-raciais, levando em conta o racismo estrutural no Brasil e institucional, estão presentes nos currículos de formação e, se sim, de qual forma.

Para deixar ainda mais evidenciado esse genocídio em curso, como já dito, no ano de 2019, segundo o Atlas da Violência 2021, as chances de pessoas negras serem vítimas de homicídios foram quase três vezes maiores do que as de uma pessoa branca, sendo que, pessoas negras representam 77% das pessoas assassinadas no Brasil[8]. Isso nos leva à seguinte indagação: por que fatos como estes não chocam a sociedade?

Uma das explicações para o crescimento e aparente aceitação dessas mortes e, principalmente, da letalidade policial sobre os corpos negros e subalternizados é a falta de comoção e empatia na sociedade, pois a morte de pessoas negras acabou sendo naturalizadano imaginário coletivo racista, bem como a desumanização destas, criando uma paisagem de crueldade (SEGATO, 2018), fruto de quase quatro séculos de escravização.

Por fim, a dissertação está organizada em 04 (quatro) capítulos. O primeiro capítulo éa apresentação do tema, juntamente com o memorial e a parte metodológica. O segundo capítulo é baseado na pesquisa bibliográfica e trata da discussão das relações étnico-raciais no país, abordando aspectos atinentes ao racismo institucional e estrutural e considerando o perfilamento racial presente nos indicadores públicos sobre a atuação das polícias.

[8] Atlas da Violência 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf

No terceiro capítulo, é feita uma descrição do Curso de Formação de Soldados, realizada através de uma análise de documentos, normas e informações oriundas da instituição, a fim de identificar como se dá a formação de tal estrutura e para compreendermos a formação de tais profissionais.

O quarto capítulo trata sobre o objeto da pesquisa tendo como aporte os componentes teóricos e documentais expostos nos capítulos que o antecederam, no qual foram aprimorados os dados da pesquisa, com sistematização e análise, entendendo o conjunto de indicadores que sinalizam para o perfilamento racial e que procedeu na elaboração do produto final. E, por fim, as considerações finais, referências e anexos.

1.1 Memorial pessoal-profissional

Para entender os caminhos pelos quais se deu esta pesquisa, diante do que foi até então apresentado, apresentarei a minha trajetória acadêmica-profissional escrita em primeira pessoa dada à natureza de memorial pessoal-profissional. De acordo com Silva (2010), - que reflete sobre memorial na atuação docente, mas que entendemos se aplicar ao presente contexto - o memorial visa exercitar a (auto)compreensão crítica acerca dos movimentos de formação e exercício profissional na constituição de uma identidade como pessoa e profissional. Assim, o processo de construção de um memorial como este envolve o exercício autocrítico sobre os movimentos formativos do profissional na construção de sua identidade bem como em sua atuação profissional, considerando uma série de diferentes aspectos que se conectam – pessoais, profissionais, acadêmicos, afetivos, conjunturais.

Sou Policial Militar do Estado da Bahia, músico, poeta, negro e pansexual, nascido na cidade de Ubatã, região cacaueira do Sul da Bahia, criado em uma família de cinco pessoas: mãe, pai e mais dois irmãos. Lancei em 2014 o livro “Simples-mente-poesia” e participei do projeto de resistência poética e periférica “Quem tem medo de Poesia”, idealizado pelo Ponto de Cultura Viola de Bolso, o qual lançou em 2021 a coletânea “Poetas Locais, na Boca do Mundo” tendo parte com seis poemas antirracistas e *queers*.

Fui criado em uma família simples, musical, incentivadora da leitura e da literatura e que tinha como prioridade o acesso dos filhos à educação por entender que esta seria o maior legado que poderia oferecer para que pudéssemos galgar os próprios passos em uma sociedade desigual e cruel para quem não compartilha dos privilégios sociais engendrados e

sustentados em um sistema racista, capitalista, patriarcal e moldado para a exclusão e exploração de pessoas como eu.

Cursei todo o ensino fundamental e médio em escola pública, compartilhei das precariedades do ensino público como a falta de infraestrutura escolar, evasão de colegas, não valorização das professoras e professores, trabalhadores e trabalhadoras da educação sofrendo ameaças e extensas greves.

Recebi uma educação que hoje reconheço – graças a Paulo Freire – como uma educação bancária (FREIRE, 1996), na qual, eu era simplesmente um depósito de conhecimentos sem criticidade e reflexão da minha realidade e não me percebia como fazendo parte de uma massa oprimida (FREIRE, 2005).

Indo mais além, penso na intelectual bell hooks, que resgata o pensamento de Paulo Freire de uma forma crítica e engajada em relação à libertação das pessoas negras, tendo estas, dificuldades peculiares para alcançar tal libertação do pensamento opressor. Encontrei, ao longo desse estudo, na obra de bell hooks, a possibilidade de colocar em prática o pensamento transgressor que me contempla enquanto pessoa negra, pois, segundo ela, o "educar" para os negros – ela se refere aos anos de segregação racial nos EUA onde existiam escolas para pessoas negras e para pessoas brancas – era uma forma de politizar a população negra e a escola era o espaço que se iniciava a politização e a revolução do auto reconhecimento, para uma luta antirracista e anti-hegemônica (hooks, 2013, p. 7).

Desta forma, ela coloca que existem dois tipos de educação: a que utiliza uma pedagogia libertadora, tendo a educação como uma prática de liberdade, e a educação que só reforça os estereótipos hegemônicos, coloniais e racistas (hooks, 2013, p.12). Esse último modelo é o que não devemos colocar em prática, até porque, é preciso transgredir o pensamento estático para que possamos construir uma nova forma de pensar e de agir, pois, "a educação como prática de liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender" (hooks, 2013, p.25), reaprender e se ressignificar.

No ano de 2004 concluí o ensino médio e mesmo com todos os contratempos da educação que recebi, sem incentivo a cursar uma Universidade, mas por ouvir e ver as discussões e a fomentação na "Era Lula" acerca do acesso de pessoas das escolas públicas às Universidades, tendo colegas que haviam ingressado nestas, prestei vestibular para o curso de Pedagogia no ano de 2006, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pois tinha o sonho de me tornar professor. Passei e ingressei no mesmo ano.

Após ter cursado seis períodos, me vi obrigado a trancar o curso e, também, a dar um tempo da minha atividade musical – que ainda não era remunerada – para trabalhar, pois a Universidade ficava a 90 km (noventa quilômetros) de distância da minha cidade e se tornou quase que impossível ir e voltar todos os dias, pois nem sempre eu e meus amigos – éramos cinco – encontrávamos carona.

Tranquei o curso e, em seguida, prestei concurso para a Polícia Militar do Estado da Bahia e para os Correios, sendo aprovado nos dois concursos, mas escolhido me tornar policial militar, naquele momento, devido um amigo militar ter me falado sobre a escala de serviço que era flexível e daria para retornar à minha graduação. Tornei-me policial militar no ano de 2009 após fazer o curso de formação de soldado na cidade de Teixeira de Freitas.

Já policial, fui morar na cidade de Eunápolis e, no ano de 2012, ingressei no curso de Letras Vernáculas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através do sistema de cotas raciais, devido às políticas de ações afirmativas do então governo progressista vigente. Tinha pensado em retornar e terminar o curso de Pedagogia, até então trancado, mas resolvi dar seguimento a um novo ciclo da vida e o curso de Letras me ajudaria, já que estava em contato com a literatura de periferia e com o movimento de poesias pretas e periféricas, participando de alguns poucos saraus e de oficinas literárias que aconteciam na Bahia.

Ao começar a cursar, fiquei desapontado por ouvir falar pouco ou quase nada na Universidade a respeito dessa literatura que estava ganhando cada vez mais espaço nasperiferias brasileiras. Uma literatura que denunciava a violência das forças de segurança pública, o racismo estrutural e institucional e que me impactou, enquanto policial militar, por me fazer ouvir a voz de quem estava do outro lado da mira do cano do revólver do Estado. Algumas vezes, era meu o revólver.

Essa literatura me fez refletir a respeito de minha posição enquanto policial negro, também vítima da violência sistêmica, institucional e fazendo parte das estatísticas da polícia brasileira que mais mata e que a mais morre no mundo, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Enquanto cursava os quatro anos da graduação, a Universidade me aproximou de várias discussões a respeito das políticas afirmativas de acesso às universidades e inclusão da população negra no mercado de trabalho, como também, discussões até então discretas sobre as relações étnico-raciais e literatura afro-brasileira. As duas últimas despertavam minha curiosidade.

Tive aproximação de professoras e professores – apenas três, no caso – que meajudaram a ter um acesso mais profundo a essas questões e, principalmente, à literatura afro- brasileira e de periferia produzida naquele momento e, até então, pouco conhecida por mim e tão tímida na Academia.

Uma timidez que se dava por conta do tabu em falar sobre uma literatura que não era considerada Literatura pelos professores que exaltavam Machado de Assis e Monteiro Lobato e sua literatura racista, mas que nunca leram Ferrez. Que exaltavam a poesia de países colonialistas, como a poesia de Fernando Pessoa, mas que nunca leram "Magia Negra" do poeta da periferia Sérgio Vaz.

Essas professoras e professores me inspiraram e encorajaram a seguir o caminho de falar sobre essa literatura preta brasileira que denunciava as mazelas sociais do dia a dia, a educação pública precarizada como um projeto político e a violência do Estado para manter nos "guetos" da memória a juventude negra segregada.

Dessa inspiração nasceu meu Trabalho de Conclusão de Curso problematizando os saraus das periferias como quilombos literários tão necessários em lugares onde não existem museus, parques, feiras literárias e quando há a presença do Estado, não é para proporcionar um envolvimento cultural, mas sim, para distribuir o medo. O projeto foi uma pesquisa de cunho bibliográfico, orientado pela professora Drª Vanuza Mascarenhas e pelo professor Me Márcio Junqueira e defendido em 2016.

Apesar de todos os percalços de estudar no turno vespertino e ter que conciliar minha escala de serviço com as aulas, fazendo trocas de serviços e às vezes trabalhando vários dias no período noturno, principalmente nos finais de semana, consegui concluir o curso em 2016 de uma forma mais cômoda por morar na mesma cidade em que estudava e não precisar ir trêshoras antes para a estrada pedir carona – quando conseguia – para não perder o horário deaula.

Após a conclusão, fiquei um tempo dedicado à música e a performances poéticas nos saraus que aconteciam na cidade de Eunápolis e, juntamente com um grupo de amigos, formamos o coletivo "Ruas da Juventude", o qual era responsável por organizar eventos para proporcionar aos bairros considerados periféricos manifestações artísticas como música, saraus, feira de artesanatos e diversas outras manifestações e atividades pedagógicas.

Com o fim do coletivo e pensando em dar seguimento à minha carreira acadêmica, ingressei como aluno especial em 2018, no componente curricular "Educação e Estudos

Culturais: implicações para as práticas do ensino" do Programa de Pós-graduação em Ensinoe Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade do Sul da Bahia, ministrado pelo professor Dr Alexandre Fernandes, por saber que essa Universidade discutia questões decoloniais e que poderia me apontar um novo foco e uma ressignificação intelectual acerca da minha pesquisa da graduação e contribuir na minha vivência enquanto policial militar.

A partir das reflexões em sala de aula e das discussões que me atravessavam, tive um contato mais profundo acerca das questões étnico-raciais e de gênero. Reflexões estas que me impulsionaram a ter um interesse ainda maior pelo programa do mestrado e o desejo de fazer parte dele.

Crescia, então, a cada aula, uma inquietude e autorreflexão sobre minha carreiraenquanto policial militar por perceber como o racismo estrutural, institucional e a masculinidade hegemônica demonstravam estar operando nas bases da instituição na vida dos profissionais. Essas questões me fizeram pensar na possibilidade de contribuir com a transformação do ambiente militar no qual fui forjado, a começar pela problematização dos seus cursos de formação.

A partir de então, comecei a elaborar um pré-projeto para a próxima seleção doprograma de mestrado discutindo sobre a construção das masculinidades na Polícia Militar da Bahia e as consequências em corpos negros dentro e fora dos muros dos quartéis. Esse pré- projeto se deu pelo fato de, enquanto policial negro e não heterossexual, perceber a necessidade de discutir sobre as violências causadas pela masculinidade tóxica hegemônica e pelo racismo estrutural no meio militar, principalmente nos corpos negros e marcados pela vulnerabilidade.

Então, em 2019 participei da seleção para aluno regular do PPGER, e após as etapas, com a submissão do projeto, fui um dos selecionados, com a satisfação de ter como orientadoro professor Dr Alexandre Fernandes e como co-orientadora a professora Drª Carolina Bessa.

O ingresso no PPGER me proporcionou ter uma visão de como opera a colonialidade e seus aspectos na sociedade brasileira e, consequentemente, na corporação da qual faço parte. Na busca de conhecimentos para expandir cada vez mais meu arcabouço teórico e para me aproximar de forma mais efetiva das discussões nesse campo, participei de eventos com apresentação de trabalhos, rodas de leituras, oficinas e cursos de curta duração.

Durante esse processo, me comprometi cursando os seguintes componentes do programa de Mestrado Profissional: Educação e Estudos Culturais: Implicações para

as práticas de Ensino; Metodologia da Pesquisa; Políticas Públicas e Relações Raciais;Estudos Decoloniais e Fundamentos dos Processos de Ensino-Aprendizagem nas Relações Étnico-Raciais.

Em relação aos eventos, participei do *5th World Conference*: Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas (2018); VI CBFL – Congresso Brasileiro de Filosofia da Libertação e III EIFA - Encontro Internacional de Filosofia Africana (2019), com apresentação de trabalho intitulado: "Contra-pedagogias da Crueldade: uma reflexão a partir do pensamento de Rita Segato"; I Jornada do Novembro Negro da UFSB (2019), comapresentação de trabalho intitulado: Necropolícia: quando as masculinidades hegemônicas e negras têm licença para matar corpos vulneráveis; III Seminário de De(s)colonialidades: Ancestralidade, Educação e Resistência (2019), com apresentação de trabalho intitulado: Necropedagogia da Crueldade: as masculinidades tóxicas e seus reflexos em corpos vulneráveis; Colóquio de Dramaturgias da Cena Negra no Brasil e na América Latina (2019), com apresentação de trabalho intitulado: A construção das masculinidades no curso de formação da polícia militar da Bahia e sua influência nas abordagens dos corpos negros

Participei, também, dos cursos: Curso de curta duração PPGER - Acerca de Necropolítica de Achille Mbembe (2019); Projeto de Pesquisa/Intervenção: Sentir, Pensar, Escrever (2019); Contra Pedagogias da Crueldade (2019); Estudos de Gênero e Metodologia de Pesquisa Decolonial (2019); Machismo entre nós (2020); e tive o artigo Necropedagogia da Crueldade: As masculinidades tóxicas e seus reflexos em corpos vulneráveis, publicado na Revista Pindorama (2020).

Ministrei o curso: Refletindo as masculinidades tóxicas no documentário "O silêncio dos Homens" (2019), participei como palestrante da discussão "Cine-debate: a 13ª Emenda" (2019) na UFSB e como organizador do III Seminário Regional de Ensino e Relações Étnico- Raciais - Ancestralidade e Resistência dos Povos Afro-Indígenas (2020). Essas participaçõese produções foram de grande importância na minha construção teórica, possibilitando reflexões, imersões e ressignificações na escrita do meu projeto. Imersões estas, por vezes dolorosas a cada momento em que um novo conhecimento era adquirido, confrontando minha existência enquanto pesquisador e revelando os caminhos e desafios de uma prática decolonizadora.

A partir de então, as contribuições foram essenciais para a percepção dos aspectos da construção do racismo e da masculinidade hegemônica na formação inicial do policial militar.

Análises que me remeteram a questionar minhas próprias ações enquanto policial e que tiveram, infelizmente, algumas consequências negativas no meu ambiente de trabalho, onde foi possível observar resistências por parte de pessoas que tiveram acesso a uma apresentação que fiz na UFSB, intitulada de Necropolícia: quando as masculinidades hegemônicas e negras têm licença para matar corpos vulneráveis.

Este foi um momento de reflexão para pensar minha própria existência enquanto policial militar e até mesmo, da minha própria vida, haja vista que recebi, através de mensagens de texto no meu celular, ameaças que mostraram não aceitar que, enquantopolicial militar, pudesse falar sobre temas que, até então, ainda se mostra como um tabu na corporação por estar pesquisando uma masculinidade que opera de forma sistemática na formação dos policiais militares. Ameaças que demonstraram práticas racistas e homofóbicas dirigidas a minha pessoa.

Diante desse contexto, a pesquisa caminhou para uma mudança de tema e de orientação, passando a ter como orientadora a professora Drª Carolina Bessa e uma pesquisa focada, na discussão de como opera o racismo estrutural, institucional e sistêmico, a partir do perfilamento racial na corporação na busca de contribuir no final da pesquisa com um material informativo a respeito de uma educação antirracista para policiais militares.

Contudo, é preciso ressaltar a importância do PPGER da UFSB na construção e desconstrução de direcionamentos na minha pesquisa. Direcionamentos que tendem a contribuir para a reflexão de uma educação decolonizadora e antirracista nos cursos deformação da Polícia Militar da Bahia.

1.2 Metodologia da pesquisa

A investigação realizada trata-se de uma pesquisa qualitativa, participante e interdisciplinar, primando pelos procedimentos bibliográfico e documental, ao lado de uma pesquisa de campo realizada por meio virtual, que se deu em três fases e culminou em um resultado de pesquisa-intervenção. Tais procedimentos e fases sofreram adaptações e modificações desde o ingresso no Mestrado, em razão, principalmente, da mudança de temano percurso.

Saliento que a delimitação metodológica colocou-se como um premente desafio na pesquisa, que já se constitui como um aspecto desafiador, e ainda mais dado o contexto de pandemia de Covid-19 e a necessidade de afastamento social na trajetória do mestrado, ao lado da mudança de tema, de orientação e de referencial no percurso no mestrado. Assim, recorro a Demo (2005), segundo o qual o conhecimento científico não pode ser visto como algo estanque ou como mero lugar de chegada, mas como algo vivo, uma vez que a ciência e a pesquisa pressupõem dúvidas, perguntas e incertezas. Dessa forma, é trabalho metodológico a busca, o refinamento, a identificação de fontes e a busca por metodologia e método mais adequados à dinâmica da realidade do que se investiga.

Nesse sentido, a pesquisa participante se coloca como ponto importante nesse processo, seja porque é metodologia diretamente relacionada a contextos sociais e políticos, em sua origem, e vinculada historicamente a transformações sociais, seja porque se articula à nossa atuação profissional e acadêmica em torno do tema racial face à própria instituição policial. Concordemos com a definição de Brandão (1998, p. 43), segundo o qual é "a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior".

Cabe citar, no entanto, de acordo com Soares e Ferreira (2006), que para alguns autores a expressão pesquisa participante é representativa de outras expressões, como investigação participativa, investigação militante, estudo-ação, pesquisa ativa, intervenção sociológica, enquete-participação, dentre outros. Segundo Tripp (2005), por exemplo, a pesquisa participante é uma das diferentes formas de investigação-ação, sendo definida como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática.

Quanto à organização metodológica da presente pesquisa, na primeira fase se realizam levantamentos bibliográficos e documentais (LUDKE, ANDRÉ, 1996) no que tange ao racismo institucional, considerando o perfilamento racial e o currículo do curso de formação de soldados da PMBA, ao lado do estudo dos indicadores públicos sobre a atuação de tais profissionais.

Para tanto, dispõe de pesquisa bibliográfica nos bancos de teses e dissertações das Universidades Federais e Estaduais presentes na Bahia, haja vista que a pesquisa trata de questões relevantes ao currículo de formação inicial do curso para soldados da Polícia Militar do referido Estado. A pesquisa foi realizada a partir de palavras-chave nos referidos

repositórios e pesquisas documentais que embasam o currículo, como informações disponíveis no sítio eletrônico na própria instituição.

As pesquisas ocorreram recortando temporalmente o período de 2009 a 2021, período este no qual a discussão a respeito da segurança pública, tal qual sua ideia de desmilitarização, foi fomentada com abrangência nacional[9]. Utilizou-se como filtros de pesquisa as seguintes palavras-chave: "perfilamento racial"; "educação antirracista na formação de soldados da polícia militar da Bahia"; "racismo institucional"; "currículo e formação de soldados da Polícia Militar da Bahia"; "Racismo na Polícia Militar da Bahia".

No Banco de teses e dissertações da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) a pesquisa ocorreu com as referidas palavras-chave, não havendo sido localizadas pesquisas na área. No repositório de teses e dissertações da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), foi utilizado o filtro com as referidas palavras-chave em todo o repositório, sendo localizadas 57 (cinquenta e sete) pesquisas afins, não havendo sido identificadas pesquisas relevantes ao tema, de forma específica.

Foi realizada a pesquisa no Banco de Projeto de Pesquisa da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), porém, não foram encontradas pesquisas relevantes ao tema abordado. Também foi realizada a pesquisa no portal de dissertações da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), não sendo encontradas pesquisas relevantes ao tema.

Foram encontradas no banco de dados da Universidade do Estado da Bahia duas dissertações relevantes ao tema. No banco de teses e dissertações da Universidade Federal da Bahia (UFBA) a pesquisa identificou a discussão do tema com mais evidência, a saber, no repositório da Faculdade de Direito da UFBA, especificamente no banco do Mestrado Profissional em Segurança Pública, bem como nos bancos de dissertações de mestrado e teses, sendo encontradas 103 (cento e três) resultados de pesquisas, que, em sua maioria,

[9] No ano de 2009 houve a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública no Brasil, sediada em Brasília-DF, com o objetivo de discutir os âmbitos da segurança e suas complexidades. Disponível em https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Publica/texto_base_1_conferencia_seguranca_publica.pdf. É importante lembrar, também, da criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), em 2007, pelo governo federal, que visou articular a junção de ações da segurança pública com as ações sociais. No ano de 2012 o Conselho de Direitos Humanos da ONU recomendou o fim da polícia militarizada no Brasil. Nesse mesmo ano, houve uma mobilização de policiais militares na Bahia, que paralisaram suas funções reivindicando melhorias para a categoria. Com a PMBA paralisada, a segurança pública no Estado ficou comprometida, levando a uma onda de saques e violência. Esse fato, que ficou conhecido no país inteiro através dos veículos de mídia, acendeu a discussão sobre a desmilitarização da PMBA com alguns setores defendendo a militarização e a punição dos responsáveis pela greve, enquanto outros setores defendiam o fim da militarização.

não correspondiam especificamente ao tema; das quais, 06 (seis) foram relevantes. A pesquisa teve continuidade nos repositórios das Faculdades de Educação, Filosofia e Ciências Humanas e no Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA, porém,não foram encontradas pesquisas relevantes ao tema.

A seguir, apresentam-se as informações sistematizadas (quadro 1) das pesquisas encontradas - todas de mestrado (dissertação) - a partir do levantamento bibliográfico inicial, como ano e autoria.

Quadro 1. Pesquisas encontradas sobre o tema em bancos virtuais de teses na Bahia

Título da dissertação	**o(a) autor(a)**	**Instituição**	**Ano**
Formação em Segurança Pública e as TIC: Umestudo de caso sobre o Curso de Formação de Soldados da PMBA	Maria da Soledade Cardoso Landim Batista	UNEB	2016
A PMBA e o Enfrentamento às Violências: Umestudo de caso participante sobre a dinâmica dequalificação dos Policiais para Atuação em Ambiente Escolar	jara SantosOliveira	UNEB	2016
desempenho na Polícia Militar daBahia: uma proposta	dauto SenaOliveira	UFBA	2013
gurança pública na Bahia e a justiça militarestadual: doutrina e controle externo	Paulo Roberto Santos de Oliveira	UFBA	2014
O uso da força policial sobre o prisma das legislações internacionais: uma análise sobre acapacitação e qualificação do efetivo policial militar da Bahia atuante nas companhias independentes de policiamento tático	Vítor Rogério Ribeiro Gomes	UFBA	2013
Força policial: uma análise sobre a percepção dos diferentes atores da PMBA em relação às contribuições do curso de formação de oficiais daPolícia Militar da Bahia na atuação dos seus egressos	Jivaldo GóesOliva Júnior	UFBA	2017

ção policial na perspectiva de jovensnegros: vozes dos invisíveis	Jader Santos Alves	UFBA	2017
“Bandido bom é bandido morto”: as representações sociais dos policiais militares sobreos autores de delitos e o sistema de justiça criminal	Alexsandro de Oliveira e Silva	UFBA	2017

Fonte: elaborado pelo autor com informações dos bancos de tese.

Na segunda fase foram observados elementos que sustentam a presença do racismo institucional e do perfilamento racial, bem como a presença ou não de debates em torno das relações étnico-raciais no âmbito da PMBA, em específico, no currículo dos cursos de formação inicial de soldados. Durante essa etapa, foi realizada uma análise crítica de documentos, normas e informações oriundas da instituição a fim de identificar como se dá a formação de tais profissionais, compreendendo o conjunto de indicadores que sinalizam para o perfilamento racial.

Deste modo, é preciso relatar que, nesta fase, os documentos para a análise da pesquisa foram de certa forma atrasados e/ou negligenciados pelos órgãos competentes em relação ao tempo de resposta e disponibilidade dos mesmos. Os pedidos dos documentos foram feitos formalmente aos prepostos de cada órgão, porém não obtivemos resposta em tempo hábil, sendo preciso informar à ouvidoria do Estado e reiterar o pedido via Lei de Acesso àInformação (LAI) (BRASIL, 2011).

O primeiro pedido (anexo 2) foi feito dia 21 de abril de 2021 ao diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar da Bahia (IEP) que é responsável pelo planejamento e fiscalização das atividades de ensino na corporação, porém, sem sucesso de retorno, tendo o segundo pedido sido feito dia 30 de agosto de 2021 (anexo 3).

Por não haver retorno do primeiro pedido, foi feita uma solicitação dia 18 de agosto de 2021 ao Centro de Ensino e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) (anexo 4), unidade escola que executa o Curso de Formação de Soldados (CFSD), porém, sem sucesso de retorno. Como no ano corrente está acontecendo o CFSD no 8º Batalhão da Polícia Militar, na cidade de Porto Seguro, foi realizada a solicitação, respondida em poucos dias relatando que as informações requeridas eram de competência do IEP e do CFAP, órgãos já antes solicitados (anexos 5 e 6).

Após ter sido solicitado o pedido via LAI e informado à ouvidoria do Estado, as respostas às solicitações foram obtidas, porém, sem algumas das informações como a disponibilização do material formativo e dados sobre a formação e experiência do corpo docente (anexos 7 e 8).

Contudo, na terceira fase foram aprimorados os dados da pesquisa, com sistematização e análise, para proceder à elaboração da dissertação e do produto final condizente com o mestrado profissional (panfleto). No que tange à pesquisa documental, foram analisados os documentos oficiais disponibilizados pelos órgãos de ensino da Polícia Militar da Bahia atentando para indicativos do processo formativo dos soldados, bem como uma análise do currículo e dos documentos tendo como base a identificação de conceitos e conteúdos ligados à discussão étnico-racial e como ideia norteadora a noção de currículo oculto (SILVA, 1999).

Silva (1999, p.78) coloca que a ideia de "Currículo oculto" vai além do currículo formal, escrito. É um tensionamento de poder que exerce, principalmente, sobre pessoas das classes subalternas a obediência e o conformismo às estruturas de poder capitalistas. É uma forma de organização que está fora da característica do currículo oficial estruturado, como por exemplo, a noção de comportamento, valores e orientações ensinados e/ou imitados de forma implícita na sala de aula.

Para Perrenoud (2000), os ensinamentos que vão além do currículo formal e que ele define como "currículo real" estão submetidos à subjetividade dos/das professores/as e na relação destes com seus/suas alunos/alunas e das adversidades do espaço escolar e que possam surgir no decorrer das aulas. São os ensinamentos que não foram planejados, passados de forma "subliminar" e que tem muito a ver com a formação pessoal e profissional do mediador do conhecimento e a sua conduta.

Esses comportamentos, valores e orientações são ensinados de formas desejáveis para o funcionamento da estrutura social e das instituições. Neste caso, não descarta-se, porém, que esses comportamentos, valores e orientações também podem ser exercidos nas salas de aulas dos cursos de formação da Polícia Militar através da disciplina, hierarquia e dos comandos e ensinamentos implícitos que tendem e/ou podem vir a influenciar formas equivocadas de abordagens policiais, como as abordagens executadas obedecendo a um perfilamento racial.

O currículo oculto faz parte de uma matriz normatizadora de conceitos inventados, (in)justamente, para que esses conceitos se perpetuem e continuem a ser ensinados na esfera

social privilegiando alguns poucos em detrimento de muitos outros, como a ideia patriarcal de ser homem e ser mulher, a ideia colonialista de raça/etnia, a ideia de classe, etc.

A importância de identificarmos o currículo oculto, segundo Silva (1999), é que desta forma nós o (des)ocultamos, o trazemos à margem, ficando mais fácil combater o que se tem de nocivo nele, pois, como afirma Ribeiro (2018), não podemos combater o que não tem nome, o que não podemos identificar, expor. É necessário dar nome às opressões para que elas sejam combatidas.

Em relação à pesquisa de campo, a mesma não pôde ser realizada como previsto (entrevistas) devido ao contexto da pandemia de COVID-19 que impossibilitou o contato presencial com as pessoas participantes. Sendo assim, foi necessário formular outra estratégia como um questionário virtual que tem por objetivo "o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc." (GIL, 1999, p.128) da realidade das pessoas participantes.

O questionário virtual (anexo 9) foi organizado de forma semi-estruturada, composto com perguntas estruturadas fechadas e um espaço para livres opiniões sobre o assunto tratado, elaborado e disponibilizado na plataforma "doocs.google.com" em setembro de 2021, do dia 24/09 à 30/09 e divulgado em *link* específico por meio de grupos de interação virtual institucionais formados por policiais militares, voltados à troca de mensagem instantânea como *Whatsapp e* que têm a finalidade de demandar assuntos institucionais e ocorrências e situações decorrente do serviço policial. Foram três grupos de troca de mensagens instantâneas *Whatsapp* nos quais o questionário foi transmitido*:* o primeiro com 34 (trinta e quatro) participantes, o segundo com 86 (oitenta e seis) participantes e o terceiro com 40 (quarenta) participantes, obtendo 37 (trinta e sete) respostas.

Foi respondido de forma anônima por 10 (dez) pessoas do sexo feminino e 27 (vinte e sete) pessoas do sexo masculino e apresentado com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, resguardando-se o sigilo e não identificando os respondentes/sujeitos da pesquisa de nenhuma forma, observando-se as orientações éticas na pesquisa (anexo 5), e teve como participantes policiais militares que passaram pelos cursos de formação de soldados da Polícia Militar da Bahia realizados nos anos de 2009 a 2017. Não houveram critérios excludentes de idade e/ou gênero e/ou raça.

A delimitação do período foi em decorrência de que a partir do ano de 2009 os Cursos de Formação de Soldados da Polícia Militar da Bahia começaram a abranger, timidamente as

discussões em relação ao racismo e às questões étnico-raciais, haja vista ter acontecido neste ano a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública no Brasil, em Brasília/DF, que visava a discussão da segurança pública pautando os novos princípios que viriam a orientar as novas políticas de segurança pública no país. Importante frisar que até o ano de 2015, o currículo do curso de formação não abrangia questões como racismo institucional e/ou perfilamento racial, bem como questões étnico raciais, como podemos observar no documento disponibilizado no anexo 10.

A partir das perguntas pretendeu-se mobilizar conhecimentos, experiências e saberes prévios dos participantes da pesquisa e levantar dados que pudessem colaborar com a elaboração do produto final, o panfleto, temas de interesse e/ou lacunas formativas sobre racismo na PMBA. Referente à análise dos dados, para que se chegasse à construção do produto final, foi disponibilizado o questionário semi-estruturado com 14 (quatorze) questões fechadas e um espaço livre para comentários e sugestões dos participantes da pesquisa.

Com as análises interpretativas dos dados coletados da pesquisa de campo, como os gráficos contendo as respostas e, também, das opiniões dos/as 37 policiais que participaram do questionário virtual - que serão apresentadas na seção 3.2 deste trabalho -, foi feita uma articulação para a elaboração de categorias úteis para a construção do produto. Essa construção se definiu, necessariamente, em tópicos e questões a partir do *"feedback"* das compreensões, críticas e anseios dos/as participantes em relação aos assuntos abordados no questionário. A partir daí, foi elaborado o "Panfleto Antirracismo e Atuação Policial", que contém 10 páginas em formato digital.

O produto aborda temas como a compreensão política do conceito de raça, o mito da democracia racial, racismo estrutural, racismo institucional e perfilamento racial. O materialse dará em formato panfleto informativo a respeito do racismo estrutural e institucional para policiais militares a fim de contribuir para que estes profissionais sejam agentes transformadores dessa luta contra o racismo. Pretende-se que o "Panfleto Antirracismo e Atuação Policial" possa ser socializado virtualmente e inserido nos cursos da instituição - o que dependerá de articulação com os setores responsáveis - e seja disponibilizado gratuitamente em formato virtual para permanente mobilização temática. Dessa forma, o material será encaminhado aos setores institucionais específicos no âmbito da PMBA (notadamente aqueles que foram contatados durante a pesquisa documental) e socializado nos mesmos grupos de *Whatsapp* em que a pesquisa foi veiculada.

2. RACISMO, POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E SUAS TONALIDADES

Existe uma relação quando tratamos de violência policial no Brasil, nos Estados Unidos e em países que tiveram mão de obra escravizada: o alto índice de letalidade policial com viés racial. Entretanto, há diferenças no tocante ao modo como o racismo opera, diante, por exemplo, do mito da democracia racial no Brasil fundado na ideia de miscigenação.

Aqui, a noção de democracia racial cunhada por autores como Gilberto Freyre nos fez acreditar por muito tempo que não existe racismo no Brasil e que por sermos um país miscigenado existe uma harmonização racial, principalmente quando observamos discursos que apontam o fato de não termos constituído leis segregacionistas como, por exemplo, existiram nos EUA e na África do Sul, países onde a violência policial era institucionalizada e legitimada.

Contudo, se formos observar de maneira mais ampla e aprofundada, encontraremos leis segregacionistas após a "abolição" da escravização das pessoas negras no Brasil como o decreto número 847[2], de 11 de outubro de 1980, no qual, em seu capítulo XXIII, art.402 determina de dois a seis meses de prisão para as pessoas que fossem pegas praticando a capoeira ou em "condição" de vadiagem, que compreendia as pessoas que não tinham como comprovar que estavam trabalhando, sendo essas pessoas, parte da população negra que foi abandonada pelo estado e sobreviviam, em grande parte, de serviços subalternizados e informais os quais não tinham como comprovar.

Essas leis operavam com o objetivo de segregar, perseguir e criminalizar a população negra, impedindo desta forma sua mobilidade social, haja vista que essa população após ser, em tese, libertada, foi jogada à própria sorte, sem ter direito a qualquer idenização e/ou a políticas públicas por parte do Estado. Pelo contrário, o Estado incentivou a contratação de imigrantes europeus para ocupar a mão de obra que os/as negros/as ocupavam.

Sem emprego formal, salário e ocupação, a população negra ex-escravizada participante das rodas de capoeira era perseguida, presa e coagida, senão espulsa a migrarem para longe dos centros urbanos, mostrando desde aquela época quem podia ocupar determinados espaços sociais.

Essa questão me lembra da autora Joice Berth em entrevista à Revista EXAME (2021)[3]

[2] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html
[3] Disponível em: https://exame.com/blog/nosso-olhar/joice-berth-as-cidades-sao-espelhos-das-desigualdades/

em relação a quem pode ou não ocupar a cidade, momento em que ela exemplifica categoricamente que as cidades são reflexos das desigualdades sociais e economicas, principalmente, quando observamos o recorte de cor/raça das pessoas que ocupam os centros das cidades e das pessoas que ocupam as áreas de periferizadas.

Voltando ao mito da democracia racial no Brasil que, mesmo desmistificado por estudiosos como Florestan Fernandes (1965) e Kabengele Munanga (2010), ainda é muito presente na nossa sociedade por fazer parte da educação do brasileiro, o qual não se reconhece racista, pois o racismo no Brasil é um racismo velado, que Munanga (2010) chama de "racismo à brasileira". É um racismo implícito, permanente, porque se vale da ideia de que a diferença entre pessoas negras e brancas é, simplesmente, por uma questão social e não racial, descartando a ideia de racismo estrutural e estruturante no Brasil.

A ideia de democracia racial brasileira é uma fuga da realidade para que não sejam reconhecidos os diversos preconceitos sofridos pelas pessoas negras que não contemplam de igualdade de direitos, principalmente quando esses direitos se referem à ascensão social ou aos direitos que são afrontados e dirimidos pelo sistema de segurança pública, até porque,

> As pessoas querem dizer, está claro, que o preconceito racial no Brasil é provocado pela diferença de classe econômica e não pela crença na superioridade do branco ena inferioridade do negro. O que é a voz do mito de democracia racial brasileira, negando os fatos às vezes tão gritantes da discriminação racial no cotidiano do brasileiro (MUNANGA, 2010, p. 3).

Segundo Fernandes (1965, p. 23), a democracia racial "só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça". Essa idealização nas palavras de Florestan Fernandes, escritas na década de 1960, ainda é um sonho a ser alcançado, hoje, pela população negra quando vemos o nosso "racismo à brasileira" (MUNANGA, 2010, p. 1) ser um dos impulsionadores da letalidade

policial com viés étnico-racial fazendo parte de uma estratégia de morte amparada por um racismo velado e perfilamento racial, como deixa claro Sinhoretto (2018) em suas pesquisas sobre o tema.

Letalidade esta que no ano de 2020 desencadeou nos EUA, após a morte de um homem negro - George Floyd -, por policiais, vários protestos que foram difundidos em váriaspartes do mundo, inclusive, no Brasil, que tem exemplos categóricos de letalidade policial, como o caso do pedreiro Amarildo de Jesus, sequestrado, torturado e morto, no ano de 2013, por policiais militares no Rio de Janeiro.[10]

Como tudo o que acontece no trópico Norte tem grande reverberação no trópico Sul, esses protestos estimularam, por aqui, a discussão acerca do racismo estrutural, da letalidade policial e da reestruturação da polícia por parte da mídia. Este fato foi um marco importante para evidenciar e trazer à superfície casos de várias pessoas negras como George Floyd que são mortas em intervenções das forças de segurança pública em zonas de periferias do Brasil, mas que por vezes não ganham a visibilidade necessária ao debate público sobre a questão. Mortes estas que Soares (2019, p .23) coloca como "o extermínio de inimigos como política estatal" por serem essas mortes, em sua maioria, apontadas como autos de resistência[11] que, em sua maioria, são arquivados com o aval do judiciário brasileiro.

Nessa premissa, Oliveira (2014) busca analisar a atuação da justiça militar do Estadoda Bahia em relação às práticas abusivas, violências e possíveis crimes cometidos por policiais militares nas ruas das cidades baianas, levando em conta o seu papel de controle externo da polícia de responsabilizar os agentes que porventura não preservem os direitos constitucionais das pessoas por hora abordadas, porém, mostra-se como uma atuação de conivência e corporativismo.

A relação dessas letalidades com o nosso aspecto colonial, tem a ver com a escravização das pessoas negras que no cenário pós-abolição continuaram desprovidas de direitos e jogadas à própria sorte, sendo desta forma, marginalizadas. É a relação para com os corpos negros que foram subalternizados, reificados e não passíveis de luto (BUTLER, 2018). Essa herança colonial de objetificação dos corpos negros fez com que a sociedade não se

[10] Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-entenda-o-que-cada-pm-condenado-fez-segundo-justica.html>. Acesso em agosto de 2021.

[11] O "auto de resistência" está amparado no Art. 292 do Código de Processo Penal CPP) aplicado na hipótese de resistência à ordem legal de prisão. O auto de resistência foi criado durante a ditadura militar para justificar os homicídios decorrentes de intervenções policiais. Nesses casos, o policial não é indiciado, pois, logo, configura- se a intervenção resultante em morte como legítima defesa, mesmo que as únicas testemunhas vivas sejam os policiais participantes da ação.

importasse com esses corpos e com a forma violenta com que eles morrem, sejam nas intervenções das forças de segurança pública, seja em consequência do varejo de drogas, seja nas filas dos hospitais ou em consequência do encarceramento em massa nas prisões brasileiras.

A imagem que foi construída no período colonial das pessoas negras, tendo estas no imaginário social como pessoas subalternizadas, subservientes, desvalorizadas e, após a abolição, como preguiçosas, por terem sido jogadas à margem pelo Estado e não serem contratadas para exercer trabalhos remunerados, criou um estereótipo de marginalização ao ponto de se tornarem corpos matáveis e corpos-alvo das instituições e corporações que têm suas bases fundamentadas no racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

Essas instituições, e coloco como exemplo a Polícia, são instituições atravessadas por conflitos existentes na sociedade, como os conflitos raciais, pois são compostas de pessoas que fora delas participam ou não dos privilégios da branquitude. Essas pessoas, segundo Almeida (2018), tendem a tensionar as relações para atingirem o poder e ter dominação dentro das instituições, porém, esse poder de controle das instituições, em sua maioria, é tomado pelas pessoas brancas, sustentando, de certa forma, o racismo institucionalizado, pois,

> "No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judicuário, o monistério público, reitorias de universidades, etc.. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da presença de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a assenção de negros e/ou mulheres e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim o domínio do grupo formado por homens brancos" (ALMEIDA, 2018, p.40).

Daí, podemos entender omotivo pelo qual não nos choca o fato de 70% das mortes pelas polícias brasileiras serem de pessoas negras, como explicita o Anuário brasileiro de Segurança Pública (2019) e que a CIDH (2019) em seu relatório "Situação de Direitos Humanos no Brasil" coloca como violência seletiva.

Podemos buscar a explicação para a não sensibilidade por essas mortes a partir do termo "paisagem da crueldade" cunhado pela socióloga Rita Segato. De acordo com ela, a baixa empatia que sentimos pela violência sofrida ao outro é explicada pela exposição constante dos corpos matáveis na sociedade, na televisão e nos meios de comunicação, o que incentiva, ainda mais, a morte de outros corpos matáveis, pois "*La repetición de la violencia produce un efecto*

de normalización de un paisage de crueldad y, on esto, promueve en la gente los bajos umbrales de empatia"[12] (SEGATO, 2018, p.11).

Pensando nessa perspectiva, a partir do momento em que pessoas são objetificadas e julgadas aptas ou não ao trabalho, ao consumo, à proteção estatal e posteriormente à vida, sendo essas, peças descartáveis, cria-se nos indivíduos uma baixa empatia por elas, pois se identifica nelas a imagem do "não-humano", vistas como um objeto pelo qual não se mereça emanar emoção.

Desta forma, abrem-se possibilidades para que os corpos marcados sofram violências sociais e/ou institucionais – feminicídio, homofobia, transfobia, racismo, abuso de autoridade, etc. –, causando, assim, uma paisagem da crueldade que de tanto estar normalizada, seja através dos veículos de informação ou através do nosso olhar no dia a dia, já não percebemos,

[12] "A repetição da violência produz um efeito de normalização de uma paisagem de crueldade e, com isso, promove nas pessoas os baixos limiares de empatia" (Tradução nossa).

ou quando percebemos, nos silenciamos por não sentir ou não querer sentir a dor da violência sofrida pelo outro.

A dor, principalmente, do povo negro já não é sentida há quase 400 anos, a não ser por ele mesmo. A partir destas reflexões, é importante ressaltar que o Estado brasileiro foi desenhado a partir da colonialidade, da raça e do racismo sistêmico que o estrutura e atua na produção da identidade do negro e que serve para manter os privilégios e a hegemonia da branquitude, atribuindo valores às pessoas a partir da sua cor de pele, da sua aparência (ALMEIDA, 2018).

A branquitude é um grandeproblema do racismo estrutural, pois, segundo Bento (2002), é uma forma não verbal de poder, na qual as pessoas brancas que estão nos espaços de poder e de decisão concedem – a partir do que ela chama de "pacto narcísico da branquitude – a outras pessoas brancasfazerem parte destes espaços, concedendo-lhes privilégios em detrimento das pessoas não brancas, seja nas entrevistas de emprego em uma grande empresa para um cargo importante, seja em favorecimento dde situações em que se exige confiança e, por isso, preferem confiar nos seus iguais.

Observando por este ponto, a filósofa Djamila Ribeiro (2018) relata que nos maiores escritórios de advocacia do Brasil, menos de 3% das pessoas que fazem parte destes são pessoas negras. Isso mostra que este pacto de branquitude é uma engrenagem de moer gente não branca e que alimenta o racismo estrutural e institucional, na qual se atribui ao negro, devido ao nosso imaginário social, uma imagem de inferioridade intelectual e cultural, "no qual "o negro" aparece como feio, maléfico ou incompetente" (BENTO, 2002, p.46).

Bento (2002) coloca que a branquitude é quando as pessoas brancas têm o privilégio de não pensar em discutir sobre raça, de não precisar conhecer o outro ou os efeitos positivos em si mesmas em relação ao racismo sofrido pelas pessoas negras. É ter uma vantagem de não precisar discutir que o resultado do racismo lhes colocam em uma posição de privilégio em relação, principalmente, às pessoas negras, pois o branco é tido como ser universal, o modelo a ser seguido e, por essa questão, quando a raça é pensada é entendida como uma hierarquia, algo natural.

Ainda, segundo a autora, é preciso que as pessoas brancas reconheçam sua branquitude e seus privilégios em detrimento desta para que se possa começar a pensar "uma possível identidade branca não-racista que pode ser alcançada se a pessoa aceitar sua própria branquitude e as implicações culturais, políticas, sócio-econômicas de ser branca definindo a visão do eu

como um ser racial (BENTO, 2002, p.48).

Segundo Jurema Werneck (2013), o racismo é um sistema que tem a atuação em diversos níveis: pessoal, quando envolve o sentimento de superioridade racial para com o outro; interpessoal, quando envolvem as ações e omissões que acarretam na desumanizaçãodo outro; e o racismo institucional. Quanto ao último, ela o descreve de duas formas: a primeira, "material", quando disponibiliza às pessoas negras pouco acesso às políticas ou até mesmo a indisponibilidade destas; a segunda, "acesso ao poder", que na verdade, é o não alcance e participação neste, restringindo o acesso à informação, aos espaços de poder e aos espaços de decisão na esfera do Estado, definindo que o racismo institucional "opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial". (WERNECK, 2013, p.17)

Levando em conta a questão da hierarquia racial, ela explica através da definição"linha de cor", de Du Bois, a barreira entre negros e brancos responsável pela segregação social, na qual pessoas de pele clara tendem a ocupar lugares de destaque, de representação e de poder na hierarquia social e que acaba definindo a relação das pessoas de pele mais escura com posições sociais de inferioridade.

Como exemplo, podemos observar no Brasil a baixa porcentagem de negros e negras em espaços de decisão, na política, no sistema de justiça e diversos outros espaços de poder, ganhando salários inferiores aos dos brancos, mesmo sendo a maioria da população brasileira,o que deveria ser chocante (IBGE,2019). Em contraponto a estes espaços, estas mesmas pessoas correspondem à maioria da população carcerária e da população vitimada nos autos de resistência das polícias brasileiras (FBSP, 2020).

Contudo, é interessante refletir sobre a manutenção do racismo institucional por parte do Estado, detectá-lo e colocá-lo em evidência para confrontá-lo. É preciso mostrar o quão

nocivo ele é na vida das pessoas negras, até porque, só podemos lutar contra o que é visto, pois "é importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-lada invisibilidade" (RIBEIRO, 2019, p. 30), desnudá-la e mostrar que esse racismo se utiliza da cor da pele como justificativa para desumanizar pessoas negras.

Portanto, tendo em vista que o racismo estrutural e institucional são máquinas que giram com o apoio das instituições e corporações, a discussão nos mostra que é preciso colapsar as estruturas racistas de dentro para fora, é necessário penetrar nela. Percebendo quea corporação Polícia Militar é uma dessas estruturas que tem por base os cursos de formação para forjar os profissionais que, indiretamente, contribuem com esse sistema, faz-se urgente ressignificar sua matriz curricular com um olhar antirracista, anti-colonialista, um olhar dos movimentos negros brasileiros.

Estes movimentos e seus intelectuais são de grande relevância na reflexão de que é preciso descolonizar o currículo e o pensamento presos aos grilhões hegemônicos e padrões branco-europeus. O pensamento negro se mostrou como fazendo parte do processo decolonizador da América-Latina, de questionamento e traçando críticas ao modelo de poder hegemônico eurocentrado, de conhecimento, educação, trabalho e raça. (GOMES, 2017)

Segundo GOMES (2017, p.225), "a descolonização tem de ser acompanhada por uma ruptura epistemológica, política e social que se realiza também pela presença negra nos espaços de poder e decisão; nas estruturas acadêmicas; na cultura; na gestão da educação; da saúde e da justiça", pois, não adianta apenas lutar pela descolonização epistemológica e construção do conhecimento, é preciso ocupar os espaços das estruturas sociais de poder e decisão para uma efetiva mudança contra o racismo estrutural e institucional. Nesse sentido, entendemos que abordar o racismo, discuti-lo e analisar a forma como ele opera institucionalmente é fundamental para proceder à análise proposta no presente trabalho.

2.1 Racismo institucional

Existe no Brasil – no senso comum – uma compreensão biologizante, ainda hoje, do conceito de raça como "raça humana" para dissimular a existência de opressões e violências sofridas, social e historicamente, pela população negra. Porém, vale relembrar que o conceito de raça como apenas biológica já foi usado para definir as pessoas brancas como raça superior e pessoas negras como raça inferior e para justificar violências e opressões contra o povo negro. Assim, o conceito de raça que foi construído outrora pelas ciências biológicas e que

ainda hoje é sustentado em nosso imaginário, reduzindo as agressões aos negros apenas às questões socioeconômicas e não raciais, impede discussões e debates para a compreensão do conceito de raça como político e ideológico (MUNANGA, 2019).

Para Gomes (2018), o conceito de raça foi ressignificado, principalmente pelo engajamento político do movimento negro que muito contribuiu para o entendimento de raça como uma categoria política e de luta por direitos que valoriza a história das pessoas negras, ressignificando o conceito negativo outrora estabelecido e verdadeiramente contribuindo para a educação das relações étnico-raciais no Brasil. Importante explicação é colocada em relação ao fato de que raça e racismo se tornaram ideias e práticas mais complexas após a abolição da escravatura possibilitando a política de branqueamento, integrando a estrutura social pautada na desigualdade e vivida pela população negra brasileira. (GOMES; LABORNE, 2018)

Segundo a autora, a politização do conceito de raça pelo movimento negro foi crucial para entendermos a importância dessa discussão e luta sistemática por direitos, haja vista que tivemos um processo de escravização de mais de trezentos anos que massacrou grupos étnicos específicos e que ainda está em curso sob novas roupagens, como por exemplo, o extermínio dos povos indígenas e da juventude negra pelo racismo institucional.

Sobre esse racismo institucional, podemos entendê-lo como um estado de violência das instituições a determinados corpos em detrimentos de outros pela sua raça (WERNECK, 2013). Esses corpos, que neste estudo são os corpos negros, também são interseccionados por outros marcadores sociais como classe e gênero.

Essa violência é exercida como forma de dificultar e/ou excluir o acesso de pessoas de "pele escura" a determinados serviços e órgãos, como por exemplo, o não acesso à educação, à saúde, à cultura, ao trabalho, a não ascensão aos postos e cargos de chefia, ou mesmo vitimando-as em detrimento da manutenção da Segurança Pública, em situações nas quais a população negra é uma potencial vítima, seja na maioria em número de mortos nas ações das forças de segurança, seja no número de encarcerados pelo sistema prisional. São essas pessoas as que mais sofrem vigilância do Estado, e também, as mais visadas pelo sistema punitivo.

Só para ilustrar alguns dos exemplos acima, no ano de 2019, segundo do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), dentre as pessoas vítimas de intervenção das forças policiais resultante em morte, 99% eram homens, 78% eram jovens e 75% eram negros e negras. Ou seja, naquele ano, a cada dia, 12 pessoas negras foram mortas pelas forças de segurança, no Brasil.

O estudo "Filtragem Racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública erelações raciais" (SINHORETTO, 2028) mostra, para além dessas mortes, que o número de prisões em flagrante e os dados da letalidade policial atingem substancialmente pessoas negras e exibem uma evidente filtragem racial.

Gomes (2013), pesquisando a Polícia Militar baiana, afirma que a capacitação desta, está pautada no uso da força e violência, pois mesmo com os acordos internacionais para uma redução da violência e letalidade policial, "No Brasil, os estados continuaram a adotar práticas policiais repressivas e discriminatórias para enfrentar a violência criminal armada, que mata dezenas de milhares de pessoas" (GOMES, 2013, p. 26). Visto por este prisma, é só observarmos os indicadores sociais que apontam um aumento da letalidade policial, principalmente em corpos negros, os quais fazem parte de 70% dos autos de resistência das forças policiais, como também o aumento no número de policiais assassinados. Uma guerra em que todos perdem.

Alves (2017) analisando a atuação policial a partir da visão de jovens negros e negras, na cidade de Salvador/BA, alvos preferenciais do racismo estrutural e institucional, perfilamento racial e que são a maioria nas estatísticas que correspondem à letalidade e violência policial, traz à tona o paradoxo de um Estado que, ao mesmo tempo que é obrigado a defender os corpos negros e vulneráveis, é o mesmo que o pune com a violência, a morte sistêmica ou o encarceramento em massa.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), com dados de dezembro de 2019 pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), a população prisional do Brasil é de quase 750 mil pessoas, a terceira maior população carcerária do mundo. Desta população, 95% são pessoas do sexo masculino e, segundo o levantamento de 2017, 63,7% eram negros e negras, enquanto negros e negras representam 53,63% da população brasileira e brancos 45,48%. É uma balança que pesa mais para um lado devido o sistema penal ter sido, historicamente, “utilizado para promover um controle social marginalizando grupos considerados “indesejados” por quem podia definir o que é crime e quem é o criminoso” (RIBEIRO, 2019, p.97).

As características étnico-raciais são, também, as características que determinam o encarceramento em massa, o qual pode ser entendido como um dos mecanismos de controleda população negra pelo Estado, pois os dados acima revelam que o cárcere é uma estrutura racializada que começa a sua seletividade através do perfilamento racial e que [...] manifesta-

se, subjetivamente, quando as instituições do sistema de punição agem predominantemente focadas em comportamentos ou fenótipos de atores sociais determinados, gerando desigualdades de tratamento nos campos da segurança pública e da justiça criminal (TORRES; FERREIRA DE OLIVEIRA; TORRES, 2018, p. 89)

Esse sistema tem como principal foco pessoas negras, pois, segundo Juliana Borges (2018), é preciso criar a necessidade de inferiorizar o outro para o explorar e também, o exterminar e que acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2021),é flagrante, no Brasil, a sobreposição das pessoas afrodescendentes e o sentimento de subjugação destas na sociedade brasileira. Subjugação que se reproduz nas estruturas das instituições e corrobora para que o racismo estrutural e institucional funcione como mecanismo de controle social, seletividade e de não ascendência social da população negra.

Angela Davis (2009, p. 47) nos oferece a possibilidade de pensar que o sistema carcerário, além de funcionar como um depósito de corpos reificados socialmente, funciona, também, como uma instituição que agrupa as vítimas dos problemas sociais que o Estado não dá conta por falta de investimento em políticas públicas para essas pessoas que, geralmente, são provenientes de zonas pobres e de periferia que são compostas, majoitariamente, por negros e negras.

A falta de investimentos em políticas públicas e afirmativas - como por exemplo ações afirmativas, com foco na reparação histórica de exclusões, tal como a chamada lei de cotas nas universidades federais no Brasil (BRASIL, 2012) - pode ser entendida como um dosfatores de as pessoas em situação de vulnerabilidade cometerem delitos e pararem nas prisões, como se a prisão fosse a solução punitiva para os problemas sociais.

Os dados citados até aqui trazem a reflexão de que existe um perfilamento racial estruturado pelo racismo no Sistema de Segurança Pública e executado, em parte, pelos agentes das forças policiais que estão na linha de frente. A seletividade percebida pode ser consciente ou inconscientemente por parte dos agentes - que são partícipes desse sistema - devido a nossa sociedade ter engendrado em sua construção o racismo estrutural e velado, sendo as instituições e corporações aparelhadas por este racismo em suas constituições e formas de agir[13].

[13] Nesse sentido, mencionamos o estudo de Michael Lipsky, de 1980, no âmbito da atuação policial norte-americana que se desdobrou no conceito de Burocracia do Nível da Rua ao defender que os burocratas do nível da rua (ou seja, agentes públicos da ponta do serviço, que são os mais numerosos no setor público) criam, no seu trabalho cotidiano, regras e procedimentos diversos em suas formas de agir, que diferem ou que

Os noticiários mostram, cotidianamente[14], abordagens policiais que beiram a truculência ou a executam em pessoas negras em lugares considerados periféricos, vulneráveis e/ou que possuem altos índices de violência. Ao contrário disso, a polícia deve ser uma força de segurança essencial para a "garantia da Segurança Pública; a redução dos índices de criminalidade; e o aumento da sensação de segurança para a sociedade" (JUNIOR, 2017, p.15) e deve estar preparada para assegurar os direitos dessas pessoas através de seus serviços. Segundo a própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, a polícia militar faz parte da segurança pública como sendo um sistema consistente em "[...] dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 1988, s/p).

Considera-se que as abordagens policiais não podem ser baseadas a partir de um perfilamento racial, no estereótipo social, no estereótipo do sujeito periférico, negro, ou qualquer outro marcador social. Esses estereótipos sociais que as instituições participam, reproduzem e legitimam, são fruto dos racismos estrutural e institucional que vulnerabilizam e violentam o corpo negro e periférico, podendo tornar esse corpo parte de um possível grupo de risco social nitidamente por um viés racial discriminatório.

Neste sentido, cabe-nos perguntar de que forma as abordagens policiais são orientadas nos cursos de formação de soldados em relação às questões étnico-raciais. Portanto, a discussão e a reflexão sobre o currículo profissional do curso de formação de soldados da

---

não estão especificadas nas diretrizes de uma dada política. A obra do pesquisador Burocracia do nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos encontra-se virtualmente disponível, pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em língua portuguesa. Conferir em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%C3%ADvel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf

[14] Garoto negro é hostilizado, ameaçado e espancado em abordagem policial, na cidade de Salvador e chamado de "ladrão" por causa do seu cabelo *black power*. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/02/03/moradores-registram-agressao-policial-a-jovem-no-suburbio-de-salvador-voce-para-mim-e-ladrao-olha-esse-cabelo-disse-pm-video.ghtml. Acesso em Agosto de 2021.

O Exército, exercendo seu poder de polícia no Rio de Janeiro ,dispara mais de 80 tiros em carro com família, e mata o motorista, homem negro, de nome Evaldo por confundi-lo com criminoso. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml Acesso em 17 de agosto de 2021.

Mulher negra com problemas mentais é espancada em Guarapari-Es. Disponível em: https://www.sbtnews.com.br/noticia/primeiro-impacto/181741-mulher-com-problemas-mentais-e-espancada-por-pms-em-guarapari-es. Acessado em setembro de 2021.

Pedreiro Amarildo de Jesus, homem negro, morador da favela da Rocinha, é abordado e levado por policiais militares no Rio de Janeiro e seu corpo até então não foi encontrado. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/perdeu-chegou-sua-hora-teria-dito-pm-amarildo-segundo-delegado.html. Acesso em agosto de 2021.

Policial pisa no pescoço de mulher negra durante abordagem em São Paulo. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/13/acao-de-policial-que-pisou-no-pescoco-de-mulher-negra-nao-faz-parte-de-procedimento-diz-pm.ghtml. Acesso em agosto de 2021.

Polícia Militar da Bahia se mostra necessário e será nosso foco, pois eles estão constantemente em relação interpessoal com a sociedade.

2.2 Perfilamento racial na Polícia Militar da Bahia e sua tonalidade preta

Após quase 30 (trinta) anos de ditadura militar no Brasil, a discussão para a construção de uma nova constituição, que veio a se concretizar em 1988 diante de uma ordem constitucional democrática, colocou em pauta as discriminações raciais, considerando o racismo como crime inafiançável, sendo aprovada em um ano simbólico, pois, em 1988 completava 100 (cem) anos da "abolição" da escravização de pessoas negras no Brasil.

Foi um momento marcante que definia o racismo como crime (BRASIL, 1989) graças ao engajamento do movimento negro da época, elevando a esperança de dignidade das pessoas afrodescendentes em um país majoritariamente composto de pessoas pretas e pardas que sofriam há quase 400 anos o racismo sistêmico e desumanizador.

É importante sinalizar outros fatos relevantes anteriores à discussão aqui proposta sobre o perfilamento racial, como debates promovida pela ONU em 2020, para compreendermos a necessidade de abordarmos a questão, como por exemplo a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, conhecida como a conferência de Durban, ocorrida em 2001, na África do Sul.

Esta conferência foi um marco importante para as discussões acerca do racismo e das relações étnico raciais, a qual tinha o objetivo de que os Estados promovessem a igualdade e justiça racial levando em conta a dignidade e os direitos humanos das pessoas afetadas não só pelo racismo, mas também, pela xenofobia, e outras intolerâncias que desrespeitarem a existência humana.

A conferência contou com 173 países e mais de 16.000 (dezesseis mil) pessoas, culminando em uma declaração e um plano para que os Estados exercitem ações de combate às discriminações elencadas na conferência (Conferência de Durban, 2001)

Levando em conta o enfrentamento das forças de segurança ao racismo fora e dentro das instituições e corporações, é interessante destacar dentre o plano de combate à discriminação racial, a recomendação na página 56 da declaração aos Estados no que tange ao problema da discriminação racial por parte de agentes da segurança pública, a saber as

polícias, em que destaca a importância da responsabilização aos policiais e servidores cumpridores da lei que venham a ter ações motivadas pelo racismo. Trecho quedisponibilizamos a seguir:

> Insta os Estados a desenharem, implementarem e cumprirem medidas efetivas para eliminar o fenômeno popularmente conhecido como "perfil racial" que compreende a prática dos agentes de polícia e de outros funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei de se basearem, de alguma modo , na raça, cor, descendência nacional ou origem étnica, como motivo para sujeitar pessoas a atividades de interrogatório ou para determinar se um indivíduo está envolvido em atividadecriminosa (Conferência de Durban, 1991, s/p.)

Levando em conta a questão do perfilamento racial que a conferência de Durban já tratava, é importante destacar, para uma melhor complementação da questão, o encontro da ONU Brasil ocorrido em 2020[15], onde foram realizados dois encontros virtuais para tratar sobre o Perfilamento Racial e suas consequências nas pessoas afrodescendentes. Na oportunidade, foi lançada a publicação "Prevenindo e Combatendo o Perfilamento Racial de Pessoas Afrodescendentes: Boas Práticas e Desafios" (ONU, 2020)[16] com objetivo de aprofundar a discussão sobre o tema, nos mostrando que as ações das forças policiais tendema acontecer a partir da seleção de determinado perfil racial.

Nesta publicação foi definindo que Perfilamento Racial – expressão de *Racial Profiling* em inglês – é caracterizado quando as forças policiais usam de generalizações a partir da criação de perfis raciais "fundadas na raça, cor, descendência, nacionalidade ou etnicidade ao invés de evidências objetivas ou o comportamento de um indivíduo para sujeitar pessoas a batidas policiais, revistas minuciosas" (ONU, 2020, p. 07), ou até mesmo para suporque determinado indivíduo tenha envolvimento com alguma atividade criminosa. Segundo a publicação, o sistema de justiça, especificamente as forças policiais, se utilizam do perfilamento racial associando comportamentos e características físicas de determinadas raças ou grupos étnicos com a prática de determinados crimes, sistematicamente. Nesse caso do texto, de pessoas afrodescendentes.

Segundo Oliveira e Silva (2017), em pesquisa com policiais militares da Bahia, as representações engendradas no imaginário dos policiais militares são construídas a partir de uma narrativa que enxerga as pessoas que estão de encontro com a lei como corpos passíveis de serem violentados, mortos e/ou exterminados de forma sistêmica. É importante

[15] Disponível em: https://unicrio.org.br/nacoes-unidas-discutem-abordagem-policial-e-racismo-no-brasil/. Acesso em agosto de 2021.
[16] Publicação disponível em: https://acnudh.org/load/2020/12/1821669-S-DPI-RacialProfiling_PT.pdf

perceber que esses corpos que são clamados à morte por infligir à lei e são nomeados como "bandidos", são quase sempre os mesmos: homem, jovem, negro, de baixa renda, sem escolaridade e de periferia. Estes são, em sua maioria, vítimas do perfilamento racial, do racismo estrutural e institucional, os quais determinam quem deve ou não ser abordado, quem deve ou não ser preso, quem deve ou não ser violentado ou morto neste sistema necropolítico (MBEMBE, 2018).

Os autores caminharam pelo cotidiano militar traçando observações às conversas, à atuação dos e das policiais e até mesmo a observação das postagens nas redes sociais, tirando dessas observações a conclusão de que as representações que moldam os policiais militares ao que eles entendem como uma maneira eficaz de prestação de serviço, geralmente, se dá na informalidade de conversas preconceituosas, de "aprendizados"sobre quem se deve abordar e como se deve abordar, e a idolatria à cultura dos policiais que são vistos como exemplo por serem eficazes em executar os autos de resistência.

Segundo o autor, na observação de recortes retirados de grupos das redes sociais em que determinado número de policiais faziam parte, e no qual "através da troca de informação nessa rede social, foi percebida a reprodução e consolidação de um discurso de guerra, no qual a única maneira de não ser destruído é combatendo" (SILVA, 2019, p.66). Esses recortes alimentam preconceitos, estereótipos e a cultura da morte aos corpos indesejáveis à ideologia conservadora dominante na corporação, tornando esses corpos, corpos descartáveis.

A visão marginalizada e de inferioridade das pessoas negras criada pelo racismo estrutural se reflete nas instituições, corporações e principalmente nas forças policiais. Seria muito perigoso se imaginarmos que mais de 70% das pessoas encarceradas por um Estado estruturalmente racista são afrodescendentes e, a partir daí, tirarmos conclusões generalizadas de que todos os afrodescendentes ou sua maioria são propícios a cometer crimes e por isso deverão ser discriminados e vigiados sem, sequer, termos uma abordagem mais profunda a respeito do encarceramento em massa.

Essa vigilância que, consequentemente, vem com punição – a punição de não mais poder estar nas ruas por ser um corpo alvo –, desperta a insegurança e o medo em várias áreas favelizadas do Brasil por parte, principalmente, de pessoas que perderam parentes vítimas da violência policial e que levaram à construção de vários movimentos conhecidos em todo o Brasil e que clamam por justiça e por uma polícia mais preparada, menos letal e menos racista, como é

o exemplo do movimento "Reaja ou será morto, Reaja ou será morta" de Salvador/BA"[4] e o movimento "Mães de Maio" em São Paulo/SP.

Esse perfilamento racial é uma das consequências do racismo que é estrutural e estruturante da nossa sociedade, o qual determinou a construção de um imaginário social das pessoas afrodescendentes (ALMEIDA, 2018). Essas pessoas são vistas, geralmente, como corpos que não importam, não sujeitos de luto (BUTLER, 2018), reificados socialmente, sem

[4] Disponível em: https://reajanasruas.blogspot.com/

valor, sem ocupar posições ou cargos de destaque, chefia ou poder de decisão nas empresas e órgãos públicos (RIBEIRO, 2019).

Damos a refletir, a partir da hipótese da generalização, que o perfilamento racial pode ser responsável pela vigilância mais constante das polícias nos bairros periféricos e pobres porserem considerados perigosos e violentos e onde mora a maioria da população negra. Consequentemente, a partir dessa vigilância, acontecem as abordagens policiais. Pode ser entendido, então, que as abordagens nesses bairros pobres e de maioria negra têm um fator racial presente, um perfil traçado.

Segundo a pesquisa "Filtragem Racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais" (SINHORETTO, 2020), realizada em quatro Estados brasileiros por pesquisadores de vários núcleos de estudos sobre violência, segurança pública e estudos afro-brasileiros, foi observado, considerando o recorte cor-raça, a presença do racismo institucional nas abordagens policiais, ao refletir uma maior vigilância policial sobre a população negra. O perfilamento racial ocorre nessas abordagens pessoais – ou busca pessoal – quando essas buscas se caracterizam como desnecessárias, sem fundamentada suspeita a partir da ação de um indivíduo, mas apenas pelo perfil social da sua cor ou raça, contradizendo o artigo 244 do Código de Processo Penal (CPP) que diz que "A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar"[17].

A publicação da ONU, citada anteriormente, indica ainda que o perfilamento racial impede que pessoas afrodescendentes ascendam socialmente e participem dos espaços de poder. É uma política que determina, a partir do perfil racial, as pessoas que mais serão abordadas pela polícia, as que mais serão presas e encarceradas, as que mais serão assassinadas anualmente e as que mais serão mortas nos autos de resistência das polícias brasileiras.

Chamar a atenção para o perfilamento racial utilizado pelas forças policiais paraabordar, prender e confrontar determinada raça ou etnia não quer dizer que estamos aqui acionando um botão de "caça às bruxas", mas sim, dizer que estamos querendo refletir sobre

[17] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em Maiode 2021.

as práticas policiais que estão engendradas num sistema de racismo estrutural e institucional e melhorá-las.

Como exemplo dessa reflexão, Oliveira (2013) aborda a avaliação do desempenho policial como um meio de auxiliar a administração da Polícia Militar da Bahia no âmbito operacional. Segundo ele, em sua pesquisa, foi desenvolvido um modelo de avaliação das atividades operacionais de policiais militares a fim de observar a motivação e a forma de operar dos mesmos. A pesquisa identifica que a sociedade está cada vez mais perdendo a confiança nas forças de segurança devido ao crescimento constante da violência, o que coloca em pauta a ineficiência dos órgãos de segurança pública em relação à sua prestação de serviço, principalmente nas comunidades majoritariamente negras.

O autor cita possíveis exemplos de alguns estados que conseguiram reduzir o índice de violência apontando para a construção de políticas públicas que valorizem a vida com medidas de prevenção ao crime, investimento nos setores de inteligência ao invés do enfrentamento direto e sem planejamento, mediação de conflitos e aplicação de penasalternativas. Por fim, a pesquisa mostra que, por meio da ferramenta desenvolvida para a avaliação e desempenho dos policiais, notou-se impróprio a avaliação de desempenho acontecer a partir das reduções de crimes em determinadas localidades, como acontece no Estado da Bahia, onde policiais recebem um prêmio em dinheiro pela redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em determinadas áreas, haja vista que o prêmio por desempenho policial[18] da forma como está estabelecido, implica em uma vigilância maior por parte das polícias nas áreas de periferias tidas como violentas e onde moram, majoritariamente, pessoas negras, maiores vítimas da letalidade policial.

Por fim, cabe ressaltar que o prêmio de desempenho policial, elaborado com o objetivo de diminuir os crimes violentos e intencionais, porém, sem ter uma base de discussão sobre o preconceito racial, pode vir a incentivar o perfilamento racial em áreas tidas como subalernizadas e em corpos negros e vulneráveis. Por isso, é importante essa discussão tão urgente na instituição, principalmente, no curso de formação de soldados que antecede a atuação policial militar nas ruas. Curso este que veremos a seguir.

[18] Decreto disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uUU6PiH3XqcJ:www.adpeb.com.br/v18/wp/wp-content/uploads/2019/01/DEC.-17.817-17-REGULAMENTA-O-PDP.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acessado em maio de 2021.

3. CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA: CONTEXTUALIZAÇÃO

A PMBA, corporação que tem como principal função o policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública, segundo a Constituição de 1988, é uma força auxiliar do Exército Brasileiro criada a partir do decreto do imperador Dom Pedro I, no dia 27 de fevereiro de 1825[19]. É uma polícia que já nasce militarizada com o objetivo de defender os interesses do Estado da época, com o objetivo de proteção à propriedade, tendo como pilares a hierarquia e disciplina e que hoje responde diretamente ao Estado - Bahia.

Para compreendermos o nosso foco investigativo no âmbito dessa instituição - que é os cursos de formação de soldados -, precisamos contextualizar a forma pela que está estabelecida hierarquicamente a estrutura da Polícia Militar da Bahia. Ela está dividida de acordo com a Lei estadual nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001, que dispõe do Estatuto dos Policiais Militares da Bahia, no seu Art. 9º da seguinte forma:

I - Oficiais:
a) Coronel PM;
b) Tenente Coronel PM;
c) Major PM;
d) Capitão PM;
e) 1º Tenente PM;
II- Praças especiais:
a) Aspirante a Oficial PM;
b) Aluno a Oficial PM;
c) Aluno ao Curso de Formação de Sargentos PM;
d) Aluno ao Curso de Formação de Cabos PM;
e) Aluno ao Curso de Formação de Soldados PM; III- Praças:
a) Subtenente PM;
b) 1º Sargento PM;
c) Cabo PM;
d) Soldado 1ª Classe PM (BAHIA, 2001, s/p.).

Essa divisão hierárquica vem acompanhada de atribuições institucionais divididas entre as patentes, a qual é estabelecida de acordo ao artigo 10 da mesma lei, segundo a qual: Posto é o grau hierárquico do Oficial, conferido por ato do Governador do Estado e registrado em Carta Patente; Graduação é o grau hierárquico do Praça conferido pelo Comandante Geral da Polícia Militar, nos quais as atribuições são desempenhadas da

[19] Fonte: Polícia Militar da Bahia. Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=446&Itemid=429. Acesso em 17 de Junho de 2021.

seguinte forma, de acordo a Batista (2016, p. 72):

(...) aos Oficiais cabem as funções de comando, chefia, coordenação e direção de organização policial-militar. Os graduados auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais no emprego de meios na instrução e administração da unidade, sendo empregados na supervisão e execução das atividades inerentes à missão institucional da Polícia Militar.

Ressalta-se que a PMBA faz parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado e tem como finalidade servir e proteger a população, assegurar seus direitos e manter a ordem pública tendo sua fundamentação regida no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, que afirma:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: 70 I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988, s/p.).

Também cabe a ela o policiamento ostensivo, como já dito, sua principal função, para que venha a inibir potenciais crimes à ordem pública, ao patrimônio público e privado e à vida, como destaca o parágrafo 5º do artigo 144 da Constituição Federal. A Constituição Estadual também acompanha a carta magna no seu artigo 146, no qual destacamos o parágrafo 3º quanto ao campo educacional:

Art. 146 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. [...] § 3º- Os órgãos de segurança pública, além dos cursos de formação, realizarão periódica reciclagem para aperfeiçoamento, avaliação e progressão funcional dos seus servidores (BAHIA, 1989, s/p.).

No seu parágrafo 3º do artigo 147 da Constituição Estadual, o Estado se propõe à responsabilidade com a formação dos órgãos de Segurança Pública, mesmo não tendouma definição detalhada de como se daria essas formações, que serão acompanhadas de aperfeiçoamento e reciclagem.

No que se refere ao Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar (CFSd) é considerado um curso técnico profissional de nível médio, de acordo com o documento "Diretriz Geral de Educação" (DGE, 2016):

Art. 23 § 2º - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é aquela destinada à formação e ao aperfeiçoamento de policiais militares para a ocupação de cargos e desempenho de funções profissionais correlatas aos quadros de praças, cuja responsabilidade para a realização é do Centro de Formação e Aperfeiçoamento

de Praças (CFAP), com exceção do Curso de Formação de Oficiais Auxiliarescuja responsabilidade é da Academia de Polícia Militar (APM).

Segundo o DGE (2016) o CFSd é ministrado por professores militares e, também, civis, sendo estes últimos instados a enviar uma solicitação de interesse e credenciamento às unidades desejadas e esperar, após concorrência de notas, a nomeação do Instituto de Educação e Pesquisa (IEP) através de Boletim Geral Ostensivo (BGO). É um curso distribuído na capital e em mais 23 cidades do interior da Bahia, nos chamados Batalhões- Escola, coordenado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e supervisionado pelo IEP da Polícia Militar da Bahia.

O CFSd tem uma carga horária de 1.202 horas-aula e é previsto para durar 34 (trinta e quatro) semanas, de acordo com a publicação nº 124 do Boletim Geral Ostensivo (2014). É composto por 30 (trinta) disciplinas, sendo elas distribuídas em teóricas e práticas com carga horária que vai de 20 (vinte) a 70 (setenta) hora-aula cada e são divididas em dois módulos. Portanto, o CFSd tem a finalidade de formar durante esse período de tempo futuros soldados policiais militares aprovados em concurso público previsto em edital com uma formação ampla acerca das finalidades institucionais.

Contudo, foi observado na matriz curricular do curso - a qual veremos a seguir - limitada discussão a respeito da formação quanto às questões étnico-raciais, sobre o racismo estrutural e institucional que vêm sendo abordados nos diversos espaços sociais e institucionais a fim de combater seus impactos negativos na vida de pessoas negras e corpos vulneráveis, notadamente no tocante ao perfilamento racial na área da segurança pública no Brasil.

Observando estas questões, entendemos que se faz necessário um material educativo permanente que fortaleça o currículo vigente do CFSd sobre o letramento racial em perspectiva crítica, para que os policiais busquem discernir sobre suas abordagens aos corpos negros e vulneráveis. Para tanto, propus como produto nessa pesquisa de mestrado profissional, a elaboração de um material antirracista para que promovamos a discussão sobre as questões étnico-raciais de forma mais direta e abrangente.

Digo isso, considerando também minha experiência profissional, pois no meu curso de formação de soldados, no ano de 2009, não dispomos de uma discussão a

respeito das questões étnico-raciais, raça, racismo estrutural ou racismo instituciona[20]l.

Na nossa ementa de curso, em 2009, apenas três disciplinas se aproximavam de discussões mais humanitárias na PMBA, principalmente, no que corresponde às abordagens policiais praticadas, em especial, nas área consideradas de periferias; porém, lembro-me de não terem tido aproximações com relação às discussões étnico-raciais. As disciplinas como "Polícia comunitária", "Direitos Humanos" e "Introdução à Sociologia" traziam abrangências bem sucintas e tímidas na sala de aula em relação ao que a própria ementa trazia. No caso da disciplina de "Direitos Humanos", foi contextualizado o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, sem um debate aprofundado sobre as questões que preconizam ou que ferem esses direitos na atualidade.

Essa forma sucinta de abordar algumas disciplinas, como as citadas, que apesar de ter um cronograma e ementário, depende muito da visão do colaborador/professor ao executá-las, deixa uma margem para a não reflexão e empatia sobre questões delicadas como o direito à vida e o respeito aos direitos humanos com abordagem das relações étnico-raciais no Brasil, ao lado das influências implícitas nas relações interpessoais dos policiais que estão se formando com os policiais que já estão na ativa.

A seguir, no tópico 3.1 será apresentada a matriz curricular do CFSd e de que forma essa matriz se apresenta para sua aplicação, no que tange às disciplinas disponibilizadas. No tópico 3.2 serão abordadas as presenças e ausências da discussão étnico-racial, fazendo uma análise qualitativa dessas abordagens, de que forma estão inseridas e qual o nível de discussão que as disciplinas possibilitam, bem como a visão dos/das policiais militares participantes da pesquisa de campo em relação às questões étnico-raciais.

[20] Pelo contrário, alguns ministrantes de disciplinas deixavam de forma "clara" ou "escura" o modelo implícitode policiamento que deveríamos seguir no que tange às abordagens policiais às pessoas a depender da localidade onde estas estariam.
Alguns pré-requisitos, informalmente, chegavam a ser chocantes, como o fato de insinuar uma atenção maior às pessoas a depender das suas vestimentas, como bermudas da marca "Cyclone" ou que usassem sandálias da marca "Kenner", que eram, naquela época, marcas de vestimentas que alguns instrutores associavam a algumas facções criminosas na Bahia, em especial, na cidade de salvador, onde os/as oficiais são formados/as.
Lembro-me que, ainda no curso de formação, quando eu e um colega compramos sandálias "Kenner" e, ao usar, dentro do Batalhão, fomos ridicularizado por alguns policiais que logo nos informaram ser sandalia do "crime", fazendo com que refletissemos e, por estar em uma instituição que pouco conhecíamos, foi melhor comprar uma outra marca.

3.1 Matriz curricular e suas nuances

Em relação à matriz curricular dos cursos de formação da PMBA, busquei investigar de que forma se apresenta o atual currículo, sua matriz curricular, e de que maneira é aplicada, especificamente, no curso de formação de soldados, que é o foco principal nesse campo investigativo, no que tange a seu conteúdo e material formativo a partir da investigação de resoluções e documentos disponibilizados pela própria corporação.

Com isso, foi necessário proceder a um levantamento documental da Matriz Curricular dos Cursos de Formação da Polícia Militar da Bahia, em especial, do Curso de Formação de Soldados (CFSd) para uma melhor compreensão e detalhamento desta matriz.

A pesquisa foi feita enviando pedido formal por correio eletrônico em abril de 2021 ao Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) da PMBA - sem resposta até o final do mês de maio - o qual é o órgão coordenador, consultivo e deliberativo que corresponde ao sistema de ensino da PMBA. Na ocasião foram solicitados os seguintes dados: (1) o acesso ou a indicação de fontes de arquivos relativos à matriz curricular (disciplinas, conteúdos e carga horária) dos Currículos dos Cursos de Formação inicial da Polícia Militar da Bahia, bem como do conteúdo/material teórico-formativo estudado nos referidos cursos e das eventuais normativas instituidoras dos mesmos currículos e cursos; (2) informações de ordem profissional acerca dos professores que ministram os aludidos Cursos, tais como formação acadêmica, vínculo institucional e experiência.

Paralelamente, foi realizada busca no portal institucional - sítio eletrônico da PMBA (http://www.pm.ba.gov.br/). Nele foi encontrada, na parte *Download*, a Diretriz Geral de Ensino que regula o atual sistema de ensino da Polícia Militar da Bahia, suas diretrizes e políticas educacionais. Esse documento, que tem um período de vigência de quatro anos, 2016 a 2019 (DGE 2016-2019), corresponde a um planejamento desse período, sendo renovado por igual período de acordo com o final do prazo do último ano de vigência do documento. A Diretriz Geral de Ensino da PMBA (2016) estabelece que:

> Art. 1º- A Política de Ensino da PMBA consiste no conjunto de ações sistematizadas à organização da educação nos níveis infantil, fundamental, médio, técnico profissional de nível médio e técnico profissional de nível superior (graduação e especialização), visando à formação do homem e do profissional de polícia nos seus aspectos físico, intelectual, afetivo e moral, com a finalidade de desenvolver as qualidades necessárias para o desempenho de suas atividades na sociedade. (DGE, 2016, p. 08)

Referente ao tema da nossa pesquisa é importante um destaque ao artigo 3º, o qual visa no ensino o respeito aos princípios democráticos e obediência aos direitos humanos, bem como a garantia da integridade física e a dignidade humana e no inciso VI, parágrafo 1º, o qual estabelece que:

§ 1º - Os fundamentos referendados neste Art. devem nortear os componentes curriculares do sistema de ensino da Corporação, inserindo também, de forma transversal, conteúdos temáticos que versam sobre racismo, xenofobia, homofobia,sexíssimo, relacionamento interpessoal e resolução pacífica de conflitos. (DGE, 2016, p. 8).

De acordo ainda com a Diretriz Geral de Ensino, em relação à matriz curricular, as políticas de ensino da PMBA estão regidas pelas normas educacionais estaduais e nacionais, como aponta a seguir:

Art. 2º - Constituem fontes da Política de Ensino da PMBA:
I – de forma geral, as normas que regem a educação nacional e estadual:
a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
b) Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)
c) Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas em Segurança Pública (MCN), organizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça– SENASP/MJ.

Portanto, a construção dos componentes curriculares educacionais deve obedecer às normativas do documento, quanto à sua organização, planejamento e conteúdo abordando as áreas de conhecimento estabelecidas a fim de suprir as necessidades educacionais tanto para a formação pessoal, quanto para a formação profissional e institucional, como estabelecido no artigo a seguir:

Art. 7º - As atividades de ensino realizadas para o desenvolvimento da educação na PMBA, para fins de construção dos componentes curriculares, devem atender os seguintes perfis de conhecimento:
I – geral: os componentes curriculares devem constar de conhecimentos fundamentais nas áreas das ciências naturais, sociais, humanas e tecnológicas como forma de atender às necessidades educacionais básicas para a formação do indivíduo enquanto ser biopsicossocial;
II – específico: os componentes curriculares devem constar de conhecimentos técnico-profissionais para atender as especificidades da atividade policial nas dimensões institucional, organizacional e profissional como forma de suprir as necessidades educacionais próprias para o desempenho dos cargos e o desenvolvimento das funções nos âmbitos da segurança pública e da ordem pública:
a) institucional: destina-se ao conhecimento do mandato policial, da polícia como instrumento de poder, como operadora da lei e administradora de conflitos;
b) organizacional: destina-se ao conhecimento dos aspectos organizacionais da administração policial, dos princípios burocráticos que regem a organização policial, da cultura organizacional construída dentro dos mais variados processos

de socialização;
c) profissional: destina-se ao conhecimento dos interesses profissionais nos seus aspectos materiais, que estão relacionados às condições de emprego e de trabalho de forma geral, nos seus aspectos corporativos, que estão relacionados à questões particulares da atividade policial, e nos seus aspectos profissionais propriamente dito, que estão relacionados às questões que despertam a atenção, o que motiva, o que valoriza a atividade policial. (DGE, 2016, p. 9)

Observamos no artigo acima a estrutura que os currículos dos cursos de formação devem obedecer, a exemplo, o de soldados. São pontos específicos que trazem uma organização profissional, organizacional, institucional e também de formação pessoal. Essa formação pessoal é um ponto interessante, pois ajudará na construção do imaginário do futuro policial militar e refletirá nas suas atividades quando estiver apto a ir para as ruas exercer a função.

No artigo 8º, a Diretriz Geral de Ensino estabelece as modalidades de ensino na Polícia Militar da Bahia, dividindo-as em: Curso, que tem a finalidade de habilitar profissionais policiais militares a exercerem seus cargos e funções de forma eficiente e técnica; Treinamento, que tem a finalidade de uma preparação física, emocional e técnica; Estágio, que tem a finalidade de que os profissionais tenham contato com as áreas de atuação, executam um bom desempenho técnico de forma a agir inteligentemente e rapidamente às situações adversas e sejam avaliados por isso.

Essas modalidades seguem, cada uma, um currículo equivalente à sua finalidade, o qual é avaliado pelas unidades de ensino e encaminhado para apreciação e aprovação ou não pelo Instituto de Ensino e Pesquisa. No caso da nossa pesquisa, buscaremos avaliar o atual currículo do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Bahia, cuja formação é reconhecida como Técnica de nível médio, sendo elaborada e promovida nas unidades de ensino pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). A Diretriz Geral de Ensino detalha as atribuições do CFAP no seu art.36:

Art. 36 - As atribuições do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, prevista em legislação específica, são:
I - De forma geral:
a) promover a formação, aperfeiçoamento e educação continuada dos quadros de praças.
I - De forma específica:
a) organizar, orientar, coordenar e controlar os cursos e outras modalidades de ensino referentes à formação e ao aperfeiçoamento de praças;
b) promover o desenvolvimento do ensino pertinente aos conhecimentos técnico - profissionais com relação à ocupação do cargo e ao desempenho das funções do quadro de praças da PMBA;
c) disponibilizar meios e participar da realização de estudos e pesquisas para o aprimoramento da Educação Profissional Técnico de Nível Médio;

[...]
g) controlar toda a atividade pedagógica prevista no PGE como forma de garantir a sua efetividade;
h) realizar pesquisas para avaliar as atividades pedagógicas dos cursos em funcionamento para conferir a aplicação do PGE e possíveis modificações necessárias para o melhoramento dos cursos no ano letivo seguinte;
[...]
j) coordenar, estabelecer diretrizes de ensino/avaliação e controlar os cursos de formação e aperfeiçoamento técnico profissional para praças desenvolvidos nos Núcleos de Ensino e nos Batalhões de Polícia Militar – de Ensino, Instrução e Capacitação (1º, 2º, 3º, 9º, 10º e 13º BPM);
k) avaliar, a cada dois anos, ou quando requerido pelo Comandante Geral da Corporação ou pelo Diretor de Ensino, os currículos dos cursos de formação e aperfeiçoamento de praças;
l) propor ao Instituto de Ensino e Pesquisa estudos e pesquisas que viabilizem a melhoria da qualidade da Educação Profissional Técnico de Nível Médio; propor ao Instituto de Ensino e Pesquisa, políticas e diretrizes para a melhoria da Educação Profissional Técnico de Nível Médio (DGE, 2016).

Em relação à matriz curricular do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Bahia, esta não foi encontrada na Diretriz Geral de Ensino, bem como não foi localizada nos sites institucionais dos órgãos educacionais, dentre estes, o Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Foram feitas pesquisas nos Boletins Gerais Ostensivos (BGO) que ficam hospedados no site da PMBA e localizada a matriz curricular do CFSD do ano de 2014 no BGO nº 214, de 17 de novembro de 2014.

Ela está estabelecida com as seguintes disciplinas: Relações Interpessoais, Polícia Comunitária, Higiene e Socorros de Urgência, Educação Física, Tiro Policial, Introdução a Sociologia, Direito Aplicado, Tiro Policial, Introdução a Sociologia, Direito Aplicado, Direito Militar Aplicado, Policiamento Ostensivo de Trânsito, Direitos Humanos, Prevenção e Proteção Pessoal, Ordem Unida, Inteligência Policial, História da PM, Legislação PM, Policiamento Ostensivo Geral, Policiamento Ostensivo em Eventos Especiais, Policiamento de Guardas, Gerenciamento de Crise, Fundamentos da Proteção Ambiental, Atividades de Choque, Prática Policial Supervisionada, Seminários de Temas Selecionados, Jornada de Instrução, Língua Inglesa, Educação Para as Relações Étnicos- Raciais e de Gênero e Correspondência PM.

Destas disciplinas, destacamos a seguir - quadro 2 - a ementa de quatro delas com importante lugar para esta pesquisa no que tange à sua relevância ao tema proposto e à formação dos/das Soldados no âmbito das relações étnico-raciais, cujo conteúdo ainda será objeto de aprofundamento na presente pesquisa:

Quadro 2. Disciplinas e ementas do Curso de Formação de Soldados da PMBA (2014)

DISCIPLINA	EMENTA
Educação Para as Relações Étnico-Raciais e deGênero	Conceitos e discussões fundamentais para a compreensão dos problemas sociais; Relação da Polícia Militar com a comunidade baiana; Análise do efetivo da Polícia Militar pelos critérios de Raça e Gênero; As minorias sociais na sociedade baiana; As ações da polícia Militar da Bahia para diminuir as inúmeras formas de preconceito existentes dentro e fora da corporação.
Direitos Humanos	Levar o Al Sd PM a uma reflexão fundamentada na cultura de respeito e promoção dos Direitos Humanos, arraigada nas bases conceituais e práticas, reconhecendo a real necessidade de preparo técnico-profissional sobre a proteção dos D. H. na sociedade contemporânea.
Polícia Comunitária	Polícia Comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional fundamentadas numa integração dos organismos de segurança pública e defesa social com a sociedade, abrangendo cada comunidade, obedecendo-lhes as peculiaridades, baseando-se na premissa de que estes organismos e as comunidades devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a tranquilidade das pessoas, como por exemplo, o crime,o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Diante deste contexto, o Curso de Formação de Soldado PM/2008 se justifica pela sua proposta inovadora de propiciar aos neófitos policiais militares uma gama de conhecimentos multidisciplinares capazes de desenvolver aptidões cognitivas e comportamentais na adoção da temática específica de **Polícia Comunitária como filosofia de trabalho** e no gerenciamento da segurança pública, capazes de estimular resultados desencadeadores que possam quebrar os paradigmas existentes de performances do profissional de segurança pública, tendo como consequência a evolução para a filosofia e estratégia de polícia comunitária, objetivando o Bem Comum, o respeito às leis e aos direitos fundamentais da pessoa humana, garantindo a tranquilidade de todos.
Introdução à Sociologia	Conceito, origem e objetivos da sociologia; sociedade e grupos sociais; Instituições sociais; estratificação social; classes sociais e status sociais. Processos sociativos, comportamento social (estereótipos e preconceitos), controle social, mudança social (capitalismo e globalização); problemas sociais (analfabetismo, fome, desemprego, violência, crime e delinquência).

Fonte: elaborada pelo autor com informações de ementas de disciplinas do Curso de formação de soldados, do BGO.

Essa matriz curricular é implementada nos Cursos de Formação de Soldados, com carga horária de 1.202 horas-aula, divididas em dois módulos, de acordo ao BGO nº214 de 17 de novembro de 2014. O Módulo 01 compreende 601(seiscentos e uma horas-aula), com duração de 16 (dezesseis) semanas, sendo divididas da seguinte forma: primeira semana de adaptação; 14 (quatorze) semanas de aula e 01 (uma) uma semana de reajuste. O Módulo 02 compreende uma carga horária de 601 horas-aula, com duração de 18 (dezoito) semanas divididas da seguinte forma: 14 (quatorze) semanas de aula; 2 (duas) semanas de carnaval; 01 (uma) semana de reajuste e fechamento; 01 (uma) semana de treinamento e formatura, totalizando os dois módulos um total de 1.202 horas-aula.

Após não ter sido respondido aos pedidos de informação referentes ao currículo atual do CFSd, e, só após ter entrado com um pedido via LAI na Ouvidoria do Estado, foi recebido através do IEP o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados PM, contendo a matriz curricular (disciplinas, conteúdos e carga horária), o qual foi publicado na Sep BGO nº 150, de 06/08/2021, disponível na Intranet desta PMBA.

Esse projeto pedagógico é atual, do ano de 2021 e que, segundo informações do CFAP, passou por uma renovação com o objetivo de modernizar o currículo de formação da PMBA, tendo sido elaborado no período de 02 (dois) anos.

Quanto aos instrutores, perguntado sobre as qualificações destes em relação às disciplinas abordadas no curso, foi informado, como resposta ao pedido hora feito através da Lei de Acesso à Informação (anexo 8), que:

Quanto aos instrutores dos cursos de formação e aperfeiçoamento de Praças da PMBA, todos são policiais militares efetivos do quadro da própria Corporação;em sua maioria, com formação acadêmica de nível superior, muitos com Especialização e Mestrado, com larga experiência profissional nas disciplinas sociais ou técnico-operacionais ministradas.

Fazendo um comparativo em relação à ementa curricular do CFSd de 2014 para com ementa que será aplicada nos cursos de formação a partir de 2021, observa-se a adoção de uma importante disciplina: “Ética, Cidadania e Combate a Corrupção Policial” que poderá proporcionar a discussão sobre ética e cidadania, crucial como base formativa para a postura dos futuros policiais frente à injustiças sociais como a discriminação, o racismo e a violência sistêmica em corpos vulneráveis. Porém, nota-se que a disciplina de “Polícia Comunitária” foi excluída da ementa.

Foi observado, também, nas disciplinas “Educação para as relações étnico-raciais

e de gênero", "Introdução à Sociologia" e "Direitos Humanos" uma abrangência maior quanto à especificação de objetivos, tendo abarcado, também, de que forma devem ocorrer as oficinas em cada uma delas com temáticas complexas como discriminação racial e de gênero, racismo religioso, violação de direitos, truculência e violência policial, dentre outros temas sensíveis como poderemos ver na quadro 3 a seguir.

Quadro 3. Disciplinas e ementas do Curso de Formação de Soldados da PMBA (2021)

DISCIPLINA	EMENTA/DESCRIÇÃO PELO CURSO
Educação Para as Relações Étnico- Raciais e de Gênero	**Objetivo**: Conhecer e atuar no papel de defensor dos direitos humanos frente os problemas sociais, coibindo proativamente os crimes de raça, gênero, intolerância religiosa e xenofobia, entre outros. 1- Educação para as Relações Raciais e de Gênero: importância; 2- Racismo no Brasil: etnocentrismo, tráfico de escravos e racismo; 3- Formação histórico étnica da sociedade baiana; 4- Identidade e Diversidade cultural; 5- Preconceito e Discriminação; 6- Xenofobia e os refugiados; 7- As minorias sociais: o negro na sociedade, o lugar da mulher, postura anti-homossexual; 8- Cor e Gênero na PMBA; 9- Mito da Igualdade Racial: identidade, raça e etnia; 10- Diferença entre discriminação, racismo e injúria; 11- Legislação pertinente: a) Estatutos da igualdade racial e de combate à intolerância religiosa (federal), Le i n.º 12.288 de 20/07/2010; (estadual - Bahia) Le i n.º13.182, de 06/06/2014 e (Municipal- Salvador), lei n.º 9.451 de 28/06/2019; b) Lei de Racismo (7716/89); Decisão do plenário do STF (ADO 26 e MI 4733 de 13/06/2019) que considera discriminação os crime s contra homossexuais; 12- Discussões e reflexões fundamentais dos problemas sociais na Bahia e no Brasil. **OFICINA:** viabilizar análise de vídeos e textos em sala, com reflexão sobre a temática proposta; **PAINÉIS/ARTE:** Os discentes devem apresentar EXPOSIÇÃO (interna ou externa) sobre o conteúdo estudado, em especial durante as comemorações do "NOVEMBRO NEGRO", no qual se reforça a igualdade racial no Brasil. Poderá ser em parceria com outras unidades (NAFRO, C entro Mª Felipa, Deptº DH, MPBA), etc
Direitos Humanos	**Objetivo**: Conhecer a importância dos direitos humanos e fundamentais e anecessidade de seu emprego na atividade policial militar, ademais, levar o discente a se autoreconhecer como o primeiro defensor desses direitos junto à sociedade. 1- Introdução; 2- Atuação das Polícias; 3- Abordagem sobre a noção de homens e a necessidade do convívio social; 4- Conceituação teórica (Direito e Direitos Humanos); 5- Direitos Humanos: a) Evolução histórica, b) Características, c) Proteção constitucional, d) Violação de direitos e proteção internacional, e) A Polícia e osDireitos Humanos; 6- Legislação complementar: a) lei n.º 11.340/2006 (lei Maria da Penha), b) Lei n.º. 9.455/1997 (lei contra tortura), c) lei n.º. 4.898/1965 (Lei contra abuso de autoridade), d) Código de conduta para encarregados de aplicação da lei; 7- Relação Direitos Humanos e o Estado; 8- Declaração Universal dos Direitos Humanos; 9- Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos; 10- Constituição Federale os Direitos Humanos; 11- Aplicação da lei nos Estados Democráticos: a) Democracia e o Estado de Direito; 12- Conduta ética e legal na aplicação da lei.

Introdução à Sociologia	**Objetivo**: Demonstrar aspectos sociais que favorecem ou dificultam a atividade policial, enaltecendo a importância de se coibir a corrupção policial nas atividades junto à sociedade. 1- Conceito de Sociologia: a) Objetivo da sociologia e papel do sociólogo; 2- Histórico da sociologia; 3- Os autores clássicos da sociologia; 4- Conceitos utilizados pela sociologia; 5- Agrupamentos sociais; 6- Instituições Sociais: Familiar e Religiosa; 7- Estratificação Social; 8- Classe social; 9- Mobilidade social; 10- Mudança social; 11- Elites: tipos; 12- Processos sociais; 13- Comportamento social; 14- Isolamento social: a) espacial, b) estrutural, c) habitudinal, d) psíquico, e) mecanismos que reforçam o isolamento social; 15- Integração social; 16- Controle social: a) importância dos controles informais e controle de polícia no Brasil; 17- Capitalismo; 18- Globalização e Miséria Social; 19- Neoliberalismo; 20- Problemas Sociais: a) fome, b) desemprego, c) discriminação, d) delinquência juvenil, e) criminalidade e violência. **OFICINA**: Poderá ser realizado seminário ou estudo de caso com vídeos ou textos sobre abuso policial versus postura correta, envolvendo discriminação racial/gênero, refugiados, intolerância religiosa, violação do direito à intimidade, abuso infantil-juvenil, etc.
Ética, Cidadania e Combate a Corrupção Policial	**Objetivo**: Ser capaz de agir com postura ética e com condutas adequadas em situações com envolvam assédio à corrupção policial. 1- Ética e Cidadania: conceitos inerentes; da ética no Estatuto da PMBA; 2- Código de conduta para os encarregados da aplicação da lei (ONU); 3- Artigo 5º da Constituição Federal acerca dos direitos individuais e coletivos; capacidade de agir por si mesmo, com autodeterminação, autonomia, independência e noção de interdependência; responsabilidade social; 4- Corrupção Policial: conceitos inerentes; nocividade do desvio de conduta; 5- A problemática das Milícias e o prejuízo social; 6- Crimesligados a corrupção policial: a) associação criminosa; b) organização criminosa; c) extorsão; d) corrupção passiva e ativa; e) atualizações legislativas. **OFICINA PRÁTICA**: realizar estudos de casos, com discussão reflexiva sobre a adequada postura dos policiais militares em situação que envolvam prejuízo à ética e corrupção policial.

Fonte: elaborado pelo autor com informações de ementas de disciplinas do Curso de formação de soldados oriundas do BGO 150 de 06/08/2021.

Fazendo uma análise da ementa da disciplina “Educação Para as Relações Étnico-Raciais e de Gênero”, a qual mais se aproxima das questões relevantes à esta pesquisa, pudemos observar uma categorização um tanto que genérica para questões que venham, de fato, tocar nas questões referentes ao preconceito racial que atingem pessoas negras pelas forças de segurança do Estado.

Na descrição, não há a presença de questões que abarquem o genocídio da juventude negra, o racismo estrutural e institucional que são fundamentais para o debate sobre este tema, questões referentes ao perfilamento racial nos corpos negros, assim como

ao encarceramento em massa de jovens negros no Brasil, a um reconhecimento de que as polícias brasileiras abordam e matam mais pessoas negras. Enfim, a ementa apresenta uma discussão um tanto quanto genérica do ponto de vista crítico, como se os assuntos abordados fossem apenas parte de uma grade curricular a ser obedecida, mas não reflexiva para dentro da corporação ou das questões raciais que influenciam as violências aos corpos negros por conta das forças de segurança do estado. Indicando a presença sutil de algumas discussões étnico-raciais e a ausência de discussões tão necessárias, como veremos no tópico a seguir.

3.2 Presenças e ausências da discussão étnico-racial: uma análise qualitativa

Nesta sessão temática serão abordados os pontos referentes ao resultado da pesquisade campo junto aos sujeitos participantes da pesquisa, bem como as percepções destes sobre otema pesquisado e o caminho percorrido neste trabalho descrevendo e articulando, prioritariamente, os aspectos do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Bahia - objeto de investigação desta pesquisa - em relação às questões étnico-raciais.

É importante ressaltar que, devido à pandemia de COVID-19, a nossa pesquisa de campo - parte da intervenção que elaborou o produto final - foi feita integralmente de forma virtual, com questionário online disponibilizado no mês de setembro de 2021, o qual foi divulgado através de grupos de *whatsapp* preexistentes e compostos exclusivamente para policiais militares do Estado da Bahia. Ele foi respondido por policiais que participaram dos últimos 04 (quatro) cursos de formação. Durante o percurso de realização da pesquisa, que tem cunho participante, destaco que por ser policial militar da ativa e estar em contato cotidiano com outros/as policiais que atuam em áreas diversas na instituição, foi perceptível certa credibilidade e facilidade para aplicação do questionário.

No período de divulgação do questionário, recebi algumas mensagens de colegas que tiveram dúvidas quanto ao sigilo de suas identidades, temendo represálias, mesmo o questionário contendo na sua primeira página o Termo de consentimento livre e esclarecido, no qual deixa evidente a garantia do anonimato e não identificação do/a participante em todas as respostas.

Ao divulgar o questionário em determinado grupo, composto, em sua grande maioria, por policiais que se intitulam como bolsonaristas[21] e conservadores, fui colocado em xeque, por diversas vezes, como se estivesse, realmente, em uma partida de xadrez, na qual alguns policiais com a intenção de desprestigiar a pesquisa e/ou como uma forma de intimidação, colocaram-me jogando sozinho no campo das ideias, de modo que não respondi a nenhum dosquestionamentos feitos no grupo, apenas observando uma longa discussão entre os/as colegas de trabalho, que perdurou durante horas. Na discussão, colocaram em questão as perguntas elaboradas quanto ao tema, a instituição UFSB, na qual o mestrado se realiza, bem como a política de cotas para pessoas negras nas universidades e a política de ações afirmativas da própria UFSB, como a reserva de vagas para pessoas privadas de liberdade e egressas da prisão, aprovada em meados de 2021[22], e que teve alta repercussão, um tanto quanto negativa, nos grupos virtuais de policiais, dos quais participo.

Em um grupo de *whatsapp* composto apenas por policiais progressistas, por outro lado, o questionário foi bem recepcionado, gerando uma outra discussão, só que desta vez colocando a pesquisa e o questionário como necessários para que o debate em relação às questões étnico-raciais não seja silenciado dentro da instituição, por exemplo, pelo medo. Medo este que, de certa forma, acaba contagiando os/as policiais a não discutirem o assunto, uma vez que ao discutir, a depender do local, a pessoa também se expõe.

No grupo de *whatsapp* composto só por policiais da turma que formou juntamente comigo, no ano de 2009, o questionário foi recebido de forma respeitosa, porém, acendeu várias discussões calorosas, embora respeitosas - haja vista por serem todos mais próximos - em relação às questões étnico-raciais na Polícia Militar da Bahia. Foi relembrado que no nosso curso de formação mal se comentou a respeito do tema, assim como não teve uma disciplina específica para o assunto, como existe na matriz curricular atual. As outras questões abordadas, que acho demasiadamente interessantes em relação ao tema, principalmente no que se refere ao perfilamento racial, não poderei abordar para que não haja exposição dos colegas.

O questionário foi elaborado com um roteiro de 14 (quatorze) questões fechadas e um espaço livre no final para que os/as participantes pudessem expor suas opiniões em relação

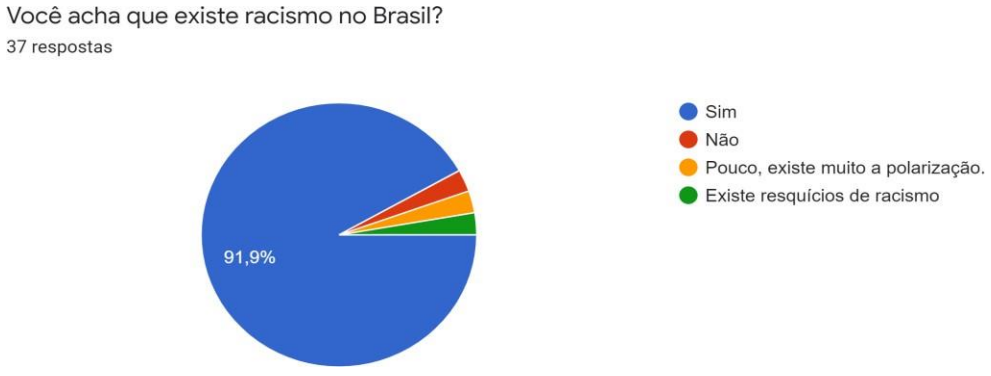
[21] Referente ao "Bolsonarismo", fenômeno político de extrema-direita que ganhou espaço no Brasil após Jair Messias Bolsonaro ser eleito, nas eleições de 2018, como presidente do Brasil.
[22] Sobre o tema, conferir a notícia no portal da UFSB: https://ufsb.edu.br/ultimas-noticias/2998-ufsb-ajusta-sua-politica-de-acoes-afirmativas-e-inclui-reserva-de-vagas-para-pessoas-privadas-de-liberdade-e-refugiados. Acesso em 10/10/2021.

aos assuntos abordados (anexo 5). Consistiu com o objetivo de perceber, através das respostas dos participantes, as presenças e ausências das discussões étnico-raciais na PMBA para além da previsão do ponto de vista protocolar e análise documental das normativas e da ementa curricular dos cursos de formação da PMBA. Foram um total de 37 (trinta e sete) participantes, cada um respondendo a 14 perguntas, dando um total de 518 (quinhentos e dezoito) respostas fechadas e 12 (doze) comentários.

As respostas do questionário foram organizadas e analisadas, à luz de categorias centrais desse estudo como é o caso do racismo institucional, a partir da metodologia de métodos interpretativos dos dados e considerando-se sua natureza amostral, onde predominou entre os participantes, de forma geral e panorâmica, as seguintes visões: o reconhecimento de que existe racismo no Brasil; o entendimento do que significa "racismo institucional" e "racismo estrutural"; o reconhecimento de que existe racismo na polícia; a afirmação de que policiais abordam as pessoas a depender das suas vestimentas; o reconhecimento da importância da discussão racial no Curso de Formação de Soldados; o reconhecimento de que é necessário criar uma política interna na corporação para lidar com o racismo; a necessidade de existir na corporação cursos de curta duração, bem como, material educativo que ajude no combate ao racismo.

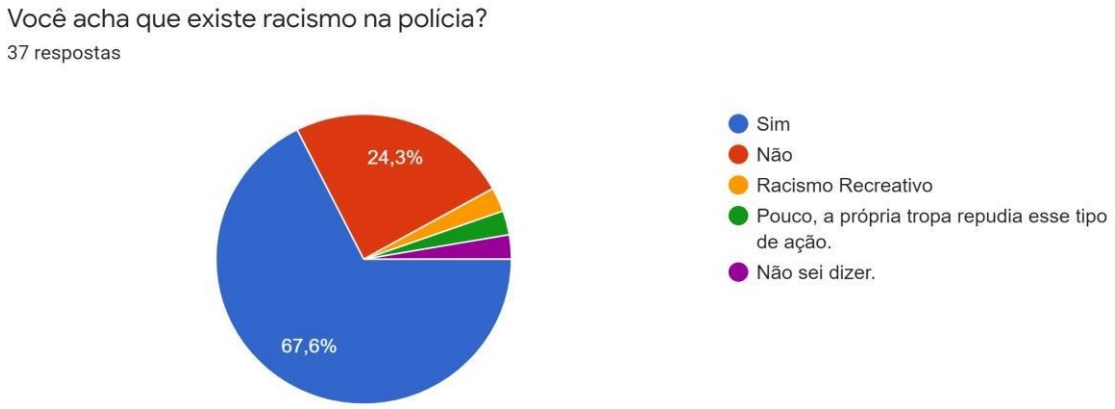
Duas questões chamaram a atenção, pois, em uma delas, a maioria dos/das policiais reconhecem que existe racismo no Brasil (gráfico 01) e na Polícia (gráfico 02), porém, 91,9% (gráfico 03) afirmaram que nunca sofreram racismo na polícia, como podemos ver a seguir:

Gráfico 1. Percentual de respostas à pergunta 01 do questionário virtual dapesquisa



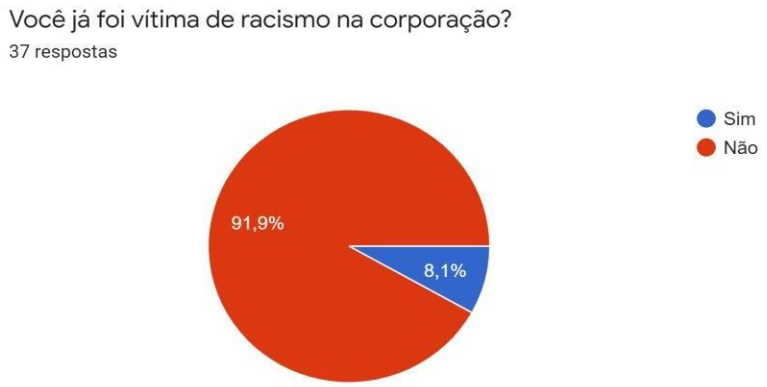
Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Gráfico 2. Percentual de respostas à pergunta 03 do questionário virtual dapesquisa



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

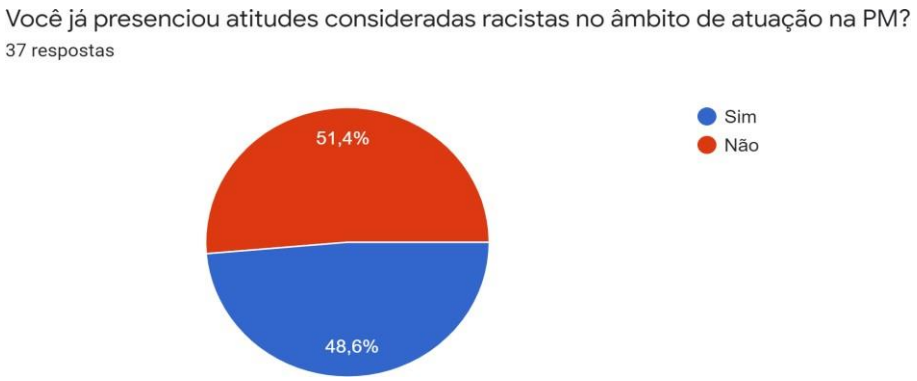
Gráfico 3. Percentual de respostas à pergunta 04 do questionário virtual dapesquisa



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Neste caso, as respostas indicam de forma amostral racismo na corporação, que existe ali um racismo institucionalizado que atinge uma pequena parte interna; e, mais além, quando perguntados em relação às abordagens policiais, no que diz respeito ao perfilamento racial, 48,6% afirmaram já terem presenciado atitudes racistas na atuação da PMBA (gráfico 04), apontando para um alto percentual em relação a uma instituição que, ao invés de discriminar, deveria proteger todos/as como iguais em direitos.

Gráfico 4. Percentual de respostas à pergunta 05 do questionário virtual dapesquisa



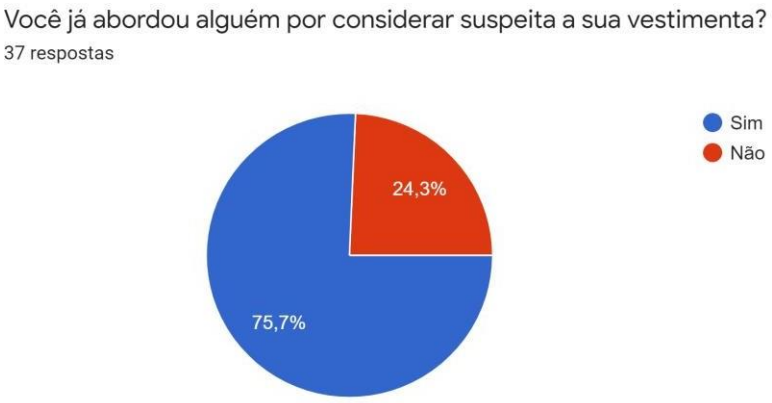
Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Perguntados se já presenciaram ou abordaram pessoas em razão da cor da pele, 37,8% afirmaram que sim (gráfico 05) e 75,7% afirmaram já ter abordado pessoas por considerar suspeitas suas vestimentas (gráfico 06) mostrando que existe, de fato, a presença do perfilamento racial na instituição, subsidiado pelo racismo estrutural e institucional, haja vista que a cor da pele não deveria ser critério de "fundada suspeita" para abordagens policiais. Apesar desses dados, 91,9% afirmam não haver uma orientação no CFSd para abordarem pessoas negras com mais rigor (gráfico 07).

Gráfico 5. Percentual de respostas à pergunta 06 do questionário virtual dapesquisa

Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Gráfico 6. Percentual de respostas à pergunta 07 do questionário virtual dapesquisa



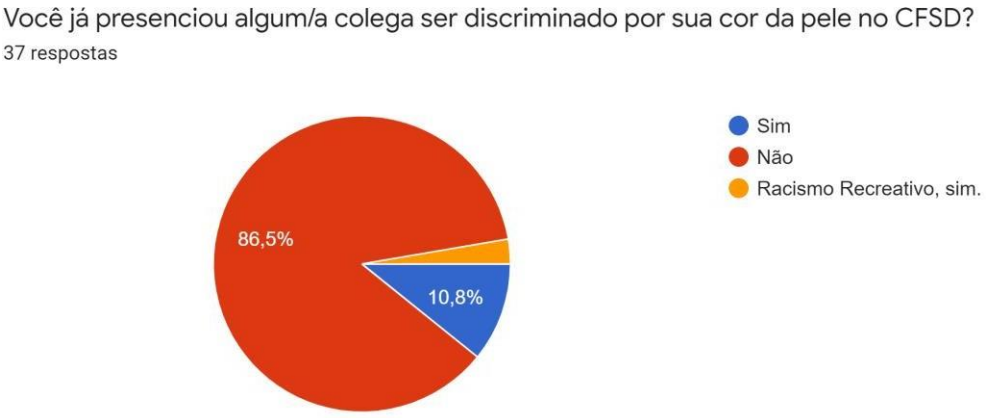
Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Gráfico 07. Percentual de respostas à pergunta 12 do questionário virtual da pesquisa

Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Uma parte dos/as participantes afirmaram existir discriminação nos Cursos de Formação de Soldados, relatando que já presenciaram colegas serem discriminados/as pela cor da pele e, também, vítimas de "racismo recreativo", como mostra o gráfico 08.

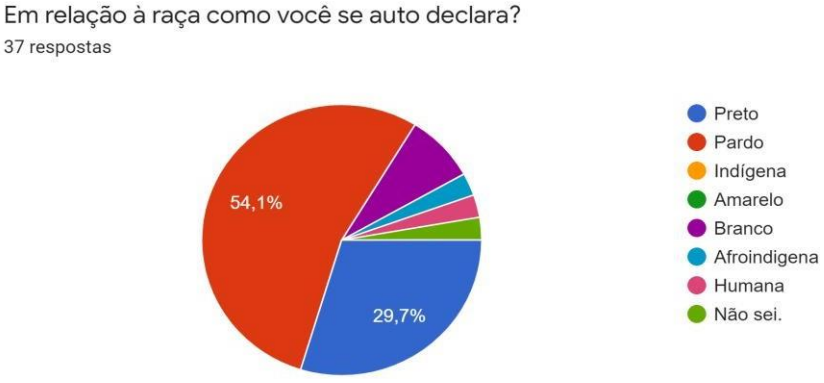
Gráfico 8. Percentual de respostas à pergunta 10 do questionário virtual dapesquisa



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

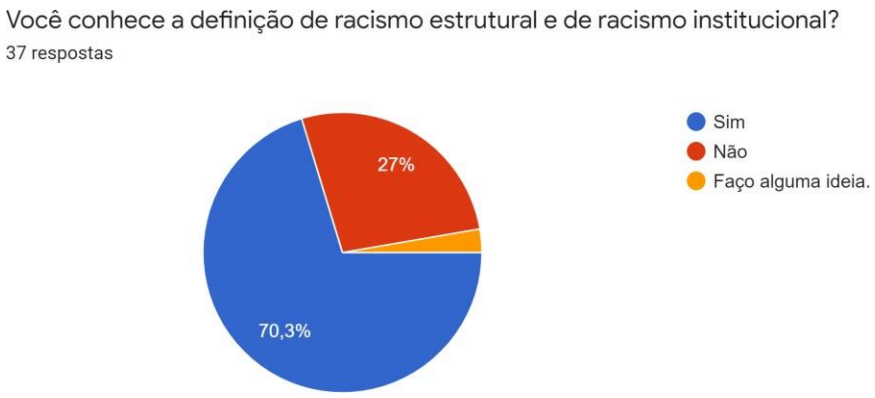
Embora 83,8% (gráfico 9) das pessoas participantes da pesquisa se declarem pretos e pardos, ou seja, negros e a maioria dos/as participantes afirmem saber o que significam o racismo estrutural e institucional (gráfico 10), que reconhecem a existência do racismo no Brasil e na Polícia Militar da Bahia, apresentaram certa dificuldade de reconhecer o quanto esse racismo é estruturante na sociedade e nas instituições, como podemos observar nas falas a seguir que se aproximam e/ou representam muito bem as categorias abarcadas pelo presente estudo.

Gráfico 9. Percentual de respostas à pergunta sobre autodeclaração do questionário virtual da pesquisa



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Gráfico 10. Percentual de respostas à pergunta 02 do questionário virtual da pesquisa



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

A partir dos comentários feitos no espaço aberto do questionário, foi feita uma análise interpretativa a respeito dos assuntos abordados e/ou questões levantadas pelos policiais participantes da pesquisa de campo, criando-se uma categorização dos comentários, alocando-os a partir da sua afinidade com o tema abordado. Categorias como "O mito da democracia racial", "A não existência do racismo estrutural e institucional, logo, a não existência do perfilamento racial por parte da Polícia" e a "Necessidade das discussões étnico-raciais no CFSd", as quais veremos a seguir:

1ª Categoria: **Mito da democracia racial**

Toda discussão é válida, mas hoje podemos observar uma sociedade muito mais conhecedora e liberal. A situação do racismo existe, MAS não é isso pregado por uma militância que insiste em separar os seres humanos, dividindo-os em branco, preto, azul, homem, mulher, rico, pobre…Toda forma de preconceito tem que ser combatida, mas não podemos generalizar tudo como preconceito, o ser humano tem que ser aproximado e não separado e. Classes. (S2).

Balela, vitimismo e ranço assistencialista. Não há racismo notavelmenterelevante no Brasil. O que há é segregação financeira e de classe. O resto é política esquerdopata e globalista de vitimismo para que se possa criar agrupamento social com a finalidade de controle de massa. Pensamento

vindouro de uma bolha que comporta um pacote de políticas antifamilia desse neocomunismo podre. (S3).

Fica evidente nas respostas a não percepção do racismo como estrutural e estruturante nas relações sociais, e a concepção de racismo substituída por uma ideia de "segregação financeira e de classe", como também veremos na próxima categoria. Essa percepção nos faz perceber a presença da ideia de mito da democracia racial que permeia o imaginário social brasileiro, como se existisse no Brasil uma convivência harmoniosa entre pessoas de todas as raças e com as mesmas oportunidades.

2ª Categoria: **a não existência do racismo estrutural e institucional, logo, a não existência do perfilamento racial por parte da Polícia**

O tema racismo, em todas as áreas de atuação é e será sempre polêmico, em razão de circunstâncias culturais. Por essa razão, salientei a necessidade de abordagem do tema durante a formação. Contudo, temos hoje na corporação um percentual igual ou superior de pessoas que são ou se declaram "pretas", inclusive, em função de comando. Baseado nisso e nas experiências que vivi ao longo desses 11 anos de atuação na corporação, ratifico a minha opinião de que não exista um racismo institucionalizado dentro do órgão. Ao menos, este inquirido, jamais notou. (S1)[23]

Racismo no Brasil é tão antigo como a Carta de Caminha, fazer com que uma corporação quase bicentenária, mude com poucas conversas não será suficiente. Acredito que isso precisará de uma nova geração para poder mudar esses aspectos. Os novos oficiais e praças que ingressarem virão com uma visão melhor sobre esse tema sensível. Não precisa ser negro pra sofrer racismo, pode ser branco, índio, características asiáticas, o que começa com uma brincadeira, na verdade trás um cunho preconceituoso. Também generalizar toda uma instituição que em sua maioria é negra, é "pesado". Ofende a qualquer policial que não é racista, em sua maioria não é. O certo seria perguntar será que você já foi tratado como racista por alguém por ser policial? (S4).

A questão de debate sobre discriminação racial é importante em todos e qualquer espaços [...] Não acredito que haja um racismo institucional na PMBA, pois está a muito tempo já tem em suas fileiras negros em todas as camadas. Com a chegada dos concursos mais sérios é que diminui ainda mais a chance para tal discriminação! (S5).

[23] Os sujeitos da pesquisa serão identificados pela letra S precedido de um número para diferenciá-los.

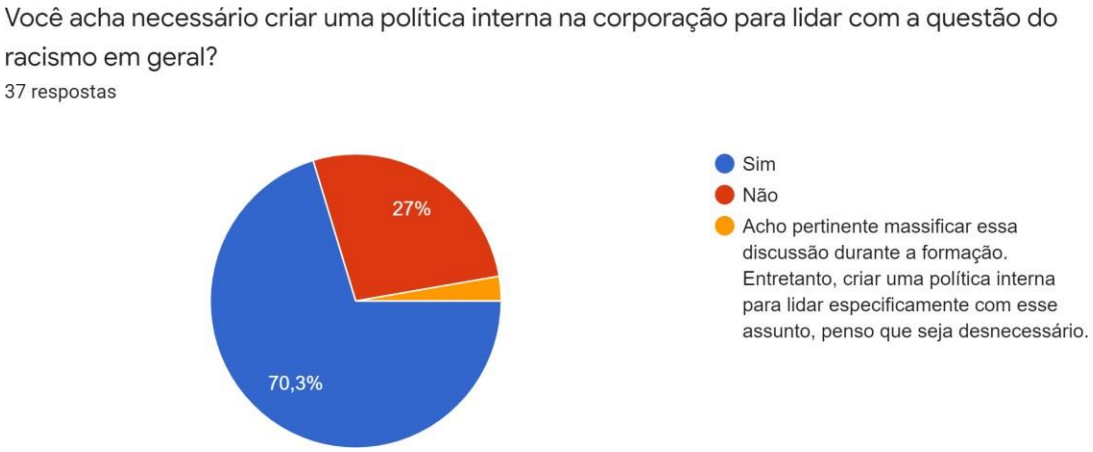
Apesar de reconhecer a existência do racismo na corporação, observou-se nos comentários dos/das participantes a não compreensão do conceito de raça como uma categoria política, mas a reprodução, de forma geral, de um conceito biologizante e desprovido de compreensão crítica. Como já foi dito aqui, é importante a discussão e a compreensão do conceito de raça como conceito político, ressignificado pelo movimento negro, devido às heranças negativas da escravização, principalmente do povo negro que, até hoje, é massacrado por conta do racismo que se estruturou na nossa sociedade e nas instituições (GOMES, 2005).

Categoria 3º: **Necessidade das discussões étnico-raciais no CFSd.**

Parto de uma premissa que a Instituição a medida que segue ordenamento jurídico e puni quem pratica o racismo, ela não é racista. No entanto, a Instituição composta por pessoas são o espelho da sociedade e refletem seu racismo nas ações, uns mais outros menos. Prover formações e reflexões a cerca, de fato, possibilita a superação do comportamento racista. (S7).

Vemos na fala de S7 a negação da corporação como racista, por, segundo ele, puniras pessoas que cometem racismo. Um fator relevante é a chamada para a promoção de formações e reflexões acerca do racismo para uma possível superação do "comportamento racista". Essa ideia também é compartilhada pela maioria da pesquisa, como podemos observar no gráfico 11:

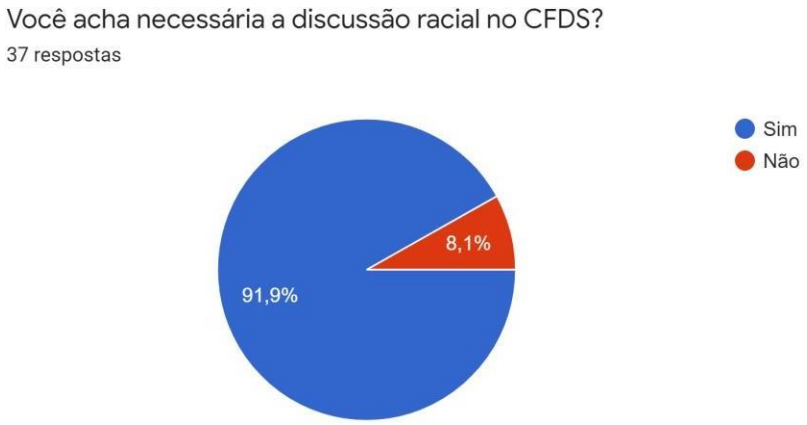
Gráfico 11. Percentual de respostas à pergunta 13 do questionário virtual da pesquisa



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Essa necessidade da discussão das questões étnico raciais na corporação também é vista no gráfico 12, no qual 91,9% das pessoas participantes afirmam ser necessária a discussão no Curso de Formação de Soldado:

Gráfico 12. Percentual de respostas à pergunta 11 do questionário virtual da pesquisa



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

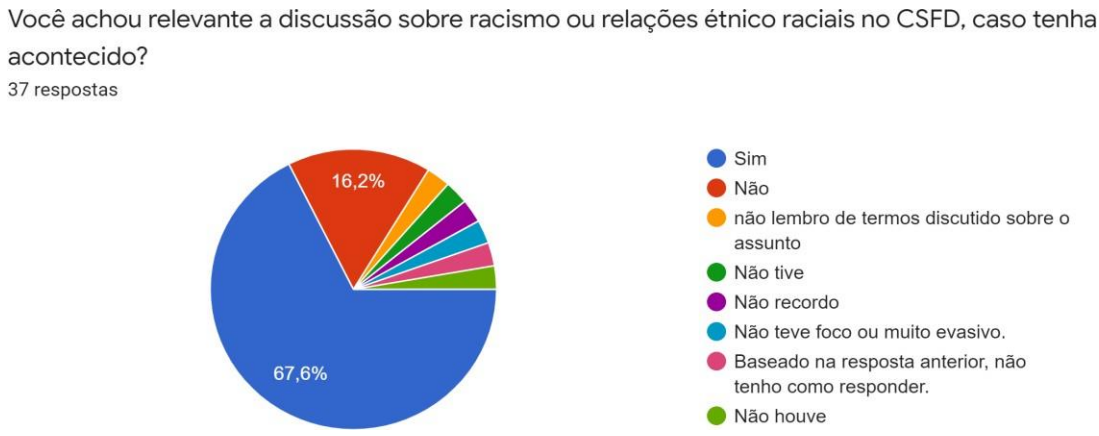
Essa questão também fica evidente no gráfico 13, no qual, 81,8% das pessoas que participaram concordam com a necessidade de a instituição oferecer cursos de curta duração e/ou materiais educativos que possibilitem uma pedagogia antirracista.

Gráfico 13. Percentual de respostas à pergunta 14 do questionário virtual da pesquisa

Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Outra questão relevante é que a maioria dos/das participantes da pesquisa - 67,6% - já terem tido contato com as discussões sobre racismo ou relações étnico-raciais em seus cursos de formação e terem achado relevante a discussão (gráfico 14).

Gráfico 14. Percentual de respostas à pergunta 09 do questionário virtual da pesquisa



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Em termos gerais, observou-se nas análises das respostas, bem como de algumas das falas dos/as sujeitos da pesquisa presenças e ausências da discussão étnico-raciais. Presenças no que diz respeito à abordagem da temática nos cursos de formação de soldados e ausências quando se percebe em algumas falas o não conhecimento crítico das questões que o racismo estrutural e institucional provoca nos corpos negros e vulneráveis, principalmente pelas forçasde segurança do Estado, como pudemos observar a própria negação do racismo em alguns casos, tanto dentro da instituição PM, quanto fora dela. Essas análises serviram de base para a elaboração do material formativo crítico e antirracista que será explicado a seguir.

4. MATERIAL EDUCATIVO ANTIRRACISTA: PRODUTO FINAL

A partir das respostas do questionário virtual emitidas pelos participantes da pesquisade campo, das análises interpretativas feitas destas respostas, juntamente com o estudo de toda pesquisa documental e bibliográfica, buscou-se a elaboração do produto final.

As respostas foram cruciais para que se pudesse entender a conexão dos/das policiais militares e as presenças e ausências dos debates em torno das relações étnico-raciais dentro da instituição Polícia Militar, no que se refere, principalmente, ao conhecimento sobre o racismo institucional, estrutural e perfilamento racial.

Segue, então, no tópico 4.1, a apresentação dos dados coletados que ainda não foram expostos no capítulo anterior, bem como os comentários que não foram, necessariamente, relevantes à temática abordada. No tópico 4.2 estará exposta a proposta de material formativo permanente, o panfleto antirracista virtual.

4.1 Dados coletados

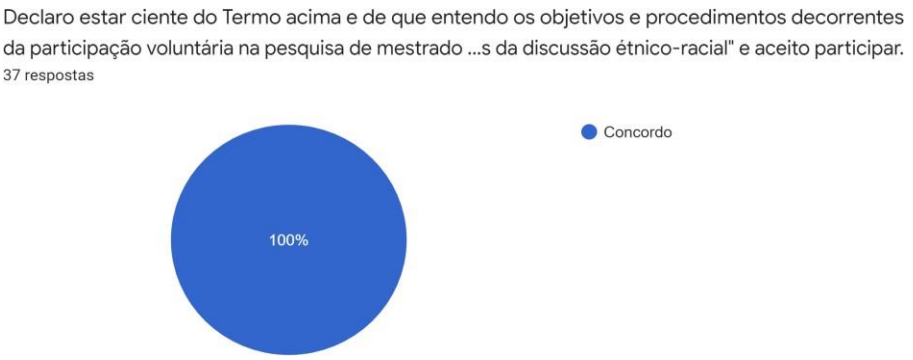
Esse tópico abordará a descrição de alguns dados coletados do questionário virtual disponibilizado na plataforma "*doocs.google.com*" em setembro de 2021, do dia 24/09 à 30/09 e divulgado em *link* específico em grupos de interação virtual *whatsaap* nos quais fazem parte policiais militares do Estado da Bahia.

As sessões de perguntas do formulário deram-se da seguinte forma: perfil geral, destacando o termo de consentimento, o perfil social dos/as participantes: sexo, idade, raça, escolaridade, tempo de atuação na PMBA, posto/graduação e a unidade onde o/a policial está lotado. A seguir foram abordadas perguntas mais específicas em relação à pesquisa. Perguntas estas já exemplificadas, uma parte no capítulo anterior e as outras neste tópico. E, por fim, uma parte aberta a comentários/questões dos sujeitos da pesquisa.

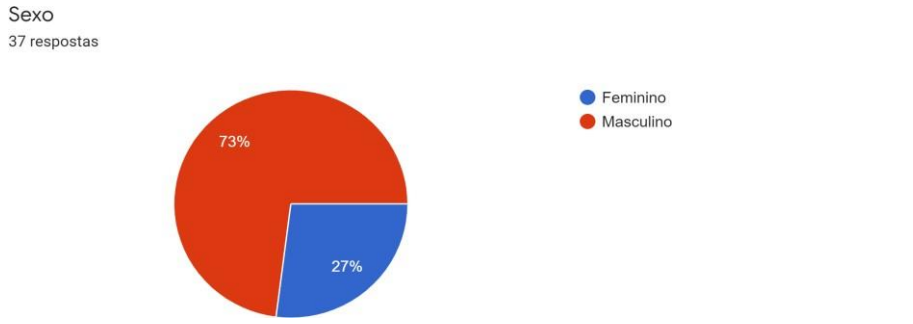
Seguidamente estará descrito o questionário que fez parte da pesquisa de campo, contendo as perguntas e as respostas dos/as participantes. Os participantes da pesquisa contribuíram com fundamental importância, através dos seus dados analisados, para a elaboração do produto final - que estará disponibilizado no próximo tópico.

Os gráficos com as respostas fechadas e as reflexões dos/das policiais militares foram analisados/as de forma interpretativa que possibilitou a construção do "Panfleto Atirracismo e Atuação Policial", o qual foi construído com tópicos e questões a partir do *"feedback"* das

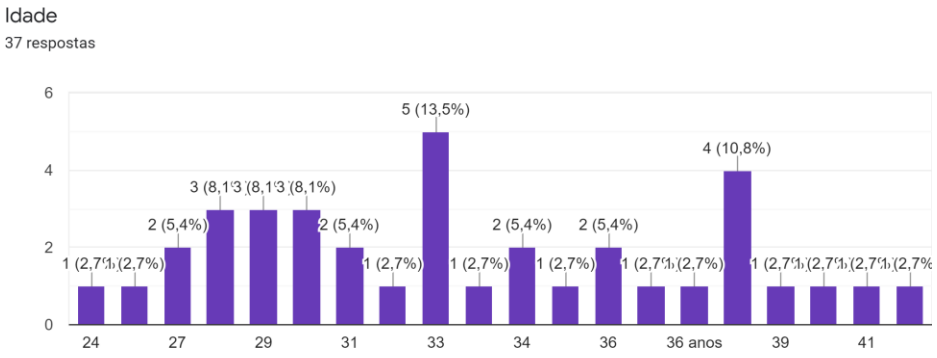
compreensões, críticas e anseios dos/as participantes em relação no que tange aos assuntos abordados no questionário. Assim, seguem respostas ao questionário descrito, com a demonstração dos dados recebidos nas respostas sobre o perfil dos participantes da pesquisa:



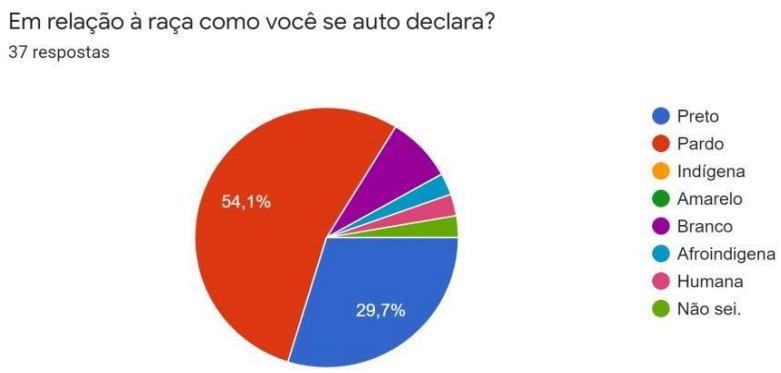
Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.



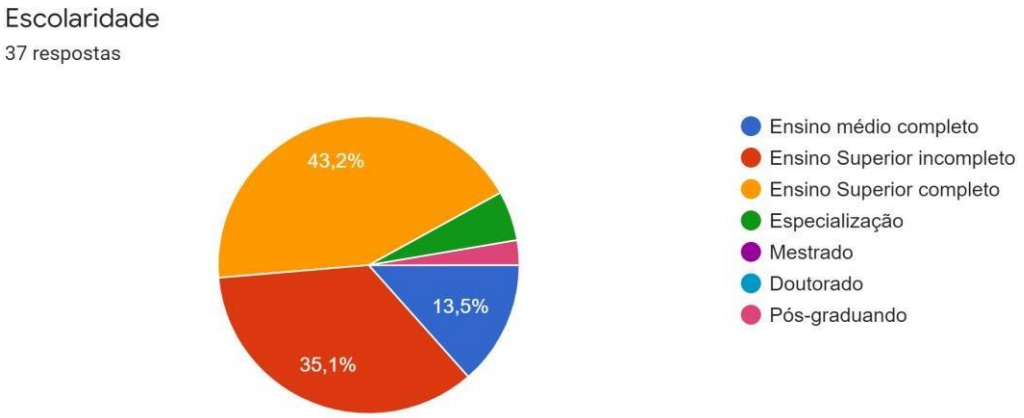
Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.



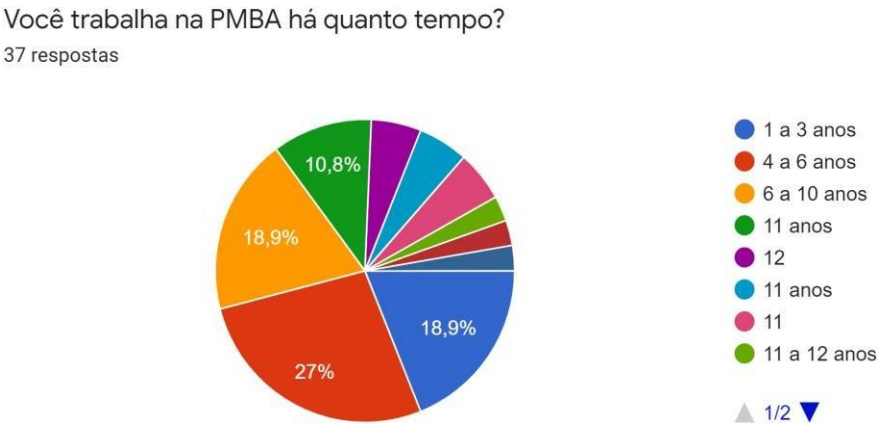
fico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa aoquestionário virtual elaborado pelo autor.



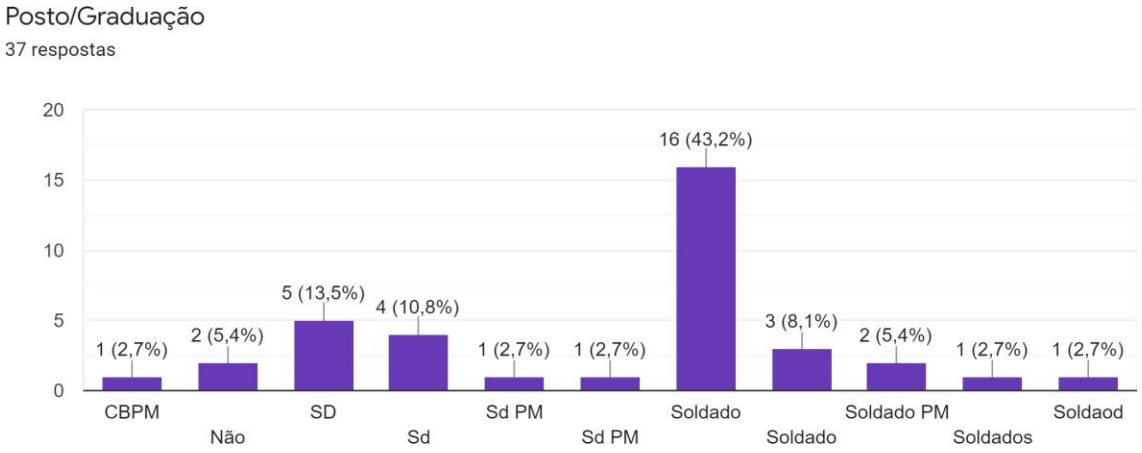
Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.



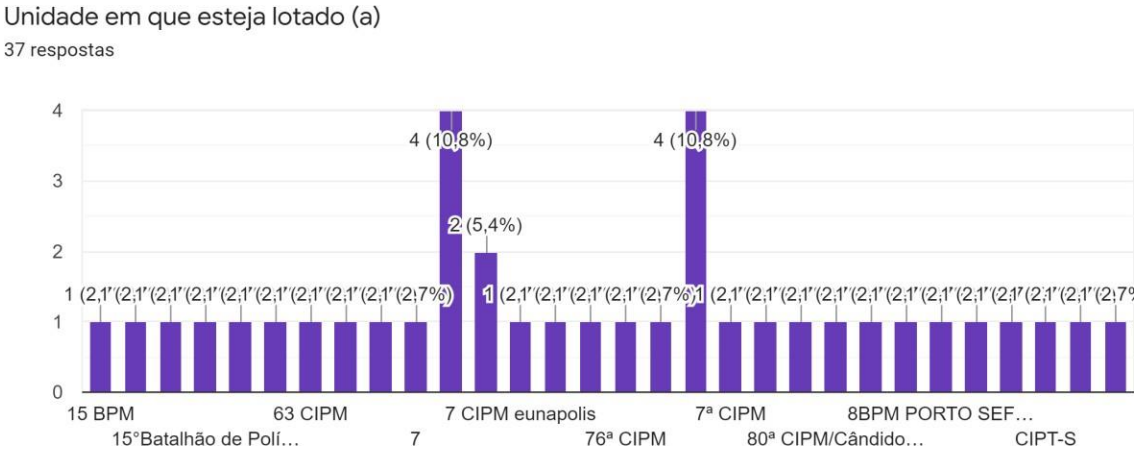
Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

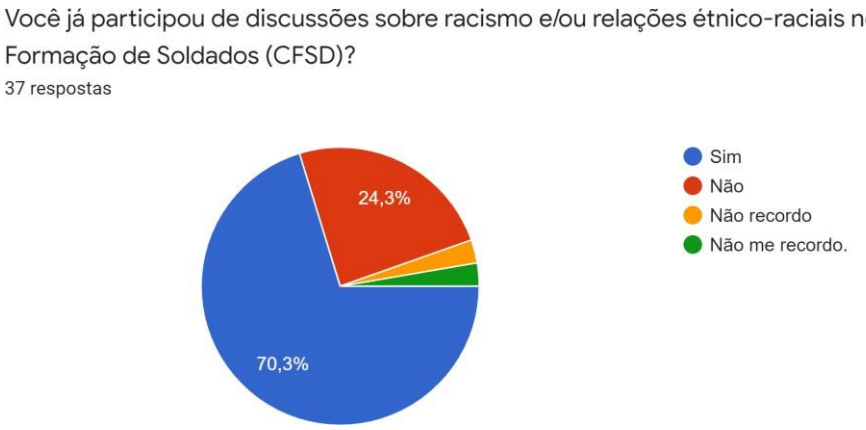


Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

Referente à resposta 08



Fonte: gráfico gerado pelo *Google forms* a partir das respostas dos participantes da pesquisa ao questionário virtual elaborado pelo autor.

4.2 Proposta de material formativo permanente: panfleto antirracista virtual

O material formativo, produto final desta pesquisa intitulado de "Panfleto Antirracismo e Atuação Policial" (anexo 12), contém 10 páginas, distribuído em tópicos com temas que abordam as questões étnico-raciais, elencadas a partir da pesquisa realizada e anteriormente apresentada, tais como: dados referentes às mortes da população negra da Bahia

decorrentes de intervenção policial; o "mito da democracia racial"; racismo estrutural; racismo institucional e perfilamento racial, bem como indicações de leituras, de filmes/documentários/séries e músicas referentes às discussões e possíveis reflexões.

Esse material foi elaborado a partir da coleta de dados do trabalho de campo com policiais militares - ao todo 37 participantes -, através do questionário virtual descrito anteriormente que contribuiu, a partir das respostas, para a aproximação de evidências empíricas acerca do tema investigado na corporação – de forma integrada com a pesquisa documental e bibliográfica -, identificação de problemas e percepção em relação às questões étnico-raciais por estes profissionais.

Paralelamente, buscou-se identificar materiais formativos semelhantes – na forma e/ou no conteúdo - e que pudessem inspirar a realização do presente produto, ao que citamos o folder veiculado pela Defensoria Pública da Bahia intitulado "Papo reto conversando sobre masculinidades" (2018)[24], a cartilha e campanha antirracista da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB, 2020)[25], assim como o site e cartilha da organização Associação Brasileira de ONGs (Abong, 2021), "Somos todas antirracistas", cujo conteúdo traz reflexões para o enfrentamento ao racismo presente em nossas estruturas e em diferentes organizações[26].

O material que elaboramos teve por objetivo coletar as percepções dos/as participantes, em relação aos temas abordados, de forma amostral, para que, desta forma, houvesse uma interação com a pesquisa e uma contribuição para a construção do produto final. Houve uma variabilidade de respostas, o que demonstrou um cenário de percepções heterogêneas, mostrando a complexidade em relação às questões abordadas.

Essas percepções contribuíram de forma crucial para a proposta do produto final, pois, além da minha vontade de colaborar com a formação antirracista dos/as policiais militares materializada na pesquisa de mestrado delineada, as respostas mostraram que há uma necessidade de discussão étnico-racial, bem como a sugestão de uma política interna para

[24] Fonte: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2018/12/folder-conversando-sobre-masculinidades-web.pdf Acesso em 10/08/2021.

[25] Fonte: https://unilab.edu.br/2020/11/17/campanha-combate-o-racismo-e-as-varias-formas-de-discriminacao-dentro-dos-ambientes-academicos-da-unilab/ e https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha-de-Combate-ao-Racismo-2020.pdf Acesso em 12/10/2021.

[26] Fonte: https://abong.org.br/somostodasantirracistas/?fbclid=IwAR17NG5O48cYgnniZQTvEBWyUvELsowy_QJDIoFE4dt2l9dpFlG6VucbcVI e https://abong.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Pesquisa-Abong-Quantos-Somos-1.pdf Acesso em 11/11/2021.

lidar com as questões referentes ao racismo na instituição e o anseio por ofertas de cursos de curta duração e materiais formativos que venham a contribuir para as pautas antirracistas.

O Panfleto "Antirracismo e Atuação Policial" será disponibilizado de forma digital e gratuita nos grupos de *whatsapp* em que a pesquisa foi veiculada, como também, será enviado para os órgãos de educação da PMBA responsáveis pelas coordenações dos cursos de formação de soldados, notadamente aqueles com os quais foram realizados contatos na pesquisa documental, com o objetivo de ser socializado e replicado como parte de um material formativo antirracista nos respectivos cursos.

No entanto, compreendemos que o material é uma forma de contribuir com o debate, que pode servir de forma complementar e incipiente, uma vez que iniciativas estruturais e políticas robustas são fundamentais para a consecução de práticas institucionais educacionais antirracistas permanentes.[27]

[27] Como exemplo, citamos a instituição de políticas de equidade racial e combate ao racismo, como a que recentemente foi empreendida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, de forma inédita, cuja ênfase é enfrentar o racismo em todas as suas dimensões. Fonte: https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/defensoria-da- bahia-institui-politica-de-equidade-racial-e-combate-ao-racismo-e-apresenta-em-coletiva-a-imprensa/ Acesso em 10/08/2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proporcionada por esta pesquisa configurou-se, desde o início do seu trajeto, como um desafio no que tange à formação de soldados da PMBA e sua relação com as questões étnico-raciais, discussão esta pouco abordada tanto nos cursos de formação de soldados, quanto na Academia. Porém, mostrou-se importante por possibilitar esta discussão no campo teórico, elencando dados e fatos e, também, no universo dos profissionais policiais militares que demonstraram certa urgência na temática dentro da instituição.

Observando o panorama atual das violências e mortes nos corpos negros em consequência das intervenções policiais, percebe-se a necessidade urgente a respeito das discussões das questões étnico-raciais como o racismo sistêmico e estrutural, o racismo institucional, o perfilamento racial e a noção de raça por parte desses agentes da segurança pública.

Neste caso, houve um empenho para apresentar ao leitor as reflexões sobre os conceitos abordados na pesquisa e como se apresentam as discussões das questões étnico- raciais nos cursos de formação da PMBA e a perspectiva na ótica dos profissionais desta instituição, observando de que forma este estudo poderia contribuir para a formação dos novos policiais militares que ingressarão a posteriori nos novos CFSds.

No percurso da pesquisa, foi construída uma rede de informações referentes aos cursos de formação de soldados da PMBA e a figura interna e externa da instituição a partir da visão dos/as policiais militares participantes da pesquisa em relação às questões étnico-raciais. Informações estas que estão presentes de forma documental e bibliográfica.

Em relação à metodologia e objetivos desta pesquisa, observou-se que, na pesquisa, ao analisar o currículo de formação de soldados, bem como as análises da pesquisa de campo, houveram pontos de relevância para a discussão como: pouca identificação de debates e conhecimentos críticos em relação às questões étnico-raciais; a identificação do estereótipo do corpo suspeito associado às pessoas negras; a relação do racismo institucionalizado e o perfilamento racial nos corpos negros; a prevalência de um racismo institucionalizado.

Observando as falas dos sujeitos participantes, esta manutenção do racismo fica evidente quando os/as participantes da pesquisa apresentam a negação do racismo ou

pouco ou nenhum conhecimento sobre questões étnico-raciais. Nessa perspectiva, há uma demonstração da ideia de democracia racial, negando, também, a existência do racismo estrutural e institucional, logo, a não existência do perfilamento racial por parte da Polícia.

Essa ideia de democracia racial que levava em conta a miscigenação como uma solução para os problemas sociais e do preconceito racial, não levou em conta que a miscigenação foi, em sua maioria, no período colonial um processo violento. Portanto, como afirma Munanga (2010), não há uma democracia racial, o que há é um mito sobre essa democracia que nunca existiu e que serve para perpetuar e aprimorar o racismo de forma velada, que ele chama de "racismo à brasileira", aquele que se concretiza com a negação do próprio racismo, como pudemos perceber nas falas dos sujeitos da pesquisa que ressaltam a negação do racismo.

Para que, tanto o mito da democracia racial, quanto o nosso racismo à brasileira que causam impedimentos à comunidade negra possam ser desconstruídosm, é preciso que aprendamos a lidar com essas questões tendo como espelho a educação antirracista que os movimentos negros tanto lutaram para colocar em evidência, como o movimento negro educador do qual Gomes (2017) fala, um movimento que gera conhecimento para toda a sociedade, para que esta sociedade se importe com as pessoas negras, com os jovens negros chacinados e reconhecam as consequencias do racismo estrutural, institucional e do perfilamento racial nos corpos negros.

É preciso entendermos que existe a separação entre negros e brancos no Brasil e um dos exemplos é o estatuto da igualdade racial, no qual o Estado reconhece o racismo brasileiro e o quanto esse racismo é nocivo para toda a sociedade, pois impede a mobilidade social das pessoas negras e sua ascenção social, principalmente das pessoas com a pele mais retinta, consequência do colorismo – termo cunhado por Alice Walker – que bem coloca Devulsky (2021), é "uma construção ligada à ideia de supremacia branca, portanto, não originadas nas interações endógenas dos membros da comunidade negra; é empregado por brancos sobre negros e por negros sobre negros". Neste caso, as pessoas de pele mais escuras sofrem mais preconceitos do que as pessoas de pele mais escuras.

O colorismo é também chamado de "pigmentocracia", quando as pessoas por terem traços mais negróides, como a pigmentação da pele – a exemplo das pessoas negras mais retintas – tamanho e formato do nariz, tamanho dos lábios, cabelo crespo, etc., têm menores chances de acesso aos meios de ascenção social , de consegirem empregos e representatividade em lufares sociais de destque e mais chances de serem vítimas do racismo institucional e estrutural.

Foi possível evidenciar, ainda, a não compreensão do conceito raça como um conceito político, mas apenas como um conceito biologizante resumindo todas as pessoas apenas em um conceito de "raça humana". Neste caso, Gomes (2005) chama a atenção para a importância do conceito político de raça, principalmente para as pessoas negras, pois estas são as principais vítimas do racismo sistêmico e não se deve resumir a um conceito biológico apenas, haja vista que, neste caso, as desigualdades sociais iriam ter caráter explicativo como consequência das relações sociais e de classe.

Pode-se observar, também nas falas dos sujeitos da pesquisa, a necessidade da ampliação e aprimoramento das discussões voltadas ao letramento racial sobre as relações étnico-raciais no Brasil no âmbito dos cursos de formação da Polícia Militar da Bahia e também o oferecimento de cursos de curta duração e material que fomentem a discussão antirracista para os novos policiais militares que ingressarão na instituição, haja vista aexistência de apenas uma disciplina que aborde a questão. Ainda assim, apresenta-se na matriz curricular de forma genérica não tendo a observância para questões como as mortes da população negra pela polícia, evidenciadas nas séries históricas dos indicadores públicos, bem como discussões a respeito do racismo institucional e perfilamento racial, que são temas demonstrados em pesquisas já concluídas.

Diante do exposto, considera-se necessária uma proposta pedagógica e institucional de combate ao racismo em todas as suas perspectivas com, por exemplo, a realização de oficinas, debates e cursos com foco antirracista, assim como uma política institucional

estruturante na PMBA, razão pela qual entendemos que a utilização do produto desta pesquisa poderá subsidiar como meio informativo os atuais e futuros policiais militares, de maneira que não exerçam sobre os corpos negros e vulneráveis o papel de opressor.

Por fim, entende-se que o tema pesquisado não encerra ou aborda as diferentes dimensões que integram o problema do racismo institucional e das presenças e ausências do debate étnico-racial na formação da PMBA, de forma que outras investigações e agendas de pesquisa poderãoaprimorar o tema analisado e oferecer outros aportes principalmente pensando em cursos de curta duração e uma formação contínua para os policiais mais antigos que estejam na ativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Jader Santos. **A atuação policial na perspectiva de jovens negros: vozes dos invisíveis**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BAHIA. **BGO nº 214 de 17 de novembro de 2014**. Disponível em h
14%26id%3D171:novembro%26Itemid%3D1089%26start%3D10+&cd=1&hl=pt-
BR&ct=clnk&gl=br Acesso em: 10 mar 2021.

BAHIA. **Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)**. Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=349&Itemid=
1251. Acesso em: 07 fev. 2021.

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. Disponível em: https://www.al.ba.gov.br/fserver/:imagensAlbanet:upload:Constituicao_2018_EC_251.pdf. A
cesso em: 07 fev. 2021.

BAHIA. **Diretriz Geral de Ensino da Polícia Militar da Bahia (2016-2019)**. Disponível em:
http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=133:d
iretrizes&Itemid=163. Acesso em 07 fev. 2021.

BAHIA. **Instituto de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar da Bahia (IEP)**. Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=46&Itemid=1

49. Acesso em: 07 fev. 2021.

BAHIA. **Lei nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001 – Estatuto da Polícia Militar da Bahia**. Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/cerimonial/legis/estatutodapm.pdf. Acesso em: 07 fev. 2021.

BAHIA. **Polícia Militar da Bahia**. Disponível em: http://www.pm.ba.gov.br/index.php. Acesso em: 07 fev. 2021.

BATISTA, Maria da Soledade Cardoso Landim. **Formação em Segurança Pública e as TIC: um Estudo de Caso Sobre o Curso de Formação de Soldados da PMBA**. 2016. 141
f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da

Bahia, Salvador, 2016.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf. Acesso em: 07 fev. 2021.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Infopen - **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em:https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmVlOGFhNDctNWM4Ni00MjEzLTlkNTgtNDhmMDBlZTU4MzViIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9. Acesso em maio de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de janeiro: IBGE; 2019. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view= detalhes & id=2101681. Acessado em maio de 2021.

BRASIL. Infopen - **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWY5NjFmZjctOTJmNi00MmY3LThlMTEtNWY wOTlmODFjYWQ5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRh NmJmZThlMSJ9. Acesso em Maio de 2021

BRASIL. Presidência da República. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em Maio de 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018, 3ª edição.

CIDH. Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Situação dos Direitos Humanos no Brasil**. Disponível em: http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf. Acesso em: 02 de Maio de 2021.

DAVIS, Angela Y. **A Democracia da Abolição**: Para além do império, das prisões e da tortura. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia da Investigação em Educação.** Curitiba: IBPEX, 2005.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Set 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp- content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf Acesso: 07 Jul 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Ano 14. São Paulo, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Ano 15. São Paulo, 2021.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Nacional, 1965.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 33.ª edição.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 47.ª edição.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES, Vitor Rogério Ribeiro. **O uso da força policial sobre o prisma das legislações internacionais: uma análise sobre a capacitação e qualificação do efetivo policial militar da Bahia atuante nas companhias independentes de policiamento tático**. 2013.
68 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Pauka. **Pedagogia da crueldade**: Racismo e extermínio da juventude negra. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdadede Educação, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

JÚNIOR, Nivaldo Góes Oliva**. Força Policial**: uma análise sobre a percepção dos diferentes atores da PMBA em relação às contribuições do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia na atuação dos seus egressos. / Nivaldo Góes Oliva Júnior. -- Salvador, 2017

LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro (Org**.). Segurança Pública e DireitosHumanos**: temas transversais. .ed. Brasília: SENASP, 2014.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli Elisa D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010. Disponível em: < biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_TeoriaSocialERelacoesRaciaisNoBrasilContemporaneo.pdf >

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OLIVEIRA, Adauto Sena. **Avaliação de desempenho na Polícia Militar da Bahia: uma proposta**. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PERRENOUD, P. **Pedagogia diferenciada:** das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **O memorial no espaço da formação acadêmica: (re)construção do vivido e da identidade.** In: Perspectiva, Florianópolis, v. 28, n. 2, 601-624, jul/dez 2010.

SOARES, Frederico Fagundes. **A justiça da polícia: as mortes de civis em operações policiais na perspectiva da Polícia Militar da Bahia**. Salvador, 2019. 205 f.

TORRES, E. N. DA S.; FERREIRA DE OLIVEIRA, C. B.; TORRES, O. Vidas negras: um panorama sobre os dados de encarceramento e homicídios de jovens negros no Brasil. **Revista Trama Interdisciplinar**, v. 9, n. 1, 21 dez. 2018.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?**. 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Santos de. **A segurança pública na Bahia e a justiça militar estadual: doutrina e controle externo**. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, Najara Santos de. **A PMBA e o Enfrentamento às Violências: um Estudo de Caso Participante Sobre a Dinâmica de Qualificação dos Policiais para Atuação em Ambiente Escolar**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

OLIVA Júnior, Nivaldo Góes. **Força policial: uma análise sobre a percepção dos diferentes atores da PMBA em relação às contribuições do curso de formação de oficiais da Polícia Militar da Bahia na atuação dos seus egressos**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Organização das Nações Unidas - ONU. **Conferência Mundial de Durban**. Durban, 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf

Organização das Nações Unidas - ONU**. Prevenindo e combatendo o perfilamento racialde pessoas afrodescendentes.** 2020. Disponível em: https://acnudh.org/load/2020/12/1821669-S-DPI-RacialProfiling_PT.pdf

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogias de La crueldad.** 1ª ed.- Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SILVA, Alexsandro de Oliveira e. **"Bandido bom é bandido morto": as representações sociais dos policiais militares sobre os autores de delitos e o sistema de justiça criminal**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SINHORETTO, Jacqueline; BATITUCCI, Eduardo; MOTA, Fábio Reis; SCHITTLER,Maria Carolina; SILVESTRE, Giane; MORAIS, Danilo de Souza; SOUZA, Letícia Godinhode; SOUSA, Rosânia Rodrigues de; SILVA, Sabrina Souza da; OVALLE, Luiza Aragon; RAMOS, Paulo César; ALMEIDA, Fabrício Bonecini de; MACIEL, Welliton Caixeta. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: Pensando a Segurança Pública. **Segurança Pública e Direitos Humanos**: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça,V. 5, 2014. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-

pesquisa/download/pensando/pensando-a-seguranca-publica_vol-5.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

SINHORETTO, Jacqueline (org.). **Policiamento ostensivo e relações raciais**. Gevac, UFSCar, 2020. Disponível em: http://www.gevac.ufscar.br/wp-content/uploads/2020/09/policiamento-ostensivo-rel-raciais-2020.pdf. Acesso em 20 abr.2021.

SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mario César. **Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho**. 2006 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984- 66572006000200005. Acesso em: 20 abr 2021.**TRIPP**, David. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf. Acesso em: 20 abr 2021.

WERNECK, Jurema. et al. **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual. Texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras (Mimeo), 2013.

ANEXOS

(Anexo 1) Efetivo da PMBA, de 2020

Brasil e Unidades da Federação	Efetivo da ativa das Polícias Militares										
	Soldado	Cabo	Sargento [2]	Subtenente	Tenente [3]	Capitão	Major	Tenente coronel	Coronel	Aspirantes a oficial e Alunos	Total
Brasil	**132.652**	**110.743**	**103.713**	**15.115**	**13.624**	**8.424**	**5.135**	**2.979**	**974**	**6.346**	**406.426**
Acre	247	417	1.184	91	154	18	30	18	6	162	2.327
Alagoas	1.612	1.915	1.937	199	325	219	119	61	34	852	7.273
Amapá	1.067	321	832	267	397	146	53	18	13	7	3.121
Amazonas	453	2.831	3.582	262	607	311	111	89	60	398	8.704
Bahia [4]	16.673	5.544	3.360	1.453	993	1.001	332	139	28	1.653	31.176
Ceará	7.451	4.349	4.134	2.941	1.120	195	112	235	82	1	20.620

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021)

Pedidos de informação

Anexo 2 (Pedido de informação ao IEP)

CAROLINA BESSA FERREIRA DE OLIVEIRA <carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br> 21 de abril de 2021 14:27
Para: iep.diretor@pm.ba.gov.br
Cc: berg.guisi@gmail.com

Ao Instituto de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar da Bahia

Assunto: pedido de informações para pesquisa de mestrado na UFSB

Ilmo Sr Coronel Jorge Ricardo Albuquerque Pereira,

Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar da Bahia.

Por meio do presente correio eletrônico institucional, vimos, respeitosamente, a Vossa Senhoria, apresentar pedido de informações relacionadas à área de ensino da Polícia Militar da Bahia, cujo conteúdo atine à pesquisa de Mestrado Profissional em andamento no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), realizada por Rozemberg Guimarães Silva sob orientação da Professora Doutora Carolina Bessa Ferreira de Oliveira no Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER).

Trata-se de pesquisa qualitativa que tematiza o Currículo de formação da Polícia Militar da Bahia e a discussão étnico-racial, tendo por objetivo analisar o(s) currículo(s) do(s) Cursos de Formação da Polícia Militar do Estado, bem como elaborar uma cartilha virtual com o objetivo de refletir sobre a citada discussão, com vistas, também, a se constituir como um material formativo continuado.

Nesse sentido, há informações imprescindíveis à pesquisa e que, no momento, solicitamos, gentil e virtualmente, à Vossa Senhora, quais sejam: (1) o acesso ou a indicação de fontes de arquivos relativos à matriz curricular (disciplinas, conteúdos e carga horária) dos Currículos dos Cursos de Formação inicial da Polícia Militar da Bahia, bem como do conteúdo/material teórico-formativo estudado nos referidos cursos e das eventuais normativas instituidoras dos mesmos currículos e cursos; (2) informações de ordem profissional acerca dos professores que ministram os aludidos Cursos, tais como formação acadêmica, vínculo institucional e experiência.

Agradecendo antecipadamente, comunicamos nosso comprometimento em realizar a devida devolutiva do relatório final integral da pesquisa, com previsão de conclusão até dezembro de 2021, remetendo todos os arquivos produzidos a este mesmo órgão.

Na oportunidade, apresentamos nossa estima e consideração, colocando-nos à inteira disposição.

Atenciosamente,

Profa Dra Carolina Bessa - Docente Adjunta - UFSB | Email: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br

Rozemberg Guimarães Silva - Mestrando em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e Policial Militar do Estado da Bahia | Email: berg.guisi@gmail.com

Anexo 3 (Segundo pedido de informação ao IEP)

Gmail Rozemberg Guisi <berg.guisi@gmail.com>

Pedido de informações para pesquisa de mestrado na UFSB

1 mensagem

Rozemberg Guisi <berg.guisi@gmail.com> 30 de agosto de 2021 17:47
Para: iep.diretor@pm.ba.gov.br

Assunto: pedido de informações para pesquisa de mestrado na UFSB

Ilmo Sr CEL PM Jorge Ricardo Albuquerque Pereira,

Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa da PMBA – IEP.

Por meio do presente correio eletrônico institucional, vimos, respeitosamente, a Vossa Senhoria, apresentar pedido de informações relacionadas à área de ensino da Polícia Militar da Bahia, cujo conteúdo atine à pesquisa de Mestrado Profissional em andamento no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), realizada por Rozemberg Guimarães Silva sob orientação da Professora Doutora Carolina Bessa Ferreira de Oliveira no Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER).

Trata-se de pesquisa qualitativa que tematiza o Currículo de formação da Polícia Militar da Bahia e a discussão étnico-racial, tendo por objetivo analisar o(s) currículo(s) do(s) Cursos de Formação da Polícia Militar do Estado, bem como elaborar uma cartilha virtual com o objetivo de refletir sobre a citada discussão, com vistas, também, a se constituir como um material formativo continuado.

Nesse sentido, há informações imprescindíveis à pesquisa e que, no momento, solicitamos, gentil e virtualmente, à Vossa Senhora, quais sejam: (1) o acesso ou a indicação de fontes de arquivos relativos à matriz curricular (disciplinas, conteúdos e carga horária) dos Currículos dos Cursos de Formação inicial da Polícia Militar da Bahia, bem como do conteúdo/material teórico-formativo estudado nos referidos cursos e das eventuais normativas instituidoras dos mesmos currículos e cursos; (2) informações de ordem profissional acerca dos professores que ministram os aludidos Cursos, tais como formação acadêmica, vínculo institucional e experiência.

Agradecendo antecipadamente, comunicamos nosso comprometimento em realizar a devida devolutiva do relatório final integral da pesquisa, com previsão de conclusão até dezembro de 2021, remetendo todos os arquivos produzidos a este mesmo órgão.

Na oportunidade, apresentamos nossa estima e consideração, colocando-nos à inteira disposição.

Atenciosamente,

Profa Dra Carolina Bessa - Docente Adjunta - UFSB | E-mail: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br

Rozemberg Guimarães Silva - Policial Militar do Estado da Bahia e Mestrando em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) | E-mail: berg.guisi@gmail.com

https://mail.google.com/mail/u/0/?ik=4d59d75782&view=pt&search=all&permthid=thread-a%3Ar-1099054132237510582&simpl=msg-a%3Ar7488985... 1/1

Anexo 4 (Pedido de informação ao CFAP)

Rozemberg Guisi <berg.guisi@gmail.com> seg., 30 de ago. 17:51

para cfap.sec

Assunto: pedido de informações para pesquisa de mestrado na UFSB

Ilmo Sr CEL PM Alfredo José Souza Nascimento,

Diretor do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP.

Por meio do presente correio eletrônico institucional, vimos, respeitosamente, a Vossa Senhoria, apresentar pedido de informações relacionadas à área de ensino da Polícia Militar da Bahia, cujo conteúdo atine à pesquisa de Mestrado Profissional em andamento no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), realizada por Rozemberg Guimarães Silva sob orientação da Professora Doutora Carolina Bessa Ferreira de Oliveira no Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER).

Trata-se de pesquisa qualitativa que tematiza o Currículo de formação da Polícia Militar da Bahia e a discussão étnico-racial, tendo por objetivo analisar o(s) currículo(s) do(s) Cursos de Formação da Polícia Militar do Estado, bem como elaborar uma cartilha virtual com o objetivo de refletir sobre a citada discussão, com vistas, também, a se constituir como um material formativo continuado.

Nesse sentido, há informações imprescindíveis à pesquisa e que, no momento, solicitamos, gentil e virtualmente, à Vossa Senhora, quais sejam: (1) o acesso ou a indicação de fontes de arquivos relativos à matriz curricular (disciplinas, conteúdos e carga horária) dos Currículos dos Cursos de Formação inicial da Polícia Militar da Bahia, bem como do conteúdo/material teórico-formativo estudado nos referidos cursos e das eventuais normativas instituidoras dos mesmos currículos e cursos; (2) informações de ordem profissional acerca dos professores que ministram os aludidos Cursos, tais como formação acadêmica, vínculo institucional e experiência.

Agradecendo antecipadamente, comunicamos nosso comprometimento em realizar a devida devolutiva do relatório final integral da pesquisa, com previsão de conclusão até dezembro de 2021, remetendo todos os arquivos produzidos a este mesmo órgão.

Na oportunidade, apresentamos nossa estima e consideração, colocando-nos à inteira disposição.

Atenciosamente,

Profa Dra Carolina Bessa - Docente Adjunta - UFSB | E-mail: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br

Rozemberg Guimarães Silva - Policial Militar do Estado da Bahia e Mestrando em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) | E-mail: berg.guisi@gmail.com

Anexo 05 (Pedido de informação ao 8ºBPM de Porto Seguro)

Rozemberg Guisi <berg.guisi@gmail.com> 18 de ago. de 2021 23:14

para bpm8.cmd

Ao 8º Batalhão da Polícia Militar da Bahia – Porto Seguro

Assunto: pedido de informações para pesquisa de mestrado na UFSB

Ilmo Sr Tenente-Coronel Alexandre Costa de Souza,

Comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar da Bahia.

Por meio do presente correio eletrônico institucional, vimos, respeitosamente, a Vossa Senhoria, apresentar pedido de informações relacionadas à área de ensino da Polícia Militar da Bahia, cujo conteúdo atine à pesquisa de Mestrado Profissional em andamento no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), realizada por Rozemberg Guimarães Silva sob orientação da Professora Doutora Carolina Bessa Ferreira de Oliveira no Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER).

Trata-se de pesquisa qualitativa que tematiza o Currículo de formação da Polícia Militar da Bahia e a discussão étnico-racial, tendo por objetivo analisar o(s) currículo(s) do(s) Cursos de Formação da Polícia Militar do Estado, bem como elaborar uma cartilha virtual com o objetivo de refletir sobre a citada discussão, com vistas, também, a se constituir como um material formativo continuado.

Nesse sentido, há informações imprescindíveis à pesquisa – haja vista estar ocorrendo no 8ºBPM o Curso de Formação de Soldados – e que, no momento, solicitamos, gentil e virtualmente, à Vossa Senhora, quais sejam: (1) o acesso ou a indicação de fontes de arquivos relativos à matriz curricular (disciplinas, conteúdos e carga horária) do Currículo do Curso de Formação inicial da Polícia Militar da Bahia, bem como do conteúdo/material teórico-formativo estudado no referido curso e das eventuais normativas instituidoras do mesmo currículo e curso; (2) informações de ordem profissional acerca dos professores que ministram o aludido Curso, tais como formação acadêmica, vínculo institucional e experiência.

Agradecendo antecipadamente, comunicamos nosso comprometimento em realizar a devida devolutiva do relatório final integral da pesquisa, com previsão de conclusão até dezembro de 2021, remetendo todos os arquivos produzidos a este mesmo órgão.

Na oportunidade, apresentamos nossa estima e consideração, colocando-nos à inteira disposição.

Atenciosamente,

Profa Dra Carolina Bessa - Docente Adjunta - UFSB | E-mail: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br

Rozemberg Guimarães Silva - Mestrando em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e Policial Militar do Estado da Bahia | E-mail: berg.guisi@gmail.com

Anexo 6 (Resposta do 8º BPM)

Gmail

Rozemberg Guisi <berg.guisi@gmail.com>

RESPOSTA À PESQUISA DE MESTRADO UFSB

2 mensagens

bpm8 pessoalT1 <bpm8.pessoal@pm.ba.gov.br> 25 de agosto de 2021 18:21
Para: "berg.guisi@gmail.com" <berg.guisi@gmail.com>

Caro Senhor Rozemberg,

Cumprimentando-o inicialmente, respondo-lhe em atenção ao Vosso pedido de informações alusivas ao Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar em andamento no âmbito deste Batalhão, bem como informações outras alusivas à mesma temática de ensino, que a **Direção Geral** de toda área de ensino da Corporação, seja na formação, aperfeiçoamento, especialização, graduação e pós-graduação, fica à cargo do Instituto de Ensino e Pesquisa:

IEP - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DA PMBA
Diretor CEL PM JORGE RICARDO ALBUQUERQUE PEREIRA
Telefones: (71) 3116-6350 / 6333 / 3117-7303
End.: Vila Policial Militar do Bonfim, Av. Dendezeiros, s/nº - Salvador / BA
e-mail: iep.diretor@pm.ba.gov.br

Subordinada ao IEP, toda a parte de Formação (Superior) e Aperfeiçoamento (Pós-Graduação) de Oficiais da PMBA fica sob a responsabilidade da Academia de Polícia Militar:

APM - ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
Diretor: CEL PM CARLOS HENRIQUE FERREIRA MELO
Telefones: (71)3116- 6212/6213/6226/6232/6246
End.: Vila Policial Militar do Bonfim, Av. Dendezeiros, s/nº - Salvador / BA
e-mail: apm.sec@pm.ba.gov.br

Também Subordinado ao IEP, toda a parte de Formação (Técnica/Profissional) e Aperfeiçoamento (Especialização) de Praças da PMBA fica sob a responsabilidade do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças:

CFAP - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS
Diretor: CEL PM ALFREDO JOSÉ SOUZA NASCIMENTO
Telefones: (71) 3116-7871/ 7911
End.: Rua do Corte, 921, Alto de Ondina – Salvador / BA
e-mail: cfap.sec@pm.ba.gov.br

Desta forma, recomendo o contato com essas Unidades para os respectivos fins.

Atenciosamente,

Alexandre Costa de Souza – Ten Cel PM

Anexo 7 (Resposta do IEP via LAI)

Gmail

Rozemberg Guisi <berg.guisi@gmail.com>

RESPOSTA À PESQUISA DE MESTRADO UFSB

2 mensagens

bpm8 pessoalT1 <bpm8.pessoal@pm.ba.gov.br> 25 de agosto de 2021 18:21
Para: "berg.guisi@gmail.com" <berg.guisi@gmail.com>

Caro Senhor Rozemberg,

Cumprimentando-o inicialmente, respondo-lhe em atenção ao Vosso pedido de informações alusivas ao Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar em andamento no âmbito deste Batalhão, bem como informações outras alusivas à mesma temática de ensino, que a **Direção Geral** de toda área de ensino da Corporação, seja na formação, aperfeiçoamento, especialização, graduação e pós-graduação, fica à cargo do Instituto de Ensino e Pesquisa:

IEP - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DA PMBA
Diretor CEL PM JORGE RICARDO ALBUQUERQUE PEREIRA
Telefones: (71) 3116-6350 / 6333 / 3117-7303
End.: Vila Policial Militar do Bonfim, Av. Dendezeiros, s/nº - Salvador / BA
e-mail: iep.diretor@pm.ba.gov.br

Subordinada ao IEP, toda a parte de Formação (Superior) e Aperfeiçoamento (Pós-Graduação) de Oficiais da PMBA fica sob a responsabilidade da Academia de Polícia Militar:

APM - ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
Diretor: CEL PM CARLOS HENRIQUE FERREIRA MELO
Telefones: (71)3116- 6212/6213/6226/6232/6246
End.: Vila Policial Militar do Bonfim, Av. Dendezeiros, s/nº - Salvador / BA
e-mail: apm.sec@pm.ba.gov.br

Também Subordinado ao IEP, toda a parte de Formação (Técnica/Profissional) e Aperfeiçoamento (Especialização) de Praças da PMBA fica sob a responsabilidade do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças:

CFAP - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS
Diretor: CEL PM ALFREDO JOSÉ SOUZA NASCIMENTO
Telefones: (71) 3116-7871/ 7911
End.: Rua do Corte, 921, Alto de Ondina – Salvador / BA
e-mail: cfap.sec@pm.ba.gov.br

Desta forma, recomendo o contato com essas Unidades para os respectivos fins.

Atenciosamente,

Alexandre Costa de Souza – Ten Cel PM

Anexo 8 (Resposta do CFAP via LAI)

Gmail Rozemberg Guisi <berg.guisi@gmail.com>

Informações para pesquisa de mestrado na UFSB
3 mensagens

Cfap Spe C-2012 <cfap.spe@pm.ba.gov.br> 6 de outubro de 2021 10:53
Para: "berg.guisi@gmail.com" <berg.guisi@gmail.com>

Senhora Professora-Doutora,

Em resposta ao pedido de informações encaminhado em 30/08/2021(digital), e como meio de contribuir com a produção científica do Mestrado em Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (USFB), em consonância com pesquisa do discente Rozemberg Guimarães Silva, informo a V.S.ª, o que segue sobre o currículo e formação profissional deste Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMBA:

1. Em 2021, houve significativa renovação do currículo de todos os cursos de formação e aperfeiçoamento de Praças desta Corporação, como fruto de um trabalho pedagógico que durou 02 (dois) anos, e objetivou a modernização do currículo desta PMBA, em consonância com os preceitos mais nobres de direitos fundamentais;
2. As Disciplinas "Educação para relações Étnico-Raciais e de Gênero" e "Direitos Humanos", encontram-se na maioria dos cursos de formação deste Centro, em especial, no Curso de Formação de Soldados PM;
3. O Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Soldados PM, contendo a matriz curricular (disciplinas, conteúdos e carga horária), foi publicado na Sep BGO nº 150, de 06/08/2021, disponível na Intranet desta PMBA;
4. Quanto aos instrutores dos cursos de formação e aperfeiçoamento de Praças da PMBA, todos são policiais militares efetivos do quadro da própria Corporação; em sua maioria, com formação acadêmica de nível superior, muitos com Especialização e Mestrado, com larga experiência profissional nas disciplinas sociais ou técnico-operacionais ministradas.

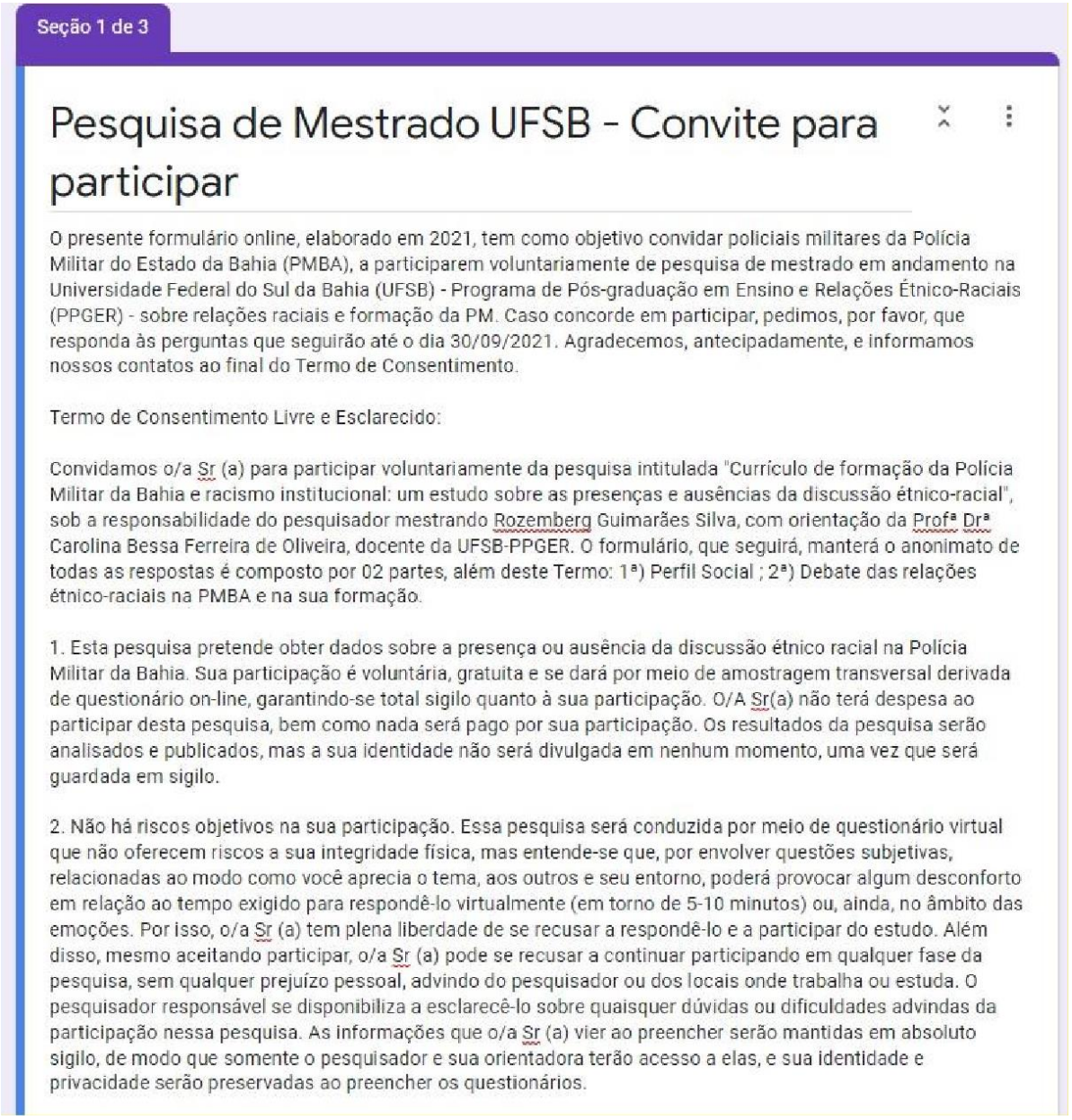
Cordialmente,

Alfredo José Souza Nascimento - Cel PM
Diretor de Ensino

Rozemberg Guisi <berg.guisi@gmail.com> 6 de outubro de 2021 18:08
Para: Cfap Spe C-2012 <cfap.spe@pm.ba.gov.br>

[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
Rozemberg Guisi - Músico- Poeta - Agitador Cultural
Letras- UNEB
Mestrando em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER - UFSB/ Campus Porto Seguro
(73) 981961848

Anexo 9 (Questionário virtual enviado na pesquisa de campo)



Seção 1 de 3

Pesquisa de Mestrado UFSB - Convite para participar

O presente formulário online, elaborado em 2021, tem como objetivo convidar policiais militares da Polícia Militar do Estado da Bahia (PMBA), a participarem voluntariamente de pesquisa de mestrado em andamento na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) - Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) - sobre relações raciais e formação da PM. Caso concorde em participar, pedimos, por favor, que responda às perguntas que seguirão até o dia 30/09/2021. Agradecemos, antecipadamente, e informamos nossos contatos ao final do Termo de Consentimento.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

Convidamos o/a Sr (a) para participar voluntariamente da pesquisa intitulada "Currículo de formação da Polícia Militar da Bahia e racismo institucional: um estudo sobre as presenças e ausências da discussão étnico-racial", sob a responsabilidade do pesquisador mestrando Rozemberg Guimarães Silva, com orientação da Profª Drª Carolina Bessa Ferreira de Oliveira, docente da UFSB-PPGER. O formulário, que seguirá, manterá o anonimato de todas as respostas é composto por 02 partes, além deste Termo: 1ª) Perfil Social ; 2ª) Debate das relações étnico-raciais na PMBA e na sua formação.

1. Esta pesquisa pretende obter dados sobre a presença ou ausência da discussão étnico racial na Polícia Militar da Bahia. Sua participação é voluntária, gratuita e se dará por meio de amostragem transversal derivada de questionário on-line, garantindo-se total sigilo quanto à sua participação. O/A Sr(a) não terá despesa ao participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada em nenhum momento, uma vez que será guardada em sigilo.

2. Não há riscos objetivos na sua participação. Essa pesquisa será conduzida por meio de questionário virtual que não oferecem riscos a sua integridade física, mas entende-se que, por envolver questões subjetivas, relacionadas ao modo como você aprecia o tema, aos outros e seu entorno, poderá provocar algum desconforto em relação ao tempo exigido para respondê-lo virtualmente (em torno de 5-10 minutos) ou, ainda, no âmbito das emoções. Por isso, o/a Sr (a) tem plena liberdade de se recusar a respondê-lo e a participar do estudo. Além disso, mesmo aceitando participar, o/a Sr (a) pode se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo pessoal, advindo do pesquisador ou dos locais onde trabalha ou estuda. O pesquisador responsável se disponibiliza a esclarecê-lo sobre quaisquer dúvidas ou dificuldades advindas da participação nessa pesquisa. As informações que o/a Sr (a) vier ao preencher serão mantidas em absoluto sigilo, de modo que somente o pesquisador e sua orientadora terão acesso a elas, e sua identidade e privacidade serão preservadas ao preencher os questionários.

privacidade serão preservadas ao preencher os questionários.

3. Caso ocorra algum desdobramento negativo em sua participação, será possível amenizar os riscos e contar com encaminhamento profissional às redes de atenção psicossocial da rede municipal.

4. Se o/a Sr(a) aceitar participar, as respostas obtidas por este pesquisador poderão contribuir para a análise e compreensão social sobre os fatores que contribuem para o conhecimento das discussões étnico raciais na corporação Polícia Militar da Bahia. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

5. Os resultados da pesquisa serão apresentados pelo pesquisador em sessão pública de defesa de mestrado prevista para ocorrer no final do mês de novembro de 2021 e divulgada nos canais institucionais do PPGER-UFSB.

Para qualquer outra informação ou dúvida sobre a presente pesquisa, o/a Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador ou com sua orientadora. Agradecemos e nos colocamos inteiramente à disposição.

Rozemberg Guimarães Silva
Rua Caminho do Rio, 12, Condomínio Caminho do Rio 2, casa 12A, CEP: 45816000, Bairro Santiago, Arraial d´Ajuda - Porto Seguro/BA, pelo telefone 073 981961848, por e-mail: berg.guisi@gmail.com

Profa Dra Carolina Bessa Ferreira de Oliveira
E-mail: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br

Declaro estar ciente do Termo acima e de que entendo os objetivos e procedimentos decorrentes da participação voluntária na pesquisa de mestrado "Currículo de formação da Polícia Militar da Bahia e Racismo Institucional: um estudo sobre as presenças e ausências da discussão étnico-racial" e aceito participar. *

- ◯ Concordo
- ◯ Outros...

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 3

Perfil social

As perguntas a seguir têm como objetivo conhecer o perfil social geral das pessoas participantes da pesquisa.

Sexo *

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino
- ◯ Outros...

Idade *

Texto de resposta curta

Em relação à raça como você se auto declara? *

- ◯ Preto
- ◯ Pardo
- ◯ Indígena
- ◯ Amarelo

- ◯ Amarelo
- ◯ Branco
- ◯ Outros...

Escolaridade *

- ◯ Ensino médio completo
- ◯ Ensino Superior incompleto
- ◯ Ensino Superior completo
- ◯ Especialização
- ◯ Mestrado
- ◯ Doutorado
- ◯ Outros...

Você trabalha na PMBA há quanto tempo? *

- ◯ 1 a 3 anos
- ◯ 4 a 6 anos
- ◯ 6 a 10 anos
- ◯ Outros...

Posto/Graduação *

Texto de resposta curta

Unidade em que esteja lotado (a) *

Texto de resposta curta

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção

Seção 3 de 3

Perguntas sobre sua visão acerca do debate das relações étnico-raciais

Descrição (opcional)

Você acha que existe racismo no Brasil? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

- ◯ Não
- ◯ Outros...

Você conhece a definição de racismo estrutural e de racismo institucional? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

Você acha que existe racismo na polícia? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

Você já foi vítima de racismo na corporação? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

Outros...

Você já presenciou atitudes consideradas racistas no âmbito de atuação na PM? *

Sim

Não

Outros...

Você já presenciou ou abordou pessoas consideradas suspeitas em razão da cor da pele? *

Sim

Não

Outros...

Você já abordou alguém por considerar suspeita a sua vestimenta? *

Sim

Não

Outros...

Você já participou de discussões sobre racismo e/ou relações étnico-raciais no Curso de Formação de Soldados (CFSD)? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

Você achou relevante a discussão sobre racismo ou relações étnico raciais no CSFD, caso tenha acontecido? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

Você já presenciou algum/a colega ser discriminado por sua cor da pele no CFSD? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

Você acha necessária a discussão racial no CFDS? *

- Sim
- Não
- Outros...

Você concorda que no CFDS há uma orientação para abordar pessoas negras com mais rigor? *

- Sim
- Não
- Outros...

Você acha necessário criar uma política interna na corporação para lidar com a questão do racismo em geral? *

- Sim
- Não
- Outros...

Você acha necessário criar uma politica interna na corporação para lidar com a questão do racismo em geral? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

Você acha necessário a oferta de cursos de curta duração e/ou de materiais educativos antirracistas pela instituição? *

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Outros...

Segue espaço livre e opcional para comentários e sugestões. Agradecemos sua valiosa participação!

Texto de resposta longa

(Anexo 10) Matriz curricular completa do Curso de Formação de Soldados a partir do ano de 2015

Módulo 1

	DISCIPLINA (D) e ATIVIDADE (A)		OUTUBRO		NOVEMBRO				DEZEMBRO					01/15				FEV	C/H
			20 a 24	27 a 31	3 a 7	10 a 14	17 a 21	24 a 28	1 a 5	8 a 12	15 a 19	22 a 26	29 a 2	5 a 9	12 a 16	19 a 23	26 a 30	2 a 6	
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	
1	EDUCAÇÃO FÍSICA I	A	SEMANA DE ADAPTAÇÃO	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	SEMANA DE REAJUSTE	20
2	PREVENÇÃO E PROTEÇÃO PESSOAL I	A		2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	2		20
3	TIRO POLICIAL I	D		3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	4	4	2		40
4	DIREITO APLICADO I	D		3	3	3	3	3	3	3	3	0	0	4	5	4	3		40
5	LEGISLAÇÃO PM I	D		2	2	2	2	2	2	2	2	0	2	2	0	0	0		20
6	ORDEM UNIDA I	A		2	2	2	2	2	2	2	2	0	2	0	0	0	2		20
7	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL I	D		3	3	3	3	3	3	3	3	0	0	3	3	3	3		36
8	SEMINÁRIOS DE TEMAS SELECIONADOS I	A		0	0	0	0	0	0	0	5	5	0	5	5	5	5		30
9	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO I	D		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0		20
10	HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA I	D		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0		20
11	POLÍCIA COMUNITÁRIA	D		3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	0	0	3	0		30
12	DIREITOS HUMANOS	D		0	3	3	3	3	3	3	3	0	3	0	0	3	0	5	32
13	FUNDAMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	D		3	3	3	3	3	3	3	0	0	3	3	0	3	0	0	30
14	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	A		0	2	2	2	2	2	2	2	0	2	4	6	4	2	0	32
15	CORRESPONDÊNCIA PM	D		2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	4	4	4	0	0	30
16	HISTÓRIA DA PM / ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	D		2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	4	5	4	0	0	31
17	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	D		2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	4	4	3	0	3	30
18	INGLÊS	D		2	2	2	2	2	2	2	0	0	4	4	4	0	0	4	30
19	JORNADA DE INSTRUÇÃO MILITAR	A		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0	20
20	PRÁTICA POLICIAL SUPERVISIONADA I	A		0	0	0	0	0	0	0	12	12	12	12	12	10	0	0	70
	TOTAL			35	40	40	40	40	40	40	52	32	37	52	52	50	39	12	601

Módulo 2

	DISCIPLINA (D) e ATIVIDADE (A)		FEVEREIRO			MARÇO					ABRIL				MAIO				JUNHO		CH
			9 a 13	16 a 20	23 a 27	2 a 6	9 a 13	16 a 20	23 a 27	30 a 3	6 a 10	13 a 17	20 a 24	27 a 1	4 a 8	11 a 15	18 a 22	25 a 29	1 a 5	8 a 12	
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	
1	EDUCAÇÃO FÍSICA II	A	CARNAVAL	CARNAVAL	2	2	2	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	SEMANA DE REAJUSTE/FECHAMENTO	TREINAMENTO E FORMATURA	20
2	PREVENÇÃO E PROTEÇÃO PESSOAL II	A			2	2	2	2	3	3	3	3	0	0	0	0	0	0			20
3	TIRO POLICIAL II	D			3	3	3	4	5	5	5	3	0	5	5	4	5	0			50
4	DIREITO APLICADO II	D			3	2	3	3	4	2	2	2	0	4	4	4	5	3			41
5	LEGISLAÇÃO PM II	D			2	2	2	2	3	2	3	2	2	3	3	4	0	0			30
6	ORDEM UNIDA II	A			2	2	0	2	0	0	3	2	2	2	2	0	3	0			20
7	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL II	D			2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	4	0			30
8	SEMINÁRIOS DE TEMAS SELECIONADOS II	A			5	5	5	0	0	5	0	5	0	0	5	0	0	0			30
9	PRÁTICA POLICIAL SUPERVISIONADA II	A			8	0	8	0	8	0	8	8	0	8	8	8	0	6			70
10	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO II	D			2	2	0	2	0	2	0	2	2	3	3	2	0	0			20
11	HIGIENE E SOCORROS DE URGÊNCIA II	D			2	2	2	2	2	0	3	2	0	2	0	0	3	0			20
12	INGLÊS II	D			2	2	2	2	2	2	2	3	0	3	3	2	5	0			30
13	DIREITO MILITAR APLICADO	D			2	2	2	2	2	0	2	0	3	3	3	4	0	5			30
14	POLICIAMENTO OSTENSIVO EM EVENTOS ESPECIAIS	D			3	2	3	3	3	3	0	3	0	0	0	4	3	3			30
15	ATIVIDADES DE CHOQUE	A			2	2	3	2	3	0	2	0	2	0	0	0	2	2			20
16	GERENCIAMENTO DE CRISES	D			2	2	3	3	3	3	2	0	2	2	2	3	3	0			30
17	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE GUARDAS	D			2	2	2	2	2	0	2	3	0	2	2	4	4	3			30
18	INTELIGENCIA POLICIAL	D			2	2	2	2	2	4	4	3	0	2	2	2	3	0			30
19	EDUCACAO PARA RELACOES ETNICO RACIAIS E DE GÊNERO	D			0	2	2	3	2	0	3	3	3	0	3	4	0	5			30
20	JORNADA DE INSTRUÇÃO PM	A			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20		20
TOTAL					48	40	48	40	48	35	48	48	20	43	48	48	40	27	20		601

(Anexo 11) Matriz curricular completa do Curso de Formação de Soldados apartir do ano de 2021

ORD.	DISCIPLINAS / ATIVIDADES	DOUT./ATIV.	MOD. I	MOD. II	CH
1	HISTÓRIA, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA PMBA	D	20	--	20
2	LEGISLAÇÃO PM	D	20	30	50
3	ORDEM UNIDA E INSTRUÇÃO MILITAR BÁSICA	A	20	20	40
4	ARMAMENTO E TIRO	D	45	45	90
5	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL (POG)	D	45	45	90
6	DIREITO APLICADO	D	50	50	100
7	EDUCAÇÃO FÍSICA	A	20	20	40
8	DEFESA PESSOAL E USO DIFERENCIADO DA FORÇA	A	20	20	40
9	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	D	20	20	40
10	SOCORRO DE URGÊNCIA	D	20	20	40
11	PREVENÇÃO, MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	D	–	20	20
12	DIREITOS HUMANOS	D	30	--	30
13	FUNDAMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	D	30	--	30
14	ÉTICA, CIDADANIA E COMBATE A CORRUPÇAO POLICIAL	D	–	20	20
15	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	A	30	--	30
16	CORRESPONDÊNCIA PM	D	30	--	30
17	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	D	20	--	20
18	DIREITO MILITAR APLICADO	D	–	30	30
19	POLICIAMENTO OSTENSIVO EM EVENTOS ESPECIAIS (POEE)	D	–	30	30
20	ATIVIDADES DE CHOQUE	A	–	20	20
21	GERENCIAMENTO DE CRISES: PRIMEIRO INTERVENTOR	D	–	30	30
22	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE GUARDAS	D	–	30	30
23	INTELIGÊNCIA POLICIAL	D	–	20	20
24	EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO (EREG)	D	–	30	30
25	PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PROVA	D	20	--	20
26	SAÚDE EMOCIONAL E QUALIDADE DE VIDA	D	20	20	40

Legenda: P (presencial); D (disciplina); A (Atividade)

SEPARATA 06 de agosto de 2021 Nº 150

QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ORD.	DISCIPLINAS / ATIVIDADES	MOD.	LEG.	MÓD. I	MÓD. II	CH
1	SEMINÁRIOS DE TEMAS SELECIONADOS	P	A	30	30	60
2	ESTÁGIO POLICIAL SUPERVISIONADO	P	A	70	70	140
3	ESTÁGIO POLICIAL ESPECIALIZADO	P	A	-	40	40
4	CURSO NACIONAL DE PROMOTOR DE POLÍCIA COMUNITÁRIA	E	A	40	-	40
5	JORNADA DE INSTRUÇÃO MILITAR	P	A	20	-	20
6	JORNADA DE INSTRUÇÃO POLICIAL MILITAR	P	A	-	20	20
CARGA HORÁRIA TOTAL				160	160	320

Legenda: P (presencial); E (Ensino à Distância); D (disciplina); A (Atividade)

Anexo 12 (PRODUO FINAL - PANFLETO ANTIRRACISMO E ATUAÇÃOPOLICIAL)

APRESENTAÇÃO

Esse panfleto informativo, direcionado a Policiais Militares do Estado da Bahia, em especial aos policiais em formação, é fruto da pesquisa de mestrado intitulada "Currículo de formação inicial da Polícia Militar da Bahia e racismo institucional: um estudo sobre as presenças e ausências da discussão étnico-racial" iniciada no segundo semestre do ano de 2019 no contexto do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) fazendo parte da linha de pesquisa intitulada Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais, tendo como orientadora a professora Drª Carolina Bessa Ferreira.

ALGUNS DADOS

É sabido que parte das mortes dos corpos negros, sobretudo, de jovens negros, é causada pelas forças de segurança do Estado.

Essas mortes são incentivadas pelo violento discurso da chamada "política de guerra às drogas", atravessada pelo racismo estrutural e institucional, que legitima as ações policiais com incursões e operações das polícias nas áreas faveladas e subalternizadas com o propósito de combater o crime.

As ações quase sempre resultam em violências e mortes, tanto dos corpos negros que fazem parte das comunidades onde são executadas as ações, quanto dos que fazem parte da própria Polícia, na qual, mais de 50% das pessoas mortas também são negras, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (FBSP/2021).

Na Bahia, segundo a Rede de Observatório da Violência, 96% das pessoas mortas por intervenção policial são negras.
Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, 100% das pessoas mortas pelas polícias na cidade de Salvador eram negras.

Fontes

http://observatorioseguranca.com.br/cor-da-violencia-negros-sao-o-alvo-da-letalidade-policial/

https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A noção de democracia racial cunhada por autores como Gilberto Freyre nos fez acreditar por muito tempo que não existe racismo no Brasil e que por sermos um país miscigenado, existe uma harmonização racial.

Principalmente quando observamos o fato de não termos constituído leis segregacionistas como, por exemplo, existiram nos EUA e na África do Sul, países onde a violência policial contra pessoas negras era institucionalizada e legitimada.

Segundo Fernandes (1965, p. 23), a democracia racial "só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça".

O racismo no Brasil é um racismo velado, que Munanga (2010) chama de "racismo à brasileira". É um racismo implícito, permanente, porque se vale da ideia de que a diferença entre pessoas negras e brancas é, simplesmente, por uma questão social e não racial, descartando a ideia de racismo estrutural no Brasil. O qual, veremos a seguir.

Indicação de leitura:

ARTIGO: TEORIA SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO - KABENGELE MUNANGA
LIVRO: A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES - FLORESTAN FERNANDES

RACISMO ESTRUTURAL

Segundo o professor e intelectual Sílvio Almeida (2018), Racismo Estrutural é um termo utilizado para definir quando uma sociedade é estruturada na discriminação para privilegiar uma raça em detrimento de outra. É um modo de estrutura e de funcionamento social que determina as relações entre os sujeitos.

O Estado brasileiro foi desenhado a partir da colonialidade, da raça e do racismo sistêmico que o estrutura e atua na produção da identidade das pessoas negras como inferiores e que serve para manter os privilégios e a hegemonia da branquitude, atribuindo valores às pessoas a partir da sua cor de pele, da sua aparência (ALMEIDA, 2018).

Um exemplo de Racismo Estrutural é quando não percebemos a presença de pessoas negras em espaços de destaque e de decisão, como na política, no judiciário, nos altos cargos executivos, etc.

Indicação de leitura:

LIVRO: O QUE É RACISMO ESTRUTURAL – SÍLVIO ALMEIDA
LIVRO: O PEQUENO MANUAL ANTIRRACISTA – DJAMILA RIBEIRO

RACISMO INSTITUCIONAL

Segundo Gomes (2017), a politização do conceito de raça pelo movimento negro foi crucial para entendermos a importância dessa discussão e luta sistemática por direitos, haja vista que tivemos um processo de escravização de mais de trezentos anos que massacrou grupos étnicos específicos e que ainda está em curso sob novas roupagens, como por exemplo, o extermínio dos povos indígenas e da juventude negra pelo racismo institucional.

Segundo Werneck (2013), por esse racismo institucional, podemos entendê-lo como um estado de violência das instituições a determinados corpos em detrimentos de outros pela sua raça, impedindo sua ascenção social.

Essa violência é exercida como forma de dificultar e/ou excluir o acesso de pessoas de "pele escura" a determinados serviços e órgãos, como por exemplo, o não acesso à educação, à saúde, à cultura, ao trabalho, a não ascensão aos postos e cargos de chefia, ou mesmo vitimando-as em detrimento da manutenção da Segurança Pública

Indicação de leitura:

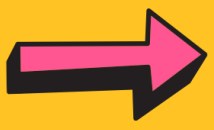
LIVRO: O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação - NILMA LINO GOMES

ARTIGO: **Pedagogia da crueldade**: Racismo e extermínio da juventude negra - NILMA LINO GOMES/ANA AMÉLIA DE PAULA LABORNE

ARTIGO: **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual - JUREMA WERNECK

PERFILAMENTO RACIAL

Perfilamento Racial – expressão de Racial Profiling em inglês – é caracterizado quando as forças policiais usam de generalizações a partir da criação de perfis raciais "fundadas na raça, cor, descendência, nacionalidade ou etnicidade ao invés de evidências objetivas ou o comportamento de um indivíduo para sujeitar pessoas a batidas policiais, revistas minuciosas" (ONU, 2020, p. 07), ou até mesmo para supor que determinado indivíduo tenha envolvimento com alguma atividade criminosa



Insta os Estados a desenharem, implementarem e cumprirem medidas efetivas para eliminar o fenômeno popularmente conhecido como "perfil racial" que compreende a prática dos agentes de polícia e de outros funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei de se basearem, de alguma modo , na raça, cor, descendência nacional ou origem étnica, como motivo para sujeitar pessoas a atividades de interrogatório ou para determinar se um indivíduo está envolvido em atividade criminosa (Conferência de Durban, 1991, s/p.)

O perfilamento racial ocorre nas abordagens pessoais – ou busca pessoal – quando essas buscas se caracterizam como desnecessárias, sem fundamentada suspeita a partir da ação de um indivíduo, mas apenas pelo perfil social da sua cor ou raça

INDICAÇÃO DE LEIITURA:

CONFERÊNCIA DE DURBAN, DE 1991

BRANQUITUDE

Segundo Bento (2002), a branquitude é uma forma não verbal de poder, na qual as pessoas brancas que estão nos espaços de poder e de decisão concedem - a partir do que ela chama de "pacto narcísico da branquitude" - a outras pessoas brancas fazerem parte destes espaços, concedendo-lhes privilégios em detrimento das pessoas não brancas, seja nas entrevistas de emprego para uma grande empresa a um cargo importante, seja em favorecimentos de situações em que se exige confiança e, por isso, preferem confiar nos seus iguais.

Bento (2002) coloca que a branquitude é quando pessoas brancas têm o privilégio de não pensar em discutir sobre raça, de não precisar conhecer o outro ou as conseqüências "positivas" em si mesmas do racismo sofrido pelas pessoas negras. É ter a vantagem de não precisar discutir que o resultado do racismo lhes colocam em uma posição de privilégio

Ainda, segundo a autora, é preciso que as pessoas brancas reconheçam sua branquitude e seus privilégios em detrimento desta para que se possa começar a pensar uma "uma possível identidade racial branca não-racista" (BENTO. 2002, p.48).

COLORISMO

O termo Colorismo, cunhado pela intelectual negra Alice Walker é, segundo Devulsky (2021, p.09), "uma construção ligada à ideia de supremacia branca, portanto, não originada nas interações endógenas dos membros da comunidade negra; é empregado por brancos sobre negros e por negros sobre negros." Neste caso, as pessoas de pele mais escura sofrem mais preconceito do que as pessoas de pele menos escura.

É também chamado de pigmetocracia, quando as pessoas por terem traços físicos mais negróides, como a pigmentação da pele - a exemplo de pessoas negras mais retintas - , tamanho e formato do nariz, tamanho dos lábios, cabelo crespo, etc., têm menores chances de acesso aos meios de ascensão social, de conseguirem empregos e representatividades em lugares sociais de destaque e mais chances de serem vítimas dos racismos institucional e estrutural.

INDICAÇÃO DE LEIITURA:

LIVRO: COLORISMO - ALESSANDRA DEVULSKY

INDICAÇÃO DE FILMES

12 anos de escravidão. Direção: Steve McQueen. EUA. Duração: 2h 13min.

Corra. Direção Jordan Peele. EUA. Duração 103 minutos.

Infiltrado na Klan. Direção: Spike Lee. EUA. Duração: 1:35 min.

Destacamento Blood. Direção: Spike Lee. EUA. Duração: 1:55 min.

Besouro. Direção de João Daniel Tikhomiroff. Brasil. Duração: 94 minutos.

Ó pai ó. Direção: Monique Gardenberg. Duração: 1:36 min.

INDICAÇÃO DE DOCUMENTÁRIO/SÉRIE/MINISSÉRIE

Olhos que Condenam. Direção: Ava DuVernay. Duração: 296 min.

Cara gente branca. Direção: Tina Mabry; Barry Jenkins; Charlie McDowell. Duração: 4 temporadas.

Dentro da minha pele. Direção: Val Gomes, Toni Venturi. Duração: 1:26 min.

A 13ª Emenda. Direção: Ava DuVernay. Duração: 1:40 min

INDICAÇÃO DE MÚSICAS

A carne – Elza Soares
Tribunal de rua – O Rappa
O homem na estrada – Racionais MC´S
Olhos coloridos – Sandra de Sá
Cota não é esmola – Bia ferreira
Faixa Preta – Baco Exu do Blues
Todo camburão tem um pouco de navio negreiro – O Rappa
Negro Gato – Luís Melodia
Mandume – Emicida
Um corpo no mundo – Luedji Luna
Olho de Tigre – Djonga
Negro Drama – Racionais MC´S

“Ninguém nasce odiando o outro pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

NELSON MANDELA, “O longo caminho para a liberdade”, 1994

DENUNCIE O RACISMO NA BAHIA!
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia.
(71) 3117-7448
Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela.
(71) 3117-7447/3117-7448
Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia.
(71) 3103-1449
´Mapa do Racismo e da Intolerância Religiosa´: Aplicativo do Ministério Público da Bahia para denúncias de casos de discriminação racial, intolerância religiosa, injúria racial e racismo institucional
“Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”
ANGELA DAVIS